

2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Agência Nacional de Águas - ANA
Agência Peixe Vivo

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

Contrato de Gestão nº083/ANA/2017

Belo Horizonte/MG

Janeiro / 2020

Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Agência Nacional de Águas - ANA
Agência Peixe Vivo

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU N° 063/2010, da DN TCU n° 139/2014 e da Portaria-TCU N° 90/2014 e

Belo Horizonte/MG

Janeiro / 2020

Lista de Abreviações e Siglas

ANA	Agência Nacional de Águas
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHVG	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DN	Deliberação Normativa
DOU	Diário Oficial da União
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
PAE	Programa de Ações Estratégicas
RG	Relatório de Gestão
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	7
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	9
DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO	9
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES	14
CONCLUSÃO FINAL	36
ANEXOS	37

APÊNDICES

Apêndice I - RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

Apêndice II - PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA A BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Apêndice III - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma geral da Agência Peixe Vivo	9
Figura 2 - Imagens do site do CBHVG	16
Figura 3 - Boletins semestrais nº 01 e 02/2019.	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação.	10
Tabela 2 - Peso e meta do Indicador 1	11
Tabela 3 - Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado	11
Tabela 4 - Peso e meta do Indicador 2	12
Tabela 5 - Detalhamento do Indicador 2	12
Tabela 6 - Pesos e metas do Indicador 3	13
Tabela 7 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 3	14
Tabela 8 - Peso e meta do Indicador 4	15
Tabela 9 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 4	15
Tabela 10 - Procedimentos de apuração de Resultados da Meta	28
Tabela 11 - Repasses em 2019	29
Tabela 12 - Procedimentos de apuração de Resultado da Meta	30
Tabela 13 - Repasses do Contrato de Gestão até 31 de Dezembro de 2018	30
Tabela 14 - Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)	31
Tabela 15 - Relatório sobre atendimento ao usuário em cobrança	33

APRESENTAÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Agência Peixe Vivo, durante o exercício de 2019, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, bem como as respectivas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU.

Os documentos apresentados têm a função de prestar informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, organizados para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da execução das Metas do Contrato de Gestão mencionado.

A Agência Peixe Vivo é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Agência Peixe Vivo, criada em 15 de setembro de 2006 e equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água dada pelo Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999), por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Atualmente a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois comitês estaduais mineiros e dois federais, sendo:

- CBH Velhas: Deliberação CERH-MG nº 56, de 18 de julho de 2007, prorrogada em 08 de dezembro de 2017.
- CBH Pará: Deliberação CERH-MG nº 343, de 19 de dezembro de 2013.
- CBHSF: Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010. Prorrogada pela Resolução CNRH nº 170 de 23 de setembro de 2015. Indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Águas do CBHSF foi renovada através da DN CBHSF nº 84, de 21 de maio de 2015.
- CBH Verde Grande: Resolução CNRH nº 187, de 7 de dezembro de 2016.

O Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 foi celebrado em 29 de dezembro de 2017 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e Agência Peixe Vivo, entidade delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, para o exercício de funções de Agência de Água, publicado no D.O.U. em 29 de janeiro de 2018.

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo).

CNPJ

09.226.288/0001-91

NATUREZA JURÍDICA

Entidade Delegatária de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 15 de setembro de 2006, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

VINCULAÇÃO

Agência Nacional de Águas - ANA (Contrato de Gestão N° 083/ANA/2017, publicado no D.O.U. de 29/01/2018).

ENDEREÇO

Com Sede e Foro no Município de Belo Horizonte a Rua dos Carijós, n° 166, 5° andar, Centro, CEP: 30.120-060 e Telefone (31) 3207.8500.

CÓDIGO SIAFI

Não aplicável.

NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE

Estatuto Social - Data: 28/11/2006

Estatuto Social - 1° Alteração. Data: 25/04/2007

Estatuto Social - 2° Alteração. Data: 14/11/2007

Estatuto Social - 3° Alteração. Data: 05/12/2008

Estatuto Social - 4° Alteração. Data: 04/12/2009

Estatuto Social - 5° Alteração. Data: 01/07/2010

Estatuto Social - 6° Alteração. Data: 12/12/2011

Estatuto Social - 7° Alteração. Data: 30/10/2017

Estatuto Social - 8° Alteração. Data: 14/02/2019

REGIME FUNCIONAL

Regime Trabalhista - CLT.

ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET

<http://www.agenciapeixevivo.org.br>

E-mail institucional: agenciapeixevivo@agenciapeixevivo.org.br

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA AGÊNCIA PEIXE VIVO

A Agência Peixe Vivo se encontra organizada, conforme mostrado na Figura 1, pelos seguintes organismos:

Assembleia Geral - órgão soberano da Agência Peixe Vivo, constituída por empresas usuárias de recursos hídricos e por organizações da sociedade civil.

Conselho Fiscal - órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo.

Conselho de Administração - órgão de deliberação superior da Agência Peixe Vivo define as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias, orientando a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições.

Diretoria Executiva - órgão executor das ações da Agência Peixe Vivo.

ORGANOGRAMA AGÊNCIA PEIXE VIVO

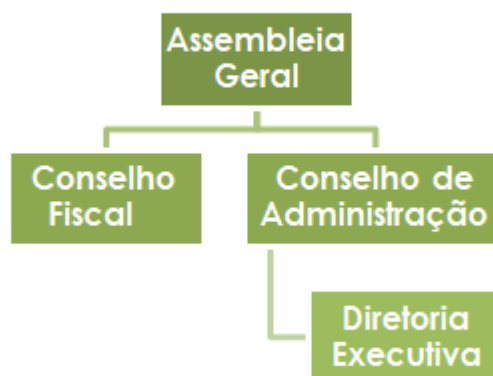


Figura 1 - Organograma geral da Agência Peixe Vivo

Corpo Diretivo da Agência Peixe Vivo

Conselho de Administração

Presidente – Odorico Pereira de Araújo

Vice-Presidente – Luiz Cláudio de Castro Figueiredo

Conselho Fiscal

Presidente – João Carlos de Melo

Diretoria Geral

Diretora Geral – Célia Maria Brandão Fróes

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Instrumento Legal: Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017

Objeto: Alcance, pela Agência Peixe Vivo, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento contratual, no exercício de funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Funcional Programática: 18.544.2026.20WI.0009

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 33.50.41

UGR: 443014-SAS

Nota de empenho estimativo: 2017NE000587, de 5 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) em 2018;

R\$ 340.000,00 (trezentos e trinta mil reais) em 2019

R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 2020

Funcional Programática: 18.544.2084.20WI.0009

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 33.50.41

UGR: 443014-SAS

Nota de empenho estimativo: 2017NE000587, de 5 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um mil quinhentos reais).

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO

O Programa de Trabalho, anexo ao Contrato de Gestão, compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 1 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 1 – Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação.

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBHVG
		1B. Elaboração e distribuição de Boletim digital
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano De Aplicação Plurianual 2018 - 2020
		2B. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso anual
		3B. Proposição de estratégia de integração para a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande visando a implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos
		3C. Atendimento ao usuário em cobrança
4	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ	4. Avaliação da entidade delegatária pelos membros do CBHVG

Comprometimento de Metas - Exercício 2019

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos indicadores das metas pactuadas e os procedimentos de apuração de resultados.

INDICADOR 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nas Tabelas Tabela 2 e Tabela 3 são apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento das mesmas.

Tabela 2 – Peso e meta do Indicador 1

AVALIAÇÃO		INDICADOR 1		NOTA FINAL (NF)
		1A	1B	
		PESO	PESO	
		6	4	
2019	META	10	2	
	RESULTADO	10	2	
	NOTA			

Tabela 3 – Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado

META 1A. Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado	
CBHVG	Decreto de criação, Regimento Interno e suas alterações, Composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões.
Entidade Delegatária	Resolução de Delegação, Estatuto e suas alterações, associados.
Legislação de Recursos Hídricos	Leis e Decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de MG e BA; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato e gestão, cadastro e cobrança.
Centro de Documentação	Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a bacia.
Plano de Aplicação	Relatório Anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança.
Cadastro de	Relação dos usuários da bacia do rio Verde Grande em

Usuários	cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
Cobrança e arrecadação	Valores cobrados, arrecadados e transferidos à entidade delegatária e os rendimentos financeiros anuais.
Contrato de Gestão	Contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.
Relatório semestral de custeio de viagens	Relatório de discriminação de apoio de diárias, passagens e auxílio deslocamento concedidos a membros da Diretoria do CBHVG com recursos da União.
Alocação de Água	Alocação de água nas bacias do Rio Gorutuba (MG) e Estreito e Cova da Mandioca (BA). Divulgar boletim sobre ações de alocação de água na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande.
META 1B – Publicação e distribuição de publicações digitais e Impressas	
Elaboração e divulgação de Boletim Eletrônico Semestral	

INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nas **Tabela 4** e **Tabela 5** são apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento do conteúdo do Plano de Aplicação Plurianual.

Tabela 4 – Peso e meta do Indicador 2

AVALIAÇÃO		INDICADOR 2		NOTA FINAL (NF)
		2A	2B	
		PESO	PESO	
		5	5	
2019	META	0	1	
	RESULTADO	0	1	
	NOTA			

Tabela 5 – Detalhamento do Indicador 2

DETALHAMENTO	
	Para os exercícios de 2018 e 2020: 2A. Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual, contendo:

<p>2. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Componentes e subcomponentes priorizados no período, com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente); e ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para os exercícios 2018 e subsequentes:</p> <p>2B. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual; ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.
--	--

INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Nas **Tabela 6** e **Tabela 7** são apresentados, respectivamente, os pesos relativos às metas e o detalhamento para apuração dos resultados do Indicador 3.

Tabela 6 – Pesos e metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	3B. PROPOSIÇÃO INTEGRAÇÃO BACIA DO RIO VERDE GRANDE	3C. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		6	3	1	
	META	50	0	12	
	RESULTADO	39	0	12	

2019	NOTA				
------	------	--	--	--	--

Tabela 7 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 3

DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%)	
Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração, e o valor anual repassado ela ANA ⁽¹⁾	
⁽¹⁾ Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de que tratam os incisos I, III e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997.	
Fórmula de cálculo:	
$ID (\%) = (VD/VR) * 100$	
	ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%
	VD = Valor desembolsado, em reais, por ano.
	VR = Valor repassado, em reais, por ano = Valor repassado, em reais por ano.
3B. Proposição de estratégia de integração para a Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande visando à implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos	
Boa parte do território da bacia hidrográfica do rio Verde Grande está localizada em região semiárida. O déficit hídrico constante faz com que a aplicação dos instrumentos gestão dos recursos hídricos se torne complexa e de difícil implementação. O relatório produzido elencou algumas estratégias com vistas à efetivação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, notadamente o plano diretor da bacia, os planos estaduais de recursos hídricos e a outorga do direito de uso dos recursos hídricos. Em suma, é proposta a realização de um workshop para integrar os diversos atores interessados, tais como, a ANA, o IGAM, o INEMA, o CBH Verde Grande, a Agência Peixe Vivo e os usuários de água.	
3C. Atendimento ao Usuário em Cobrança	
Fornecimento de serviços de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda a sexta-feira das 8 às 18h (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.	

INDICADOR 4 – RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBHVG

Nas Tabela 8 e Tabela 9 apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento para apuração do resultado do Indicador 4.

Tabela 8 - Peso e meta do Indicador 4

AVALIAÇÃO		4. RECONHECIMENTO DO CBHVG	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2019	META	10	
	RESULTADO	-	
	NOTA		

Tabela 9 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 4

DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADO
4. Reconhecimento do CBHVG Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições aplicada junto ao CBHVG, conforme questionário a ser definido pela ANA, CBHVG e ED, tendo por foco: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprimento do contrato de gestão; ✓ Ações tomadas com vista a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia ✓ Atuação como secretaria executiva do CBHVG

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Apresentam-se a seguir os resultados da execução das metas pactuadas no âmbito do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, contendo esclarecimentos eventualmente necessários.

INDICADOR 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- Sub-indicador 1A – Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBHVG

Meta: 10

Grau de Alcance: **META ALCANÇADA**

Resultado: Por meio do Ato Convocatório nº 009/2019, foi feita a contratação de uma empresa com o objetivo de fazer o planejamento e desenvolvimento do portal (website), em atendimento ao comitê da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, no âmbito do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017.

O site do comitê é um meio de comunicação que contém informações e documentos, como atas de reuniões, notícias, prestações de conta, mapas e estudos da bacia, voltados para os membros do comitê, usuários de recursos hídricos e demais interessados.

O domínio do site é: <https://cbhverdegrande.org.br/>

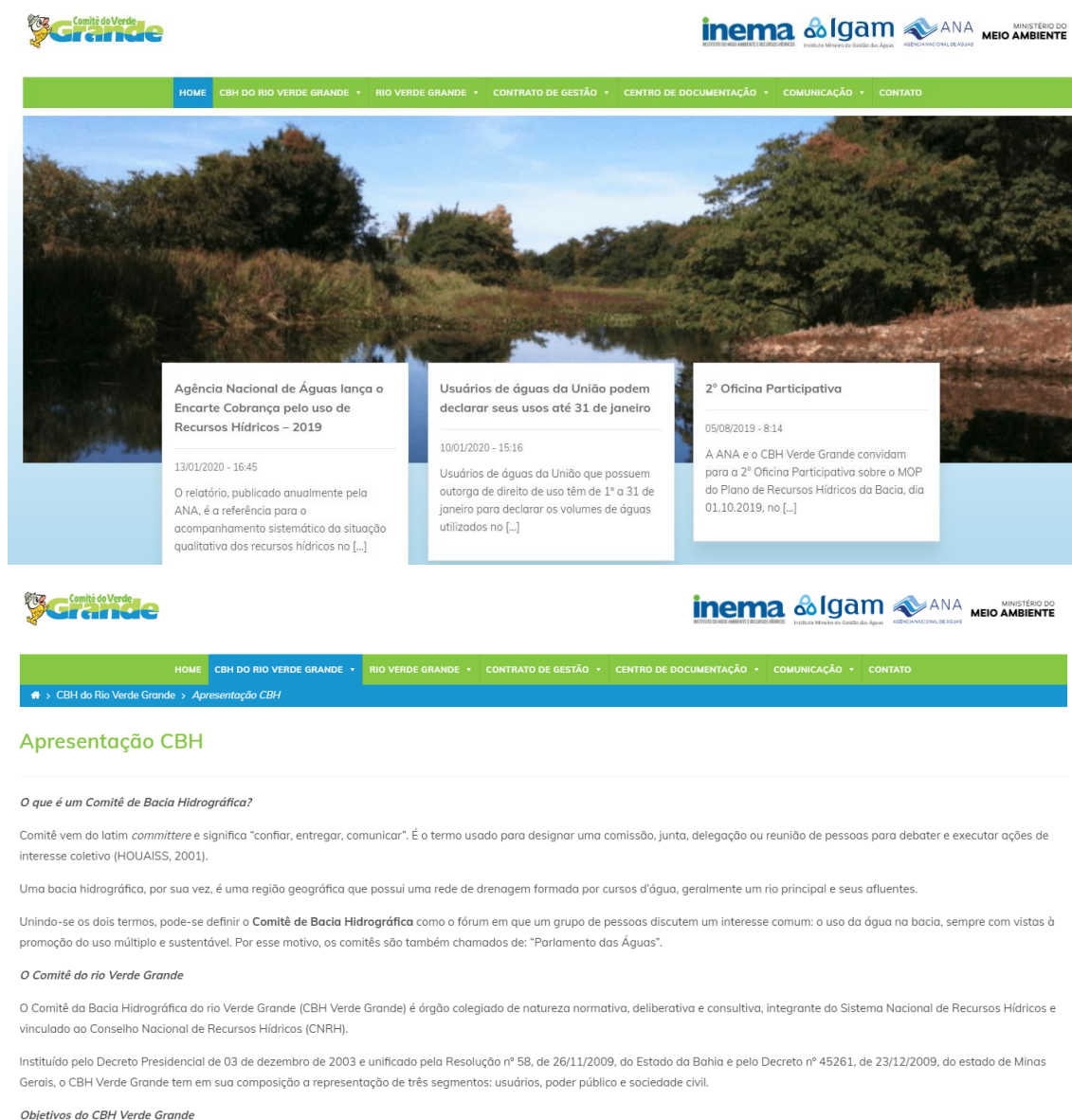


Figura 2 - Imagens do site do CBHVG.

- Sub-indicador 1B – Elaboração e Distribuição de Informativo digital e impresso

Meta: 2

Grau de Alcance: **META CUMPRIDA**

Resultado: Em 2019, foi criado o Boletim Semestral do comitê, com a finalidade divulgar as notícias da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Durante o ano de 2019, foram divulgados dois boletins nº 01 e 02 – semestrais.

Os boletins foram encaminhados para todo o *mailing* de contatos do CBH Verde Grande. Seguem, abaixo, as notícias dos boletins encaminhados:

BOLETIM ELETRÔNICO DO CBH VERDE GRANDE Nº 01 – JUNHO/2019



NOTÍCIAS DO VERDE GRANDE

JANEIRO

PRODUTORES RURAIS DO PROJETO GORUTUBA ASSOCIAM PISCICULTURA AO TRABALHO



Atividade tem ajudado muitos produtores com renda extra. [Saiba mais](#)

SECA É UM PROBLEMA ANTIGO NO NORTE DE MINAS



Para criar animais um dos caminhos tem sido a adoção de novas culturas. [Saiba mais](#)

FEVEREIRO

SECA E FALTA DE INVESTIMENTOS AMEAÇAM O PROJETO GORUTUBA

A crise hídrica, associada à falta de investimentos, pode pôr fim ao projeto de irrigação Gorutuba, em Nova Porteirinha, o segundo maior de Minas Gerais, que movimenta anualmente cerca de R\$ 70 milhões, somente com o plantio de banana. Caso o projeto seja desativado, cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos poderão ser extintos. [Leia Mais](#)

MORADORES TEMEM RISCOS QUE BARRAGEM DE RIACHO DOS MACHADOS PODE TRAZER CASO SE ROMPA



Barragens de rejeitos do local, no norte de Minas acumula cerca de 65% da capacidade total; barragem é classificada como de baixo risco, mas com dano potencial alto.

[Saiba mais](#)

REUNIÃO DEBATE IMPACTOS E SEGURANÇA DE BARRAGENS NO NORTE DE MINAS

Desastre em Brumadinho alerta para riscos. [Saiba mais](#)

COMITÊ ALERTA SOBRE POUCAS CHUVAS E CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, Dirceu Colares, abriu a reunião extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019, alertando que as poucas chuvas registradas no ano de 2018/2019 estão começando a surtir efeito nessa bacia hidrográfica... [Leia Mais](#)

FALTA DE CHUVA NO NORTE DE MINAS COMPLICA AS LAVOURAS DA REGIÃO

Produtor tem prejuízo de cerca de 80% do milho. [Saiba mais](#)

MARÇO**COMAR/SER/ANA DIVULGA BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO DA ALOCAÇÃO DA ÁGUA DO SISTEMA HÍDRICO VERDE GRANDE**

Informações até fevereiro de 2019. Neste boletim, à página 5, foram acrescentadas informações relativas ao histórico de 2009 a 2019 em que o sistema hídrico esteve em EH Azul. [Acesse o Boletim](#)

INICIATIVA AJUDA PRODUTORES RURAIS A CUIDAREM DO MEIO AMBIENTE EM MONTES CLAROS

Trabalho incentiva reciclagem de materiais descartáveis. [Saiba mais](#)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS AMEAÇAM BACIA VERDE GRANDE, NO NORTE DE MINAS

Pesquisa do Instituto de Ciências Agrárias faz projeção para os próximos 50 anos.

Na região do Norte de Minas, é intenso o uso de recursos hídricos para grandes projetos de agricultura irrigada.... [Leia mais](#)

GOVERNADOR VAI A JAÍBA E DESTACA IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA REGIÃO

Dando sequência ao "Giro pelo Estado", Romeu Zema esteve com produtores rurais e defendeu o trabalho de regularização fundiária. [Leia mais](#)

NO DIA MUNDIAL DA ÁGUA, ESTUDANTES CONHECEM ESTAÇÃO DA COPASA

Estudantes visitaram central de distribuição da COPASA. Ações marcam Dia Mundial da Água e alertam para maior cuidado com recurso natural. [Saiba mais](#)

ABRIL**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO PROJETO JAÍBA DEVE SER DISCUTIDA**

Requerimento de audiência sobre a demanda foi aprovado pela Comissão de Assuntos Municipais. [Leia mais](#)

BARRAGENS DE ÁGUA EM MINAS GERAIS PODERÃO SER CADASTRADAS ATÉ O FIM DO MÊS

O prazo anterior era 28 de março, mas foi prorrogado pelo IGA. O estado tem 100 barragens que precisam de cadastramento. [Leia mais](#)

CODEVASF PLANEJA NOVAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL NO NORTE DE MG

A CODEVASF investirá R\$ 3 milhões em novas ações de recuperação hidroambiental em cinco municípios da região norte de Minas Gerais. As intervenções devem ocorrer em Francisco Sá, Bocaiúva... [Leia mais](#)

EXAMES DETECTAM 18 TIPOS DE AGROTÓXICOS NA ÁGUA EM MONTES CLAROS

Levantamento mostra ainda que sete destes estão associados a doenças crônicas. [Leia mais](#)

CBH VERDE GRANDE REALIZA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA CIDADE DE PORTEIRINHA/MG

No dia 02 de abril de 2019, em Porteirinha/MG, os membros do CBH Verde Grande se reuniram para realizar a 31ª reunião ordinária do comitê para discutirem sobre a barragem de rejeitos da Mineradora Riacho dos Machados. Além disso houve, além de demais debates e apresentações, a apresentação sobre estudo "Gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas", com enfoque nos sumidouros cársticos em Jaíba.

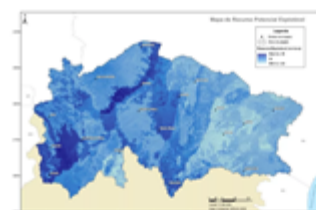
MAIO

PESQUISA BUSCA ALTERNATIVAS DE IRRIGAÇÃO COM ECONOMIA DE ÁGUA PARA A FRUTICULTURA NO NORTE DE MINAS

Parceria entre Embrapa e Epamig irá tratar o tema em Dia de Campo, cerca de 58% da produção de banana do norte de Minas é produzida em Jaíba. [Leia mais](#)

ESTUDO DESCOBRE 'REPRESA OCULTA' NO SUBSOLO DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Maior levantamento hidrológico já feito no país aponta que Norte de Minas tem reservas exploráveis equivalentes a 20% do maior reservatório da CEMIG. [Leia mais](#)

PESQUISA QUE PERCORREU O NORTE DE MINAS APONTA GRANDE POTENCIAL DE ÁGUA SUBTERRÂNEA PARA USO

“Projeto Águas do Norte de Minas” concentrou ações nas bacias do Rio São Francisco e Jequitinhonha; estudos que durou 10 anos, aponta potencial de água equivalente a 20% do reservatório de Três Marias. [Leia mais](#)

LENHA ECOLÓGICA SERÁ PRODUZIDA EM MONTES CLAROS

A cidade de Montes Claros passará a produzir a lenha ecológica, a partir de madeira jogada no lixo pela cidade, em projeto inédito... [Leia mais](#)

PREFEITURA SOLICITA MEDIÇÃO DA BARRAGEM DE JURAMENTO

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Montes Claros vai pedir a realização de batimetria na barragem de Juramento. [Leia mais](#)

JUNHO

ESPECIALISTA FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No dia mundial do Meio Ambiente, especialista Fernando Brito, chefe de gabinete da CODEVASF, fala sobre a importância da conservação dos recursos hídricos. [Leia mais...](#)

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE É COMEMORADO EM MONTES CLAROS

Ambientalista Eduardo Gomes fala sobre a atuação do Instituto Grande Sertão na luta pela preservação dos recursos naturais em Montes Claros e norte de Minas. [Leia mais...](#)

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE É COMEMORADO EM MONTES CLAROS

Ambientalista Eduardo Gomes fala sobre a atuação do Instituto Grande Sertão na luta pela preservação dos recursos naturais em Montes Claros e norte de Minas. [Leia mais...](#)

PRODUTORES RURAIS PARTICIPAM DE TREINAMENTO EM MONTES CLAROS

Dia de campo capacita produtores rurais de Montes Claros a utilizar tecnologia e gestão de negócios como ferramentas para driblar as condições climáticas adversas, mantendo a boa produção. [Saiba mais...](#)

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA COPASA EM MONTES CLAROS

Qualidade da água e demais serviços fornecidos pela Copasa são discutidos em audiência pública na Câmara Municipal de Montes Claros. [Leia mais...](#)

PREFEITURA PROMOVE PRIMEIRA VISITA ECOLÓGICA À CACHOEIRA DO BERNADINHO

A Prefeitura Municipal de [Luiú/Bahia](#), através da Coordenação Municipal de Meio Ambiente/SEAMA, realizou a 1ª Visita Ecológica à Cachoeira do Bernardino, localizada nas proximidades da sede do município. [Leia mais...](#)

PREFEITURA INICIA DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM MONTES CLAROS

A Prefeitura de Montes Claros iniciou a demolição de construções que foram levantadas em área irregular na cidade. [Saiba mais...](#)

PROJETO DE COLETA SELETIVA DE LIXO É IMPLANTADO EM MONTES CLAROS

Secretaria de serviços urbanos planeja implementar a medida em toda a cidade. [Saiba mais...](#)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IUIÚ DISTRIBUI SEMENTES DE MARACUJÁ PARA PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR



A Prefeitura Municipal de Iuiú, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, distribuiu em torno de 150 mil sementes de Maracujá Amarelo para produtores. [Leia mais...](#)

BOLETIM ELETRÔNICO DO CBH VERDE GRANDE Nº 02 – DEZEMBRO 2019



NOTÍCIAS DO VERDE GRANDE

JULHO

PROGRAMA AJUDA A PROTEGER NASCENTES E PROMOVE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL EM MONTES CLAROS

Projeto da Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros utiliza drones para mapear áreas de nascentes que necessitam ser recuperadas. [Clique aqui e saiba mais.](#)

ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM A FUNASA, PREFEITURA DE CAPITÃO ENÉAS ESTÁ CONSTRUINDO BANHEIROS NA SEDE DO MUNICÍPIO E EM COMUNIDADES



Fonte: Portal Prefeitura de Capitão Enéas

Iniciativa busca estruturar o saneamento básico do município além de melhorar a qualidade de vida da população rural. [Saiba mais](#)

AGOSTO

VIVEIRO COMUNITÁRIO FACILITA ACESSO DE PRODUTORES A MUDAS



Fonte: G1 – Inter TV Rural

Viveiro criado em Glaucilândia-MG auxilia pequenos produtores rurais no acesso de mudas de espécies nativas, contribuindo também para promover a sensibilização ambiental e recuperação da vegetação. [Saiba mais](#)

SECA CAUSA PREJUÍZOS AOS PRODUTORES DO NORTE DE MINAS



Fonte: G1 – Inter TV Rural

Segundo o presidente do CODEMA, José Maurício Melo, baixo volume de chuva aliado às ações de degradação ao meio ambiente tem causado o secamento de diversas fontes de água no norte de Minas. A EMATER/MG estima que perdas na produção chegam a 95%. [Saiba mais](#)

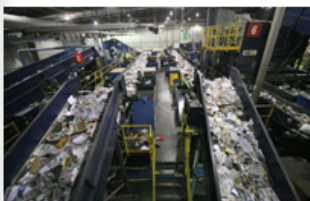
COMUNIDADES RURAIS PASSAM A SER ATENDIDAS POR COLETA DE LIXO EM MONTES CLAROS



Fonte: G1 – Inter TV Rural

Famílias da zona rural de Montes Claros estão sendo orientadas a fazer descarte correto de lixo para facilitar a coleta. Medida favorece a qualidade de vida dos moradores e auxilia na preservação do meio ambiente. [Clique aqui](#) para mais informações.

CONSÓRCIO UNIÃO DA SERRA GERAL DIVULGA EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DE PPP VISANDO IMPLANTAÇÃO DE USINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DA SERRA GERAL DE MINAS



Fonte: uniaodaserrageral.mg.gov.br

A Consulta Pública visa a contratação de Parceria Público-Privada (PPP) para prestação dos serviços relacionados à implantação e manutenção de Usina de Resíduos Sólidos Urbanos dos municípios integrantes do Consórcio União da Serra Geral – MG. Para mais informações, acesse o [edital](#).

PRODUTORES RURAIS DENUNCIAM REPRESAMENTO DE UM RIO EM MONTES CLAROS

Fazendeiro construiu barragem e desvio no rio Traíras, prejudicando o abastecimento de dezenas de famílias na comunidade de Morro Vermelho. [Saiba mais](#)

EMATER DIVULGA RELATÓRIO AGROCLIMATOLÓGICO DO NORTE DE MINAS

Segundo técnico da EMATER/MG, Aroldo Rodrigues, relatório demonstra efeitos negativos da estiagem sobre a atividade agropecuária e aponta para a necessidade de reservação de água na região. [Saiba mais](#)

SETEMBRO

CIDADES DECRETAM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DEVIDO A SECA NO NORTE DE MINAS

Dos municípios mineiros que decretaram situação de emergência por causa da seca, a maior parte são do norte de Minas. População rural sobrevive com água de caminhões-pipa. [Saiba mais](#)

NA SEMANA DA ÁRVORE, RIO MOSQUITO PASSA POR MUTIRÃO DE LIMPEZA, EM PORTEIRINHA/MG



Fonte: Portal Prefeitura de Porteirinha

Uma iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo em parceria com o Departamento de Limpeza Pública de Porteirinha reuniu estudantes para um mutirão de limpeza do rio Mosquito, principal afluente do município. [Clique aqui](#) e saiba mais.

PREFEITURA DE IUIU REALIZOU FEIRA AGROPECUÁRIA COM DEZENAS DE EXPOSITORES DO MUNICÍPIO E REGIÃO



Fonte: Portal Prefeitura de Iuiu

O evento aconteceu na Chácara Bom Viver, onde reuniu diversos expositores de Bovinocultura de leite e corte, Ovinocultores, Associações Comunitárias, Artesãos e demais Produtores da Agricultura Familiar de nosso Município. [Saiba mais](#)

OUTUBRO

AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO E AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) PROMOVEM OFICINA SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO VERDE GRANDE EM MONTES CLAROS/MG.



Fonte: blogdolatinha.com

O evento contou com participação de usuários da água, membros do Comitê e representantes dos órgãos gestores IGAM e INEMA. O objetivo foi debater aspectos relacionados à implementação coordenada dos instrumentos de gestão, tais como: cobrança, outorga e plano de recursos hídricos. [Saiba mais](#)

SEMINÁRIO REALIZADO EM PORTEIRINHA DEBATE FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DA SERRA GERAL



Fonte: Portal Prefeitura de Porteirinha

O Seminário do Turismo da Serra Geral reuniu lideranças, entidades, membros da sociedade civil organizada, empresários do ramo e associações de diversos municípios. O objetivo do evento foi encontrar caminhos para transformar a região da Serra Geral em destino turístico estruturado e preparado para receber os visitantes. [Saiba mais](#)

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E COMITÊ DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE APRESENTAM PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA "PRODUTOR DE ÁGUA" NA MICROBACIA DO RIO JURAMENTO, BACIA DO RIO VERDE GRANDE

Fonte: Acervo CBH Verde Grande 2019

O encontro contou com a participação de representantes de diversas instituições parceiras (COPASA, EMATER, IBAMA, IEF, IDENE, Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros, Prefeitura de Juramento) e definiu a forma de colaboração de cada uma para implementação do Projeto "Águas do Verde Grande". [Saiba mais](#)

PREFEITURA DE PORTEIRINHA OFERECE À POPULAÇÃO CURSO GRATUITO DE SABÃO ECOLÓGICO E DETERGENTE EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA ÁRVORE

Fonte: Portal Prefeitura de Porteirinha

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Porteirinha promoveu um curso de produção de sabão ecológico, desinfetante e detergente, como parte da programação da Semana da Árvore. Além de Porteirinha, haviam cursistas dos municípios de Serranópolis de Minas e Janaúba. [Saiba mais](#)

ESTUDANTES DE GLAUCILÂNDIA FAZEM PROJETO PARA AJUDAR O RIO DAS PEDRAS

Projeto desenvolvido pelos alunos conta com participação de toda a comunidade e auxilia na revitalização do rio das Pedras, afluente do rio Verde Grande. [Saiba mais](#)

ÁREAS PROTEGIDAS DO PROJETO JAÍBA COMPLETAM 20 ANOS

Sistema de Áreas Protegidas (SAP) do Projeto Jaíba, maior projeto de irrigação da América Latina, completa duas décadas neste ano de 2019. [Saiba mais](#)

PREFEITURA DE ESPINOSA EM PARCERIA COM A EMATER, OFERTA PALESTRAS DE CAPACITAÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS

Fonte: Portal Prefeitura de Espinosa

"Dia de Campo" foi promovido pela prefeitura Municipal de Espinosa através das Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, em parceria com a EMATER e os produtores rurais da região. [Clique aqui](#) e saiba mais.

NOVEMBRO

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM) PROMOVE ENCONTRO PARA DISCUTIR MUDANÇAS NA EMISSÃO DE OUTORGAS NO ESTADO

Workshop será o momento de tirar dúvidas e explicar as novas regras relacionadas a Portaria 48 do IGAM e ao Decreto Estadual 47.705/2019. As inscrições são gratuitas. [Saiba mais](#)

NÍVEL DE BARRAGEM CAI E MONTES CLAROS VOLTA AO RACIONAMENTO DE ÁGUA

Foto: Panciano Neto

Redução do nível da barragem do Rio Juramento (Sistema Rio Verde Grande), que responde por 60% do abastecimento da cidade, obriga Copasa a retomar o racionamento de água. [Saiba mais](#)

1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DA CODANORTE

Foto: Emerson Gomes

Evento organizado pelo Consórcio de Desenvolvimento Ambiental do Norte de Minas (Codanorte) debateu soluções para a gestão ambiental dos municípios mineiros do Norte de Minas. [Saiba mais](#)

PREFEITURA DE MONTES CLAROS DIVULGA EDITAL PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE CERCAMENTO DE NASCENTES, HORTA COMUNITÁRIA E ELABORAÇÃO DE ZEE DO MUNICÍPIO.

Edital do Chamamento Público tem o objetivo de estimular a preservação e conservação do meio ambiente, a educação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. O prazo para inscrever projetos é de 14/11/2019 a 18/12/2019. [Acesse o edital](#)

PREFEITURA DE MONTES CLAROS DISTRIBUI MUDAS PARA A POPULAÇÃO

Fonte: Portal Prefeitura de Montes Claros

Secretaria de Meio Ambiente está disponibilizando cerca de 5 mil mudas de diversas espécies para a população. O objetivo da ação é melhorar as condições do clima e promover a beleza da cidade. [Saiba mais](#)

CODEVASF ESTÁ CONTRATANDO EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO HIDROAMBIENTAL NA BACIA DO RIO JURAMENTO

A 1ª Superintendência Regional da CODEVASF divulgou edital para contratação de empresa para realização do diagnóstico e elaboração do projeto de engenharia hidroambiental da bacia de drenagem da Barragem Juramento, no município de Juramento/MG. Para mais informações, acesse o [edital](#).

DEZEMBRO

CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR TEM INÍCIO NO PROJETO JAÍBA DE FORMA GRATUITA PARA O PRODUTOR RURAL



Fonte: Portal Prefeitura de Jaíba

O Cadastro Ambiental Rural – CAR, está sendo realizado nos lotes de 5 hectares do Projeto Jaíba, de forma gratuita para os produtores, graças à parceria entre a Prefeitura de Jaíba, Emater e Codevasf. [Clique aqui](#) para saber mais.

REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE PEQUENO EM ESPINOSA – MG



Fonte: blogdolatinha.com

A 4ª Reunião Ordinária da Comissão Gestora da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Pequeno aconteceu no auditório da EMATER em Espinosa – MG. Dentre os temas abordados estava o Termo de Alocação 2019/2020 do Sistema Hídrico Estreito e Cova da Mandioca. [Clique aqui](#) para saber mais.

Figura 3 – Boletins semestrais nº 01 e 02/2019.

INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Plano de Aplicação Plurianual

Meta:

1. (2A) Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual, contendo:
 - ✓ Componentes e subcomponentes priorizados no período, com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;
 - ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente); e
 - ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.
2. (2B) Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:
 - ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra;
 - ✓ Objeto e valor da ação;
 - ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento;
 - ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;
 - ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual;
 - ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto;

- ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e,
- ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.

Considerações:

No **Anexo II** apresenta-se o Plano de Aplicação Plurianual para os anos de 2018 a 2020 e No **Apêndice I** é apresentado o Relatório Anual de Acompanhamento das Ações, identificando as principais ações desenvolvidas no ano de 2018, com recursos financeiros da cobrança pelo uso de recursos hídricos previstos no PAP 2018-2020.

Resultado: Produzidos 2 (dois) relatórios, conforme **Apêndices I e III**.

Grau de Alcance: META CUMPRIDA

INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Tabela 10 – Procedimentos de apuração de Resultados da Meta

APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%)	
Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.	
Fórmula de cálculo: ID (%) = (VD/VR) *100	
	ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%
	VD = Valor desembolsado, em reais por ano.
	VR = Valor repassado, em reais por ano = Valor repassado, em reais por ano.

Apuração do Resultado nº 001 - Recursos da cobrança

Fórmula: ID (%) = (VD/VR) *100

Meta: 50% (cinquenta por cento)

ID = 39% (trinta e nove por cento)

VD = R\$ 70.101,41

VR = R\$ 178.389,96

Grau de Alcance: META PARCIALMENTE CUMPRIDA

VD = $\frac{R\$ 70.101,41}{R\$ 178.389,96} \times 100 = 39\%$

VR = R\$ 178.389,96

Subindicador 3A. Índice de desembolso anual (%).

Meta: 50 % (cinquenta por cento)

Resultado: 39%*

Grau de Alcance: META PARCIALMENTE CUMPRIDA. (*)

Nota de esclarecimento: Em 2019, o desembolso total foi de R\$ 70.101,41, de acordo com o ANEXO I. Desse montante, R\$ 65.285,08 referem-se a ações de investimento

dentro da rubrica de 92,5% previstos no PAP 2018-2020 e R\$ 4.816,33 referem-se ao custeio administrativo da Agência, dentro da rubrica de 7,5% pagos com recurso da cobrança, fonte 116. Foi utilizado, também, recurso adicional da fonte 183 para as despesas do custeio administrativo, no valor de R\$ 227.834,08 (ANEXO II). Por não ser recurso da cobrança, essa despesa não fez parte do cálculo do indicador.

Houve execução de 78% da meta estabelecida. O que, a princípio, poderia ser pensado como um valor negativo, traduz, na verdade, um desempenho importante, pois há que se levar em consideração algumas variáveis.

Uma delas é o tempo, ou seja, 2019 foi apenas o segundo exercício de execução do contrato de gestão, quando ainda estavam sendo aperfeiçoados os critérios e definidas prioridades por parte do comitê.

Outra variável é a incerteza da arrecadação, inicialmente prevista para 128.003,00, mas encerrando o exercício com 175.532,93. Embora seja um dado positivo, o conhecimento do mesmo se deu apenas nos últimos dias do exercício, quando já não havia possibilidade de programação de atividades complementares.

A variável mais significativa, entretanto, foi o PTE, que acabou atuando de forma concorrente com as próprias metas do contrato de gestão. Em que pese sua relevância para a bacia hidrográfica, as atividades do PTE, por não serem custeadas com recursos da cobrança, não são computadas no cálculo das metas do CG. Consumiram, entretanto, horas de dedicação da equipe técnica da APV, mostrando que o resultado final deste indicador seria mais bem traduzido pela soma de ambos os valores, ou seja, PTE e metas do CG.

O valor desembolsado na ação do PTE perfaz um montante de R\$ 330.112,56, conforme o ANEXO III.

Tabela 11 - Repasses em 2019

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
22/01/2019	1º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	3.144,06
06/05/2019	2º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	7.190,24
27/06/2019	3º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	22.995,37
23/07/2019	4º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	24.727,65
29/08/2019	5º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	23.057,53
25/09/2019	6º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	16.715,21
23/12/2019	7º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	77.702,87
	Recursos recebidos da cobrança (2)	175.532,93
Resultado líquido aplicação financeira da conta (REC DA COBRANÇA) 01/01 a 31/12/2019		2.857,03
Somatório da categoria Recursos da Cobrança		178.389,96

DESPESAS - (R\$)	
Total Gasto - (CUSTEIO)	4.816,33
Total Gasto - (INVESTIMENTO)	65.285,08
Somatório Geral	70.101,41

Tabela 12- Desembolsos em 2019

As **Tabela 11 e Tabela 12**- Desembolsos em 2019 demonstram sinteticamente a execução financeira do CG exercício 2019 para a categoria da cobrança.

Tabela 13 - Procedimentos de apuração de Resultado da Meta.

APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%)	
Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.	
Fórmula de cálculo: $ID (\%) = (VD/VR) * 100$	
ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%	
VD = Valor desembolsado, em reais por ano.	
VR = Valor repassado, em reais por ano = Valor repassado, em reais por ano.	

Apuração do Resultado nº 001 - Recursos da cobrança

Fórmula: $ID (\%) = (VD/VR) * 100$

Meta: 50% (cinquenta por cento)

ID = 39% (trinta e nove por cento)

VD = R\$ 70.101,41

VR = R\$ 178.389,96

Grau de Alcance: **META PARCIALMENTE CUMPRIDA**

VD = R\$ 70.101,41 X 100 = 39%

VR = R\$ 178.389,96

Tabela 14 - Repasses do Contrato de Gestão até 31 de Dezembro de 2019

Repasses, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							Índice de Desembolso Anual
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	
		2018	65.902,53	0,00	65.902,53	14.152,23	21%
		2019	175.532,93	2.857,03	178.389,96	70.101,41	39%
		TOTAL	241.435,46	2.857,03	244.292,49	84.253,64	

Tabela 15 - Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)

Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2018	25%	21%	84%
2019	50%	39%	78%

Houve, também, receitas e despesas da Fonte 183, recurso adicional, para custeio do comitê e da APV. Os valores estão demonstrados abaixo, bem como integram o ANEXO II.

A Tabela 16 traz as receitas do recurso adicional, no valor total anual de R\$ 883.939,64. Na Tabela 17 estão registradas as despesas operacionais, no total anual de R\$ 227.834,08.

Reitera-se que as despesas da fonte 183 não fazem parte do resultado do indicador 3A.

Tabela 16 - Repasses do custeio adicional - Fonte nº 183

RECEITAS CUSTEIO ADICIONAL - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
05/11/2019	Recursos recebidos no exercício custeio adicional - Fonte nº 183	340.000,00
	Recursos recebidos custeio adicional	340.000,00
	Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019 - (custeio adicional)	523.939,64
	Resultado líquido da aplicação financeira (Custeio Adicional) 01/01/2019 a 31/12/2019	19.662,68
	Somatório da categoria recursos custeio adicional	883.939,64

Tabela 17 - Desembolso do custeio adicional - Fonte nº 183

RESUMO DESPESAS CBH VERDE GRANDE	
Folha de Pagto (INSS, FGTS, IRRF, PIS, contribuições sindicais, férias, rescisões, 13º Salário, encargos)	125.935,32
Pagamento despesas com hospedagem, ressarcimentos e alimentação equipe Agência Peixe Vivo	5.920,30
Pequenas despesas para manutenção de serviços (sede comitê)	17.746,81
Publicação e divulgação de Atos convocatórios e documentos oficiais	3.315,84
Pagamento de tarifas dos serviços de energia elétrica (sede comitê)	3.739,57
Material de consumo	267,84
Contratos de aluguéis imóveis: IPTU, condomínio, água e taxas (sede comitê)	19.200,00
Contratação de consultoria "Pessoa Física" especializada para moderação da oficina para definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande.	9.792,00
Locação de estação de videoconferência de alta definição e câmera para os escritórios de Maceió/AL e Montes Claros/MG	9.510,57
Hospedagem de dados, Home Page e internet	1.190,00
Despesas com telefonia em (sede comitê)	5.826,93
Serviços de agenciamento de viagens, transfer, passagens terrestres equipe Agência Peixe Vivo	8.531,30
Aquisição de Equipamento permanente	15.804,00

Aquisição de persianas para o escritório de Montes Claros	1.040,00
Despesas Banco	13,60
Total do desembolso com recursos do custeio adicional fonte nº 183 (01/01/2019 até 31/12/2019)	227.834,08

O recurso para PTE, também da Fonte 183, destina-se às ações descritas abaixo, bem como às respectivas despesas administrativas, estas de 15%, para o acompanhamento e fiscalização dos projetos executados no âmbito do PTE.

Compõem este relatório de gestão os anexos específicos relativos ao PTE.

Tabela 18 – Repasse adicional PTE – Fonte nº 183

RECEITAS PROJETOS ESPECÍFICOS - PTE (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
-	Recursos recebidos no exercício - (Recursos Projetos Específicos) - Fonte nº 183	0,00
	Recursos recebidos do Projeto específico (1)	0,00
	Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019 - (recursos do PTE)	1.557.693,18
	Resultado líquido aplicação financeira da conta (REC PTE) 01/01/2019 a 31/12/2019	64.454,43
	Somatório da categoria Projetos específicos - PTE (1)	1.622.147,61

Tabela 19 – Desembolso do recurso adicional (PTE) – Fonte nº 183

RESUMO DESPESAS (CBH VERDE GRANDE)	
DESPESAS COM RECURSOS (PROJETOS ESPECÍFICOS) - fonte nº 183	
Publicação de atos convocatórios e documentos oficiais em jornais (Atos e Extratos) PTE/MOP (15%)	764,42
Diárias de viagens - PTE/MOP (15%)	2.440,58
Serviços de agenciamento de viagens - PTE/MOP (15%)	8.779,23
Contratação de consultoria especializada para acompanhamento e fiscalização da elaboração do manual operativo do plano de bacia do Rio Verde Grande. PTE/MOP (15%)	33.099,00
Publicação de atos convocatórios e documentos oficiais em jornais (Atos e Extratos) PTE/IOH (15%)	3.837,80
Diárias de viagens - PTE/IOH (15%)	234,94
Serviços de agenciamento de viagens - PTE/IOH (15%)	2.468,54
Contratação de consultoria "Pessoa Física" especializada para acompanhamento e fiscalização da proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia do Rio Verde Grande - PTE/IOH (15%)	13.026,00
Contratação de serviços de consultoria especializada para elaborar o manual operativo do plano de recursos hídricos da bacia do rio verde grande: MOP - PRH Verde Grande	168.759,18
Contratação de Consultoria especializada para análise e proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, considerando as ações de regularização e transposição de vazões entre bacias, apresentadas em seu plano de recursos hídricos. - PTE/IOH	96.702,87
Total desembolsado com ações de despesas administrativas - PTE/MOP (15%)	19.567,28
Total desembolsado com ações de despesas administrativas - PTE/IOF (15%)	45.083,23
Total desembolsado com ações de MOP - PRH Verde Grande	168.759,18
Total desembolsado com ações de IOH Verde Grande	96.702,87
Total Geral	330.112,56

Subindicador 3B. Propor estratégia de integração para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande visando à implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos

Meta: 0

Resultado: Foi elaborado o Relatório Técnico (Apêndice 3B), contendo a descrição da estratégia de integração para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande.

Grau de Alcance: **META CUMPRIDA**

Subindicador 3C. Atendimento ao usuário em cobrança

Meta: 12 meses de fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Resultado: 12 meses

Grau de Alcance: **META CUMPRIDA**

Considerações: O atendimento aos usuários em cobrança foi feito durante todo o ano de 2019, por meio do telefone nº 0800-031.16.07, disponibilizado pela Agência Peixe Vivo para essa finalidade.

Abaixo apresentamos a Tabela 20 com o resultado sobre o atendimento aos usuários em cobrança, no período de janeiro a dezembro de 2019.

Tabela 20 - Relatório sobre atendimento ao usuário em cobrança

Relatório sobre os atendimentos aos usuários em cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande							
Qt	Data da ligação	Nome do atendente	Identificação	Telefone / Endereço eletrônico	Assunto	Encaminhamentos	Identificação CG
1	10/01/2019	José Eustáquio	Dirceu Barbosa Braga Júnior	(38) 9998-80238 / lucyannabraga@hotmail.com	Usuário solicitou boleto de cobrança do mês de outubro/18.	Boleto solicitado para o setor específico da ANA, e, posteriormente, enviado para o usuário.	CG ANA 083/17

Foi recebida 1 (uma) ligação no segundo ano de atendimento aos usuários da bacia do Rio Verde Grande.

Neste número a Agência Peixe Vivo disponibiliza serviço de atendimento telefônico gratuito para orientar os Usuários de Recursos Hídricos sobre o Regla, além do serviço de orientação para atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.

INDICADOR 4 – RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBHVG

Meta: 10

Resultado alcançado: **NÃO SE APLICA**


Procedimento de apuração de resultados: Responsabilidade da aplicação do questionário no âmbito do CBH Verde Grande: Agência Nacional de Águas - ANA.

Aplicação durante a última reunião plenária do exercício 2019, realizada em dezembro e encaminhamento do link de formulário on-line.

A ANA contou com o apoio da Agência Peixe Vivo para mobilização dos membros para responderem ao questionário.

Grau de Alcance: EM ABERTO

Considerações: A aplicação do questionário junto aos membros do CBH Verde Grande ficou a cargo da equipe da Agência Nacional de Águas – ANA, muito embora a Agência Peixe Vivo tenha sugerido assumir, ela mesma, a tarefa, nos mesmos moldes como é feito no CBH São Francisco.

 sex 29/11/2019 11:24
Rubia <rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br>
RES: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Para: Tânia Regina Dias da Silva
Cc: Flávia Simões Ferreira Rodrigues; Grace Benfina Matos; Volney Zanardi Junior; dg@agbpeixe vivo.org.br
Esta mensagem foi enviada com a prioridade Alta.

De: Rubia <rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br>
Enviada em: sexta-feira, 29 de novembro de 2019 10:54
Para: Flávia Simões Ferreira Rodrigues <flavia.rodrigues@ana.gov.br>
Assunto: RES: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Bom Dia Flávia!

Tudo bem?

Sim, na verdade minha dúvida é se a ANA irá passar o questionário para os membros do Verde Grande. Os membros do São Francisco já estamos recolhendo as respostas, no entanto no VG no ano passado quem encaminhou e recebeu as respostas foi a Tânia da ANA.

Att.

Rubia Mansur

-----Mensagem original-----
De: Flávia Simões Ferreira Rodrigues <flavia.rodrigues@ana.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 27 de novembro de 2019 11:19
Para: Rubia
Assunto: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Bom dia, Rúbia,

A Grace me pediu para passar o modelo de questionário para avaliação das EDs pelos comitês. Qualquer dúvida entre em contato.

Att.

Flávia Simões Ferreira Rodrigues
Especialista em Recursos Hídricos
Superintendência de Apoio ao Singreh - SAS/ANA
(61) 2109-5122
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco L, Sala 106 - Ala Leste, Brasília (DF) www.ana.gov.br #AÁguaÉumaSó

-----Mensagem original-----
De: Flávia Simões Ferreira Rodrigues <flavia.rodrigues@ana.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 29 de novembro de 2019 10:58
Para: Grace Benfina Matos <grace.matos@ana.gov.br>; Volney Zanardi Junior <volney.zanardi@ana.gov.br>; Tânia Regina Dias da Silva <taniadias@ana.gov.br>
Assunto: ENC: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Vocês sabem responder a essa dúvida da Rúbia?

Att.

Flávia Simões Ferreira Rodrigues
Especialista em Recursos Hídricos
Superintendência de Apoio ao Singreh - SAS/ANA
(61) 2109-5122

excluir responder etapas principais mover marcas edição zoom

sex 29/11/2019 11:24

Rubia <rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br>
RES: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Para Tânia Regina Dias da Silva

Cc Flávia Simões Ferreira Rodrigues; Grace Benfica Matos; Volney Zanardi Junior; dg@agbpeixe vivo.org.br

Esta mensagem foi enviada com a prioridade Alta.

Ok Tânia.
Obrigada



De: Tânia Regina Dias da Silva [mailto:taniad@ana.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 29 de novembro de 2019 11:17
Para: rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br
Cc: Flávia Simões Ferreira Rodrigues; Grace Benfica Matos; Volney Zanardi Junior
Assunto: RES: Questionário de Avaliação -EDs-2018-VF

Prezada Rubia

É de conhecimento da SECEX do CBH Verde Grande que a aplicação do questionário de avaliação da AGB PV será feito pela ANA, inclusive já pautado na plenária do dia 10/12/2019, de como preencher e acessar o questionário de avaliação.

As avaliações da AGB PV está sendo feito no Verde Grande, conforme consta no contrato de gestão.

Qualquer dúvida, pode me enviar e-mail diretamente.

Att,



Tânia Regina Dias
Superintendência de Apoio ao SINGREH – SAS/ANA
(61) 2109-5319
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco L, Sala 109, Brasília (DF)
www.ana.gov.br
#AAguaéumaSó

A Agência Peixe Vivo, que não detém os dados da apuração das notas, encaminhou e-mail à ANA solicitando a tabulação dos dados, como forma de subsidiar a elaboração do presente Relatório de Gestão, conforme cópia do e-mail, abaixo.

qui 09/01/2020 17:27

Rubia <rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br>
Indicador Reconhecimento Social VG

Para Tânia Regina Dias da Silva; Grace Benfica Matos

Cc Laura Araújo; Jannyne; dg@agbpeixe vivo.org.br

Você encaminhou esta mensagem em 09/01/2020 17:41.

Boa Tarde Tânia,
Primeiramente desejo a você um 2020 com muita saúde e sucesso.

Estamos elaborando o relatório de gestão do CG do VG.
Neste sentido preciso dos resultados do Indicador do Reconhecimento Social aplicado pela ANA aos membros do CBH Verde Grande. Para inclusão do mesmo no relatório.

Estou à disposição para esclarecimentos adicionais.
Atenciosamente



Entretanto, não houve resposta formal por parte da ANA. Apenas em 21 de janeiro de 2020, por meio de contato telefônico, a APV foi informada ter havido um erro na aplicação do questionário, sendo o link enviado pertencente a outro comitê de bacia. Diante do exposto, a Agência Nacional de Águas solicitou apoio da Agência Peixe Vivo, informando que seria criado novo link para respostas do questionário e que o mesmo deveria ser encaminhado pela APV para os membros do Comitê. A Agência Peixe Vivo se dispôs ao trabalho, mas deixou claro que com menos de dez dias para entrega do relatório de gestão, a apuração dos resultados ficaria extremamente prejudicada.

Em 22 de janeiro de 2020 foi encaminhado aos membros do CBH Verde Grande o link do questionário. Até o momento da elaboração deste relatório, só havia sido entregue um único questionário respondido, confirmando a não representatividade dos dados.

Diante do exposto, a Agência Nacional de Águas, assumindo seu próprio erro, informou que irá formalizar junto a Cav/ANA o problema relatado acima e irá solicitar maior prazo para encaminhamento do resultado do indicador 4, para que a Entidade Delegatária não seja prejudicada.

Em relação aos questionários respondidos presencialmente durante a plenária do CBH Verde Grande, a ANA também não informou sobre sua tabulação.

Portanto, a Agência Peixe Vivo sugere mais uma vez que para os próximos exercícios a própria APV aplique o questionário, enquanto aguarda a decisão formal relacionada à apuração deste indicador.

CONCLUSÃO

Conforme demonstrado neste Relatório, os indicadores previstos no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão Nº 083/ANA/2017, firmado entre ANA e Agência Peixe Vivo foram atendidos, em cumprimento às obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2020.


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral

ANEXOS

ANEXO I - Relatório gerencial das demonstrações financeiras Recursos da Cobrança.



CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017 - CBH VERDE GRANDE
RELATÓRIO GERENCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RECURSOS DA COBRANÇA

PERÍODO 01 DE JANEIRO 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS**1.2 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS - RECURSOS DA COBRANÇA - FONTE Nº 116**

RECEITAS RECURSOS DA COBRANÇA - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
22/01/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	3.144,06
06/05/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	7.190,24
27/06/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	22.995,37
23/07/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	24.727,65
29/08/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	23.057,53
25/09/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	16.715,21
23/12/2019	Recursos recebidos da cobrança - Fonte nº 116	77.702,87
Recursos recebidos da cobrança (2)		175.532,93
Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019 - (REC DA COBRANÇA)		40.347,29
Resultado líquido aplicação financeira da conta (REC DA COBRANÇA)_01/01 a 31/12/2019		2.857,03
Somatório da categoria Recursos da Cobrança -(2)		218.737,25

2. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS**2.1 DESPESAS COM RECURSOS DE CUSTEIO - 7,5% - Fonte Nº 116**

RESUMO DESPESAS (CBH VERDE GRANDE)	
DESPESAS COM RECURSOS DE CUSTEIO - 7,5% - fonte nº 116	
Aquisição de Vale transportes	153,90
Material de Consumo	238,70
Pagamento de ressarcimentos e solicitação de reembolsos.	784,41
Hospedagem de dados, Home Page e internet	238,00
Pequenas despesas para manutenção de serviços (sede comitê)	1.033,22
Serviços de agenciamento de viagens	1.940,60
Despesas com telefonia (sede comitê)	427,50
Total gasto com recursos de custeio (A)	4.816,33

2.2 DESPESAS COM RECURSOS DE INVESTIMENTOS - 92,5% - fonte nº 116

RESUMO DESPESAS (CBH VERDE GRANDE)	
DESPESAS COM RECURSOS DE INVESTIMENTOS - 92,5% - fonte nº 116	
Diárias de viagens para membros custeados do CBH VERDE GRANDE	7.381,60
Hospedagem de dados, Home Page e internet - (Hospedagem do site do CBH Verde Grande)	112,00
Publicação, divulgação de atos convocatórios e documentos oficiais em jornais (Atos e Extratos)	904,86
Material de Consumo	199,56
Serviços de agenciamento de viagens	13.431,39
Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais institucionais em atendimento à demanda do Comitê da Bacia do Rio Verde Grande	25.300,00
Contratação de empresa especializada para planejamento e desenvolvimento de portal (website), em atendimento ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	13.084,94
Contratação de consultoria para elaboração de diagnóstico e projeto básico de conservação de Recursos Hídricos em uma parcela da Bacia Hidrográfica do Rio Juramento/MG	4.870,73
Total gasto com recursos de investimentos (B)	65.285,08



TOTAL GASTO - (CUSTEIO) - TABELA (A)	4.816,33
TOTAL GASTO - (INVESTIMENTO) - TABELA (B)	65.285,08
SOMATÓRIO GERAL (A+B)	70.101,41

3. DETALHAMENTO DO SALDO CONTA CORRENTE

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	SALDOS
Saldo financeiro	148.635,84
TOTAL GERAL	148.635,84

4 - DETALHAMENTOS DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

4.1 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A CATEGORIA (RECURSOS DE INVESTIMENTOS - FONTE 116)

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS	Valor (R\$)
Saldo financeiro apurado no final do exercício de 2018 e transportado para 2019	40.347,29
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	2.908,26
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	6.650,97
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	21.270,72
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	22.873,08
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	21.328,22
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	15.461,57
Recursos recebidos da rubrica Cobrança	71.875,15
Receita de aplicação financeira 01/01/2019 até 31/12/2019 - (cobrança)	2.642,75
Total Geral da receita da cobrança até 31/12/2019	205.358,01
Despesas da categoria de investimento referente ao período 01/01/2019 até 31/12/2019	-65.285,08
Saldo disponível a ser transportado para o exercício de 2020	140.072,93

Nota explicativa

O valor de R\$ 40.347,29 corresponde ao saldo financeiro apurado no final do exercício de 2018 e transportado para o exercício de 2019, compondo as receitas de investimento;

Recebido no dia 22/01/2019 o valor de R\$ 3.144,06, referente ao 1º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 2.908,26 (92,5% de R\$ 3.144,06);

Recebido no dia 06/05/2019 o valor de R\$ 7.190,24, referente ao 2º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 6.650,97 (92,5% de R\$ 7.190,24);

Recebido no dia 27/06/2019 o valor de R\$ 22.995,37, referente ao 3º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 21.270,72 (92,5% de R\$ 22.995,37);

Recebido no dia 23/07/2019 o valor de R\$ 24.727,65, referente ao 4º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 22.873,08 (92,5% de R\$ 24.727,65).

Recebido no dia 29/08/2019 o valor de R\$ 23.057,53, referente ao 5º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 21.328,22 (92,5% de R\$ 23.057,53).

Recebido no dia 25/09/2019 o valor de R\$ 16.715,21, referente ao 6º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 15.461,57 (92,5% de R\$ 16.715,21).



Recebido no dia 23/12/2019 o valor de R\$ 77.702,87, referente ao 7º repasse da cobrança. O que resulta em uma receita de investimento no valor de R\$ 71.875,15 (92,5% de R\$ 77.702,87).

O resultado líquido da aplicação financeira da categoria investimento, fonte 116, no período (01/01 a 31/12/2019) é de R\$ 2.642,75, ou seja, (92,5% de R\$ 2.857,03).

Detalhamento do custeio fonte 116

R\$ 13.164,97 - Referente ao custeio do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º Repasse da cobrança;

R\$ 214,28 - Referente ao custeio da aplicação financeira no período.

R\$ 13.379,25 - **Total geral da receita do custeio**

Equação : (Receita de custeio R\$ 13.379,25 – Despesas de custeio R\$ 4.816,33) Resultado = R\$ 8.562,92

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE 2018 - 2020

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	R\$ 0,00				
Valor previsto para arrecadadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		R\$ 85.983,25	R\$ 156.966,50	R\$ 116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
Saldo por ano		R\$ 70.983,25	R\$ 30.966,50	R\$ 1.949,75	R\$ 1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2018/CSCOB/SAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

CG 083 VERDEGRANDE	
Custeio 7,5%	R\$ 4.816,33
Investimento 92,5%	R\$ 65.285,08
Total geral	R\$ 70.101,41

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COMA COBRANÇA (92,5%)

Componente I - Gestão de recursos hídricos e comunicação social													
I.1	Implementação dos instrumentos de gestão	2018	Executado em 2018	Saldo disponível	2019	2019 + Saldo	Remanejamentos	Saldos + Remanejamentos	Executado até dez/2019	Saldo disponível	2020	Subtotal	% do total
I.1.1	Outorga e fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.1	001 Estudos para subsidiar a revisão dos critérios de outorgas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.2	002 Estudos para avaliação da efetividade dos marcos regulatórios e alocações negociadas de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.3	003 Estudo de consistência de dados de cadastro e outorgas de direito de uso das águas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.2	Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.2.1	004 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.3	Cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.3.1	005 Estudo de aprimoramento da metodologia de cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.4	Sistema de informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.4.1	006 Implementação e gerenciamento do Sistema de Informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.5	Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.5.1	007 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2	Monitoramento Hidrológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1	Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1.1	008 Ampliação da rede de dados pluviométricos e fluviométricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1.2	009 Utilização dos dados fluviométricos para fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.2	Monitoramento qualitativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.2.1	010 Ampliação do monitoramento da qualidade das águas da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3	Mudanças climáticas e sistemas de previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3.1	011 Estudos relacionados a eventos hidrológicos críticos (secas e enchentes)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3.2	012 Estudos para avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre recursos hídricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.3	Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos	R\$ 15.000,00	R\$ 14.152,23	R\$ 847,77	R\$ 126.000,00	R\$ 126.847,77	-R\$ 83.000,00	R\$ 69.847,77	R\$ 58.824,51	R\$ 0,00	R\$ 115.000,00	R\$ 115.000,00	65,1%
I.3.1	Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	R\$ 15.000,00	R\$ 14.152,23	R\$ 847,77	R\$ 126.000,00	R\$ 126.847,77	-R\$ 83.000,00	R\$ 69.847,77	R\$ 58.824,51	R\$ 11.023,26	R\$ 115.000,00	R\$ 126.023,26	71,4%
I.3.1.1	013 Apoio às atividades de mobilização para renovação dos membros do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.3.1.2	014 Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros c	R\$ 15.000,00	R\$ 14.152,23	R\$ 847,77	R\$ 16.000,00	R\$ 16.847,77	R\$ 31.000,00	R\$ 47.847,77	R\$ 45.053,27	R\$ 2.794,50	R\$ 15.000,00	R\$ 17.794,50	10,1%
I.3.1.3	015 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	-R\$ 88.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 13.771,24	R\$ 8.228,76	R\$ 100.000,00	R\$ 108.228,76	61,3%
Subtotal Componente I		R\$ 15.000,00	R\$ 14.152,23	R\$ 847,77	R\$ 126.000,00	R\$ 126.847,77	R\$ 26.000,00	R\$ 69.847,77	R\$ 58.824,51	R\$ 11.023,26	R\$ 115.000,00	R\$ 126.023,26	71,4%

Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água													
II.1	Racionalização dos usos	2018	Executado em 2018	Saldo disponível	2019	2019 + Saldo	Remanejamentos	Saldos + Remanejamentos	Executado até dez/2019	Saldo disponível	2020	Subtotal	% do total
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.1	017 Treinamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gorutuba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%

Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água													
		2018	Executado em 2018	Saldo disponível	2019	2019 + Saldo	Remanejamentos	Saldos + Remanejamentos	Executado até dez/2019	Saldo disponível	2020	Subtotal	% do total
II.1	Racionalização dos usos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.1	017 Treinamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gontuba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 6.460,57	R\$ 50.539,43	R\$ 0,00	R\$ 50.539,43	28,6%
Componente III - Incremento da oferta hídrica e saneamento													
		2018	Executado em 2018	Saldo disponível	2019	2019 + Saldo	Remanejamentos	Saldos + Remanejamentos	Executado até dez/2019	Saldo disponível	2020	Subtotal	% do total
III.1	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1	Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1.1	021 Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2	Ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2.1	022 Elaboração de estudos de concepção e projetos básicos de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2.2	023 Implantação de sistemas para armazenamento da água da chuva em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.3	Controle de poluição industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.3.1	024 Estudos para avaliação da carga poluidora industrial na bacia com impacto nos recursos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2	Incremento da oferta de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1	Regularização de vazões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1.1	025 Elaboração de estudo sobre barramentos e regularização de vazões na bacia hidrográfica do Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2	Transposição de vazão entre bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2.1	026 Implementação de aces para viabilização da transposição de vazões via sistema Congonhas-Juramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2.2	027 Elaboração de estudos para subsidiar a viabilidade da transposição de vazões via projeto Jaíba	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.3	Ampliação da segurança hídrica no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.3.1	028 Implantação de projetos hidroambientais em áreas previamente selecionadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente III		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Componente IV - Gestão de águas subterrâneas													
			Executado em 2018	Saldo disponível	2019	2019 + Saldo	Remanejamentos	Saldos + Remanejamentos	Executado até dez/2019	Saldo disponível	2020	Subtotal	% do total
IV.1	Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1	Aquíferos granulares fissurados e cárstico-fissurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1.1	029 Elaboração de estudos para definição da rede de monitoramento de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
IV.1.1.2	030 Fiscalização da rede de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente IV		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
TOTAL (Componentes I, II, III e IV)		R\$ 15.000,00	R\$ 14.152,23	R\$ 847,77	R\$ 126.000,00	R\$ 126.847,77	R\$ 83.000,00	R\$ 126.847,77	R\$ 65.285,08	R\$ 61.562,69	R\$ 115.000,00	R\$ 176.562,69	100,0%

ANEXO II - Relatório das demonstrações financeiras categoria Custeio Adicional.



CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017 - CBH VERDE GRANDE

RELATÓRIO GERENCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CATEGORIA CUSTEIO ADICIONAL

PERÍODO 01 DE JANEIRO 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

1.2. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS - RECURSOS CUSTEIO ADICIONAL - FONTE Nº 183

RECEITAS CUSTEIO ADICIONAL - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
05/11/2019	Recursos recebidos no exercício, custeio adicional - Fonte nº 183	340.000,00
	Recursos recebidos custeio adicional	340.000,00
	Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019 - (custeio adicional)	523.939,64
	Resultado líquido da aplicação financeira (Custeio Adicional) 01/01/2019 a 31/12/2019	19.662,68
	Somatório da categoria recursos custeio adicional	883.939,64

2. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

2.1. DESPESAS COM RECURSOS CATEGORIA CUSTEIO ADICIONAL FONTE Nº 183

RESUMO DESPESAS CBH VERDE GRANDE	
Folha de <u>Pagto</u> (INSS, FGTS, IRRF, PIS, contribuições sindicais, férias, rescisões, 13º Salário, encargos)	125.935,32
Pagamento despesas com hospedagem, ressarcimentos e alimentação equipe Agência Peixe <u>Vivo</u>	5.920,30
Pequenas despesas para manutenção de serviços (sede comitê)	17.746,81
Publicação e divulgação de Atos convocatórios e documentos oficiais	3.315,84
Pagamento de tarifas dos serviços de energia elétrica (sede comitê)	3.739,57
Material de consumo	267,84
Contratos de aluguéis imóveis: IPTU, condomínio, água e taxas (sede comitê)	19.200,00
Contratação de consultoria, "Pessoa Física" especializada para moderação da oficina para definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na bacia <u>hidrográfica</u> do Rio Verde Grande.	9.792,00
Locação de estação de videoconferência de alta definição e câmera para os escritórios de Maceió/AL e Montes Claros/MG	9.510,57
Hospedagem de dados, Home Page e <u>internet</u>	1.190,00
Despesas com telefonia em (sede comitê)	5.826,93
Serviços de agenciamento de viagens, <u>transfer</u> , passagens terrestres equipe Agência Peixe <u>Vivo</u>	8.531,30
Aquisição de Equipamento permanente	15.804,00
Aquisição de persianas para o escritório de Montes Claros	1.040,00
Despesas Banco	13,60
Total do desembolso com recursos do custeio adicional fonte nº 183 (01/01/2019 até 31/12/2019)	227.834,08

Nota explicativa: A despesa com o Banco será estornada em 2020.



3. DETALHAMENTO DO SALDO CONTA CORRENTE

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	SALDOS
SALDO FINANCEIRO CUSTEIO ADICIONAL FONTE Nº 183	655.768,24
TOTAL GERAL	655.768,24

(*) O valor da tarifa cobrada será estornado no próximo mês.

TABELA Nº 04 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS CATEGORIA (CUSTEIO ADICIONAL - FONTE 183)

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS	Valor (R\$)
Recursos recebidos da rubrica (Custeio adicional),	340.000,00
Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019	523.939,64
Receita de aplicação financeira 01/01/2019 até 31/12/2019 - (Custeio adicional)	19.662,68
Total Geral da receita do Custeio adicional até 31/12/2019	883.602,32
Despesas com a categoria de custeio referente ao período 01/01/2019 até 31/12/2019	227.834,08
Saldo disponível a ser transportado para 2020	655.768,24

TABELA Nº 05 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para o financiamento do custeio administrativo e execução do objeto deste contrato foi disponibilizada a seguinte programação orçamentária e financeira, a saber:

RECURSO ADICIONAL - CUSTEIO		
Valor	Exercício	Situação
300.000,00	2017	Recebido em 08/02/18
310.000,00	2018	Recebido em 09/04/18
340.000,00	2019	Recebido em 05/11/19
350.000,00	2020	Repasse a receber
1.300.000,00		

Nota: Temos a receber um total de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta reais).

ORÇAMENTO DETALHADO - AGÊNCIA PEIXE VIVO - CATEGORIA DE CUSTEIO - EXERCÍCIO DE 2019
RECEITAS PROGRAMADAS

ORIGEM	PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DA COBRANÇA PARA 2019	RECEITAS DE CUSTEIO - (7,5%) PREVISTO PARA 2019	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - (7,5%) Fonte 183 REC ADICIONAL	REPASSE RECURSO ADICIONAL FONTE 183 EXERCÍCIO 2019	TOTAL GERAL
CONTRATO GESTAO CBH VERDE GRANDE Nº 0083/2017	128.000,00	14.325,00	523.000,00	340.000,00	877.325,00
		14.325,00	523.000,00	340.000,00	877.325,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - (CUSTEIO)	CONTRATO DE GESTÃO VERDE GRANDE			
	VALORES PROGRAMADOS PARA EXECUÇÃO	VALORES DESEMBOLSADOS CUSTEIO ADICIONAL 01/01 até 31/12/2019	VALORES DESEMBOLSADOS CUSTEIO COBRANÇA 01/01 até 31/12/2019	DISPONÍVEL
Despesas correntes				VALORES DESEMBOLSADOS
Pessoal e Encargos - (salários dos funcionários, compartilhamento, estagiários do CG Verde Grande e encargos)	148.648,40	125.935,32	153,90	54.952,64
Benefícios contratados de Pessoa Jurídica (vale alimentação)	30.240,00			
Vale transportes	1.420,00			
Benefícios sindicais (seguro e odontológico)	1.240,00			
Despesas administrativas				
Telefonia fixa, móvel, Locação de PABX e modems.	20.000,00	5.826,93	427,50	13.745,57
Locação de imóveis, taxas, condomínios, IPTU.	22.000,00	19.200,00		2.800,00
Tarifa pública (água e energia)	12.000,00	3.739,57		8.260,43
Contratação de consultoria moderação da oficina	10.000,00	9.792,00		208,00
Material de consumo	16.000,00	1.307,84	238,70	14.692,16
Despesas de pronto pagamento - (Caixa administrativo)	18.800,00	17.746,81	1.033,22	19,97
Despesas com reembolsos, ressarcimentos e diárias de viagens	10.200,00	5.920,30	784,41	3.495,29
Despesas com serviços de Terceiros				
Serviços gráficos	3.500,00	0,00		3.500,00
Contratação de serviços de publicação no Diário Oficial e jornais de grande circulação	7.500,00	3.315,84		4.184,16
Manutenção e conservação de equipamentos de informática	3.500,00	0,00		3.500,00
Serviços de postagem	4.200,00	0,00		4.200,00
Locação de equipamentos de videoconferência multiponto	70.000,00	9.510,57		60.489,43
Serviços de segurança Predial da sede do CBH do Rio Verde Grande (segurança eletrônica)	2.000,00	0,00		2.000,00
Serviços de hospedagens e banco de dados	1.438,00	1.190,00	238,00	10,00
Serviços de agenciamento de viagens	20.300,00	8.531,30	1.940,60	9.828,10
Reserva de contingência	11.000,00	0,00		11.000,00
Tarifa banco	13,60	13,60		0,00
Despesas Capital				
Aquisição de equipamentos permanentes	25.000,00	15.804,00		9.196,00
TOTAL GERAL - (R\$)	439.000,00	227.834,08	4.816,33	206.081,75

Nota explicativa:

O valor de R\$ 14.325,00 corresponde ao seguinte evento: R\$ 4.725,00 (7,5% de R\$ 63.000,00) da cobrança de 2018 + R\$ 9.600,00 (7,5% de R\$ 128.000,00) de 2019

Reserva de contingência, com aporte de R\$ 11.000,00, desembolsos de R\$ 1.000,00 ao mês, utilização da fonte 116, categoria de custeio.

Nota 2: O valor desembolsado no primeiro semestre foi de R\$ 109.329,18, no entanto, considerando os aportes referente ao fundo de reserva, o valor de desembolso fica na ordem de R\$ 116.329,18



CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017 - CBH VERDE GRANDE
RELATÓRIO GERENCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PTE
PERÍODO 01 DE JANEIRO 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

1.2 COMPOSIÇÃO RECEITAS - PROJETOS ESPECÍFICOS - PTE - FONTE Nº 0183.

RECEITAS PROJETOS ESPECÍFICOS - PTE (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
-	Recursos recebidos no exercício - (Recursos Projetos Específicos) - Fonte nº 183	0,00
	Recursos recebidos do Projeto específico (1)	0,00
	Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019 - (recursos do PTE)	1.557.693,18
	Resultado líquido aplicação financeira da conta (REC PTE) 01/01/2019 a 31/12/2019	64.454,43
	Somatório da categoria Projetos específicos - PTE (1)	1.622.147,61

2. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

2.2 DESPESAS COM RECURSOS (PROJETOS ESPECÍFICOS) - PTE

RESUMO DESPESAS (CBH VERDE GRANDE)	
DESPESAS COM RECURSOS (PROJETOS ESPECÍFICOS) - fonte nº 183	
Publicação de atos convocatórios e documentos oficiais em jornais (Atos e Extratos) PTE/MOP (15%)	764,42
Diárias de viagens - PTE/MOP (15%)	2.440,58
Serviços de agenciamento de viagens - PTE/MOP (15%)	8.779,23
Contratação de consultoria especializada para acompanhamento e fiscalização da elaboração do manual operativo do plano de bacia do Rio Verde Grande. PTE/MOP (15%)	33.099,00
Publicação de atos convocatórios e documentos oficiais em jornais (Atos e Extratos) PTE/IOH (15%)	3.837,80
Diárias de viagens - PTE/IOH (15%)	234,94
Serviços de agenciamento de viagens - PTE/IOH (15%)	2.468,54
Contratação de consultoria "Pessoa Física" especializada para acompanhamento e fiscalização da proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia do Rio Verde Grande - PTE/IOH (15%)	13.026,00
Contratação de serviços de consultoria especializada para elaborar o manual operativo do plano de recursos hídricos da bacia do rio verde grande: MOP - PRH Verde Grande	168.759,18
Contratação de Consultoria especializada para análise e proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, considerando as ações de regularização e transposição de vazões entre bacias, apresentadas em seu plano de recursos hídricos. - PTE/IOH	96.702,87
Total desembolsado com ações de despesas administrativas - PTE/MOP (15%)	19.567,28
Total desembolsado com ações de despesas administrativas - PTE/IOF (15%)	45.083,23
Total desembolsado com ações de MOP - PRH Verde Grande	168.759,18
Total desembolsado com ações de IOH Verde Grande	96.702,87
Total Geral	330.112,56



3. DETALHAMENTO DO SALDO EM CONTA CORRENTE

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	SALDOS
SALDO FINANCEIRO PROJETO TÉCNICOS ESPECÍFICOS FONTE Nº 183	1.292.035,05
TOTAL GERAL	1.292.035,05

Nota Explicativa:

Para apoiar a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, a Contratante repassou o valor de R\$ 1.500.000,00. Posto isto de acordo com o parágrafo décimo quarto do Contrato de Gestão, os recursos repassados, assim como a respectivos rendimentos das aplicações financeiras serão, aplicados pela Agência Peixe Vivos em atividades de acompanhamento das ações e despesas administrativas do projeto, limitado a 15%.

Memória de cálculo

R\$ 1.500.000,00 - Recurso transferido para Agência

R\$ 57.693,18 - Resultado da aplicação financeira de 2018

R\$ 64.454,43 - Resultado da aplicação financeira no período.

R\$ 1.622.147,61 - Valor total das receitas

Detalhamento da receita destinado ao financiamento das despesas administrativas

R\$ 225.000,00 - Crédito destinado ao financiamento das despesas administrativas (15% de R\$ 1.500.000,00)

R\$ 8.653,98 - Crédito referente a aplicação financeira do exercício de 2018 (15% de R\$ 57.693,18)

R\$ 9.668,16 - Crédito referente a aplicação financeira do período (15% de R\$ 40.601,06)

R\$ 243.322,14 - Valor total da categoria de despesas administrativas

Detalhamento da receita destinado ao financiamento PTE/IOH

R\$ 1.275.000,00 - Crédito destinado ao MOP e IOH. (85% de R\$ 1.500.000,00)

R\$ 49.039,20 - Resultado da aplicação financeira de 2018 (85% de R\$ 57.693,18)

R\$ 54.786,27 - Resultado da aplicação financeira no período (85% de R\$ 40.601,06)

R\$ 1.378.825,47 - Valor total da categoria destinado as ações do MOP e IOH.

Situação orçamentária e financeira

Ações do PTE = (R\$ 1.378.825,47 - 265.462,05) = R\$ 1.113.363,42

Ações de despesas administrativas = (R\$ 243.322,14 - 19.567,28 - 45.083,23) = R\$ 178.671,63

Legenda:

MOP = Manual Operativo do Plano de Bacia do Rio Verde Grande

IOH = Incremento da Oferta Hídrica

PTE = Programa de Trabalho Específico

TABELA Nº 01 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A CATEGORIA (PTE FONTE 183)

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS	Valor (R\$)
Recursos recebidos da rubrica Projetos Específicos - (PTE)	0,00
Saldo financeiro do exercício de 2018 transportado para 2019	1.557.693,18
Receita de aplicação financeira 01/01/2019 até 31/12/2019 - (PTE)	64.454,43
Total Geral da receita PTE até 31/12/2019	1.622.147,61
Despesas do PTE referente ao período 01/01/2019 até 31/12/2019	-330.112,56
Saldo disponível na categoria PTE a ser transportado para 2020	1.292.035,05
Despesas estimadas para o exercício de 2020 - (PTE), fonte nº 183	778.160,73
Saldo disponível	513.874,32

ORÇAMENTO DETALHADO - AGÊNCIA PEIXE VIVO - CATEGORIA PTE - EXERCÍCIO DE 2019
RECEITAS PROGRAMADAS

ORIGEM	RECURSOS ADICIONAL PTE FONTE 183	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - (PTE) Fonte 183	TOTAL GERAL PROGRAMADO PARA EXECUTAR EM 2019 E 2020
CONTRATO GESTAO CBH VERDE GRANDE Nº 0083/2017	1.500.000,00	1.557.693,18	1.557.693,18
Aplicação financeira de 2018	58.303,58		
Despesas de 2018	610,40		
	1.557.693,18	1.557.693,18	1.557.693,18

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - (PTE)	CONTRATO DE GESTÃO VERDE GRANDE			
	VALORES PROGRAMADOS PARA EXECUÇÃO	EXECUTADO EM 2018	VALORES EXECUTADOS 01/01 até 31/12/2019	DISPONÍVEL
Despesas correntes			VALORES DESEMBOLSADOS	
Despesas administrativas e de acompanhamento - (PTE/MOP/OIH - 15%)				
Despesas com reembolsos, ressarcimentos e diárias de viagens	225.000,00	0,00	2.675,52	205.863,99
Serviços de agenciamento de viagens - Ato nº 002/2019		0,00	11.247,77	
Contratação de serviços de publicação no Diário Oficial e jornais de grande circulação		610,50	4.602,22	
Despesas com outros serviços de Terceiros				
Contratação de consultoria especializada para acompanhamento e fiscalização da elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia do Rio Verde Grande. Ato nº 005/2019 - PTE/MOP 15%	63.000,00	0,00	33.099,00	29.901,00
Contratação de consultoria especializado em acompanhamento e fiscalização da proposta da melhor alternativa de incremento da Oferta Hidrica na Bacia do Rio Verde Grande. Ato nº 006/2019 - PTE/IOH 15%	62.400,00	0,00	13.026,00	49.374,00
Contratação de consultoria especializada para análise da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande. Ato nº 003/2018.	498.854,14	0,00	96.702,87	402.151,27
Contratação de serviços de consultoria especializada para elaborar o Manual Operativo do plano de recursos hídricos da bacia do rio verde grande: MOP – PRH Verde Grande - Ato nº 001/2018	259.629,65	0,00	168.759,18	90.870,47
TOTAL GERAL - (R\$)	1.108.883,79	610,50	330.112,56	778.160,73

2019

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

APÊNDICE I

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
A BACIA DO RIO VERDE GRANDE	4
O CONTRATO DE GESTÃO	6
PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	7
AÇÕES REALIZADAS	12
Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos.....	12
.....	13
Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	22
Estudos para implantação de projetos de produção de água	24
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A bacia do rio Verde Grande apresenta uma situação muito crítica de escassez hídrica, o que fica evidente quando se avalia o confronto entre disponibilidades e demandas hídricas. Ao mesmo tempo, estão instalados na região três grandes polos de irrigação, que são os distritos públicos de irrigação de Jaíba e Gorutuba (e Lagoa Grande), ambos localizados em Minas Gerais e Estreito, situado na Bahia.

Estima-se que mais de 800 mil pessoas vivem na Bacia, sendo que 40% dessa população reside em Montes Claros (principal polo urbano da bacia). Este cenário acarreta problemas relacionados ao abastecimento deste contingente populacional, e em consequência disso, problemas ambientais relacionados a esgotamento sanitário e disposição/tratamento de resíduos sólidos. Além disso, esse indicador traz à tona um dos graves problemas sociais identificados na bacia: o êxodo rural, principalmente para o município de Montes Claros, em decorrência da redução da disponibilidade de recursos hídricos nas áreas rurais, culminando com a miserabilidade das famílias de pequenos produtores.

Em face da crescente demanda por água na bacia, devido principalmente à expansão de áreas irrigadas e ao crescimento populacional, foram construídas as barragens do Bico da Pedra (sub-bacia Alto Gorutuba), Estreito e Cova da Mandioca (sub-bacia Alto Verde Pequeno) e Juramento (sub-bacia Alto Verde Grande). A implantação dos reservatórios contribuiu para regularizar as vazões nos principais rios da Bacia e assim, garantir o atendimento aos diversos usos. Porém, os conflitos pelo uso da água na região que se iniciou na década de 80, vêm se intensificando e tem sido agravada pela diminuição da precipitação pluviométrica observada nos últimos quatro anos, bem como pelo aumento da exploração de águas subterrâneas, que se faz, majoritariamente, em desconformidade com os procedimentos legais vigentes.

Diante desse cenário, fez-se urgente planejar e propor ações visando o melhor aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia, como forma de fortalecer a gestão dos recursos hídricos e garantir seu uso para as presentes e futuras gerações. Por isso, iniciou-se em 2008, a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (PRH Verde Grande), promovido pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH Verde Grande). A elaboração do PRH Verde Grande contou ainda com a colaboração técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos dos dois estados da Federação envolvidos: o IGAM, em Minas Gerais, e do agora extinto, INGÁ, substituído pelo INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia). A execução do Plano foi realizada pela Ecoplan Engenharia Ltda, empresa contratada pela ANA para desenvolver os estudos técnicos que subsidiaram a construção do plano.

O PRH Verde Grande foi desenvolvido em três etapas, compostas pelo Diagnóstico Integrado da Bacia (situação atual), Prognóstico da Situação dos Recursos Hídricos (possibilidades de futuro) e Plano de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande (propostas de ações). A elaboração de um Plano de Recursos Hídricos é um processo complexo, que além de reunir os aspectos técnicos sobre a bacia, deve considerar as percepções e anseios da sociedade que vive, trabalha e desfruta dos serviços dos recursos hídricos da região.

Para garantir o princípio participativo da gestão das águas, ao longo do processo de elaboração do Plano, o CBH Verde Grande delegou à sua Câmara Técnica Consultiva (CTC) o acompanhamento dos trabalhos por meio de reuniões mensais com os demais órgãos envolvidos, de modo que em cada etapa do Plano (Diagnóstico, Prognóstico e Programas) foi realizada uma rodada de reuniões públicas, com um encontro em cada sub-bacia. Ao final das etapas, os resultados foram apresentados ao plenário do Comitê para considerações e aprovação. Assim, após um longo trabalho, o PRH Verde Grande foi concluído no ano de 2010, e tendo passado por várias revisões tem sua versão final datada de 2016.

Em 2017, a ANA e a Agência Peixe Vivo, celebraram o Contrato de Gestão nº 083/2017, estabelecendo a Peixe Vivo como a Agência de Bacia do CBH Verde Grande, e, portanto, a responsável por fornecer suporte técnico, financeiro e administrativo às atividades do Comitê. Nesse mesmo ano, iniciou-se o sistema de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande, um dos instrumentos de gestão das águas instituído pela Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/1997). É importante ressaltar que os boletos bancários referentes ao uso da água no ano de 2017, foram emitidos a partir de março de 2018.

Com base no PRH Verde Grande - instrumento norteador para a implementação de programas e projetos que visam a melhorias na qualidade e quantidade das águas da bacia - foi elaborado o Plano de Aplicação Plurianual (PAP). Trata-se do documento no qual a entidade delegatária (Agência Peixe Vivo) propõem ao Comitê um planejamento de aplicação dos recursos oriundos da cobrança na bacia, através de rubricas específicas.

Dessa forma, a Agência Peixe Vivo baseou sua atuação no CG 083/2017, dando sequência às propostas de ações descritas nos Componentes do Plano Plurianual de Aplicação (PAP) 2018-2020, dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Além de apoiar as articulações do CBH Verde Grande em suas reuniões plenárias, reuniões das Comissões Gestoras e Câmaras Técnicas, iniciar o desenvolvimento de projetos demonstrativos hidroambientais nas diversas regiões fisiográficas, dentre outras atividades a seguir relatadas.

A BACIA DO RIO VERDE GRANDE

A Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, chamada Lei das Águas, define no artigo 1º, inciso V, que “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. A bacia hidrográfica é definida como unidade territorial de planejamento e gestão, em detrimento de outras unidades político-administrativas como municípios, estados e regiões (SALDANHA, 2003:125). Portanto, a bacia hidrográfica é uma porção da paisagem natural que abrange de forma integrada os aspectos econômicos, sociais e ambientais que relacionam-se com os recursos hídricos.

O rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do rio São Francisco. Por abranger limites entre os estados de Minas Gerais e da Bahia, o rio Verde Grande, assim como seu afluente o rio Verde Pequeno, é considerado um rio de domínio da

União. Por esse motivo, as aquisições de produtos e serviços a serem efetuados pela Entidade Delegatária Agência Peixe Vivo em prol da Bacia serão regidas pelos normativos próprios e pelo Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA). Para facilitar a elaboração de estudos e intervenções de projetos a Bacia foi dividida em oito sub-bacias de acordo com seus três principais rios: o Verde Grande, Gorutuba e Verde Pequeno.

A bacia do rio Verde Grande possui uma área de 31.410 km², que abrange oito municípios na Bahia (13% da área total) e 27 municípios em Minas Gerais (87% da área total), conforme Figura 1. A população é de 896.803 mil habitantes (74% urbana e 26% rural), que corresponde a cerca de 5% da população total da bacia do São Francisco. A maior parte da população está concentrada no município de Montes Claros, responsável pela expressiva expansão urbana na bacia.

Localizada na região do semiárido brasileiro (Norte de Minas e Oeste da Bahia), a bacia do rio Verde Grande possui, conforme a classificação de Köppen, clima tropical quente e úmido do tipo Aw, que se caracteriza por verões quentes e invernos secos com temperaturas mais amenas. A sazonalidade é outro fator marcante do clima da Bacia, em que se observa uma estação chuvosa (outubro a março) e uma estação seca (abril a setembro) bastante definidas. No período de chuvas ocorre mais de 90% da precipitação anual.

A fitofisionomia da região da bacia do rio Verde Grande se caracteriza como uma zona de transição entre o Cerrado e a Caatinga, com presença de remanescentes de Mata Seca. O relevo, em sua maior extensão, é bastante plano, sendo as altitudes mais elevadas observadas nas áreas do Médio e Baixo Gorutuba e Alto Verde Pequeno. É importante destacar que devido a geologia cárstica, característica da região, é possível identificar sumidouros naturais em pontos ao longo da porção do Médio Verde Grande. No período de seca, a vazão do rio Verde Grande fica comprometida, pois a água do rio recarrega o aquífero adjacente à margem esquerda do rio por meio desses “buracos”.

Quanto ao uso e ocupação do solo é predominante na bacia duas grandes categorias: uso antrópico (53%) e a cobertura natural (47%). O uso antrópico corresponde a todas as atividades socioeconômicas, tais como agropecuária, urbanização e irrigação. Já a cobertura natural, refere-se às feições naturais, ainda que não totalmente preservadas, com destaque para a presença dos remanescentes de vegetação de áreas protegidas no Alto Gorutuba, Alto Verde Grande e no Baixo Verde Grande.

A configuração econômica da Bacia é marcada por atividades do setor de Serviços e Indústria que possuem maior representatividade no PIB, com destaque para Montes Claros como principal polo regional e outros municípios como Janaúba, Jaíba, Porteirinha (MG) e Urandi (BA). Porém, a agropecuária é a atividade que demanda maior consumo de água na Bacia e é também responsável pelo emprego de 50% da população economicamente ativa. Na produção agrícola, o principal cultivo temporário é o milho, seguido dos cultivos de feijão e algodão. Dentre os cultivos, permanentes, destacam-se a banana, manga, coco, limão, laranja, café e mamão. Estima-se que a Bacia possua uma área de 38,7 mil hectares irrigados, com ênfase para o Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina.

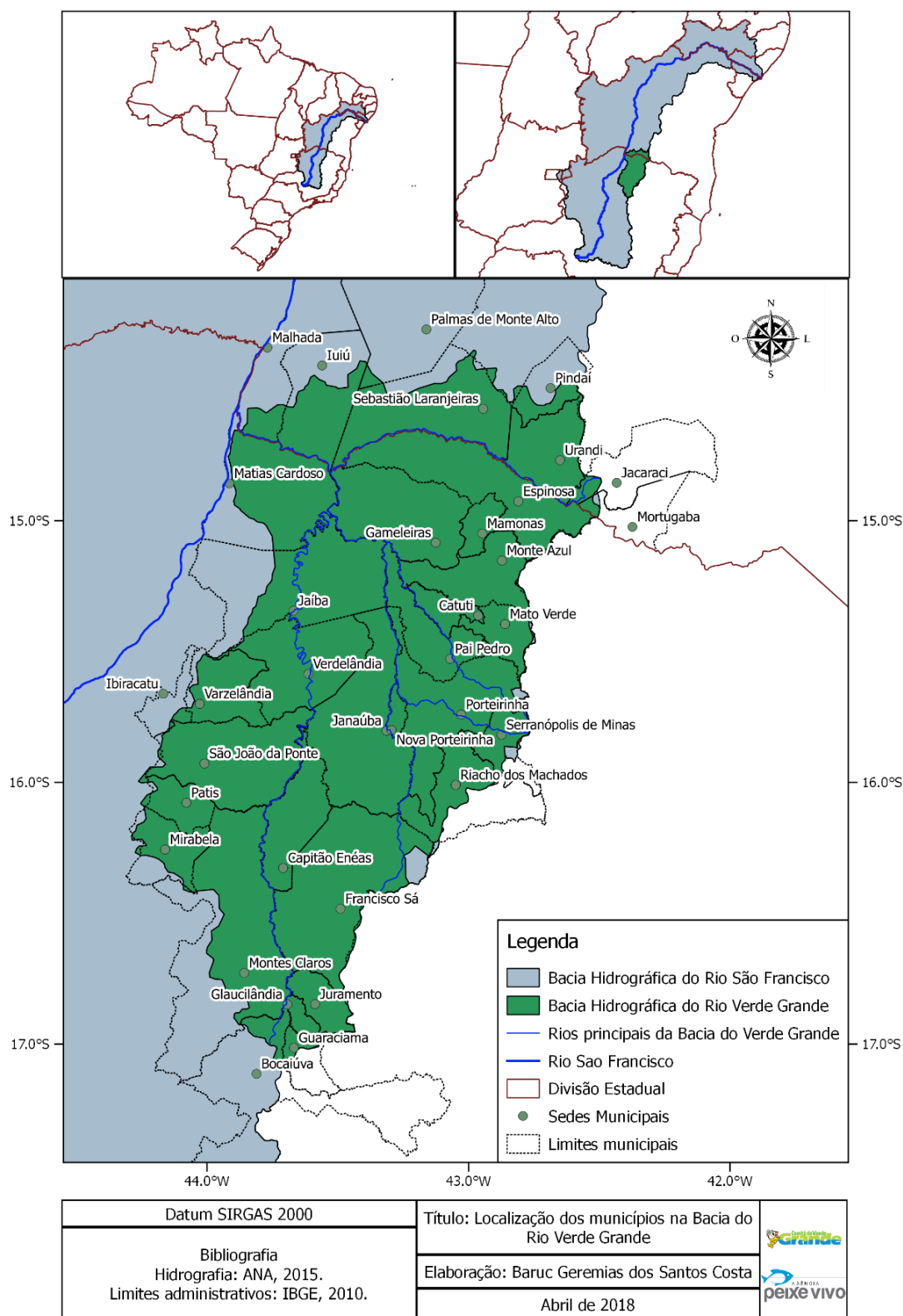


Figura 1 - Localização dos municípios na Bacia do Rio Verde Grande.

O CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão no 083/2017 foi celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, tendo como anuente o Comitê da Bacia Hidrográfica do

Rio Verde Grande (CBHVG). Esse Contrato de Gestão delega à Agência Peixe Vivo as funções de Agência de Bacia do CBHVG e, portanto, estabelece um conjunto de metas a serem alcançadas pela Agência Peixe Vivo, cujos resultados são mensurados por meio de quatro indicadores de desempenho.

Esses indicadores constam no Programa de Trabalho e são os seguintes: 1) Disponibilização de Informações; 2) Planejamento e Gestão; 3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e 4) Reconhecimento pelos Membros do Comitê.

O Contrato de Gestão, que prevê o repasse dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica, permitiu que a Agência Peixe Vivo iniciasse o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Trabalho firmado. Em maio de 2018 a Peixe Vivo publicou o Ato Convocatório nº 001/2018 referente ao Processo de Seleção e Recrutamento de Provas Objetivas e Provas de Títulos, para provimento de duas vagas em seu quadro de funcionários, sendo uma vaga de Analista Ambiental Jr. para apoio específico ao CBH Verde Grande. O processo encerrou-se em setembro de 2018. Concomitantemente, a Peixe Vivo empreendeu a instalação do escritório de apoio do CBH Verde Grande, que se localiza na cidade de Montes Claros.

A Agência Peixe Vivo apoiou a realização e participou das reuniões plenárias do Comitê, bem como de suas Comissões Gestoras, Câmaras Técnicas e do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, cuja finalidade é de acompanhar a execução do CG 083/2017. Além disso, apoiou também a participação do CBHVG em eventos externos que possibilitaram a representação do Comitê e/ou a divulgação do mesmo à sociedade. Essas reuniões e eventos são melhor descritas mais adiante.

A partir da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual 2018-2020 (PAP 2018-2020), que se deu na 30ª Reunião Ordinária do CBHVG (conforme deliberação nº 67/2018) foi possível estabelecer previsões orçamentárias de ações e projetos a serem executados nos anos de 2018 a 2020, com base em rubricas distribuídas em quatro componentes compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia. São eles: 1) Gestão de recursos hídricos e comunicação social; 2) Racionalização dos usos e conservação de solo e água; 3) Incremento da oferta hídrica e saneamento e 4) Gestão de águas subterrâneas.

Com a sua estrutura já implantada, a Agência Peixe Vivo executa a administração financeira dos recursos arrecadados e repassados pela ANA, contrata serviços e fornecimentos diversos e ainda executa a prestação de contas das despesas efetuadas, para exame dos órgãos internos e externos de controle e fiscalização.

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

O Plano de Aplicação Plurianual é um instrumento que se presta ao planejamento financeiro, sendo usualmente de ampla divulgação e capaz de informar quais são as possibilidades de investimentos nas diversas rubricas orçamentárias.

Sua formatação deve ser sucinta e esclarecedora para que cada item orçamentário tenha valor disponível para investimento, ajustado ao cronograma físico das ações que

se deseja realizar, possibilitando aos gestores e ao público, em geral, o prévio conhecimento dos desembolsos programados.

O Plano de Aplicação Plurianual para o triênio 2018-2020 (PAP 2018-2020) dos recursos financeiros arrecadados pela cobrança do uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande foi aprovado pelo CBH Verde Grande e instituído por meio da Deliberação CBH Verde Grande nº 67/2018, em 06 de novembro de 2018.

O PAP elaborado para o CBH Verde Grande apresenta uma previsão de desembolsos a serem realizados no triênio 2018-2020, para a realização das atividades finalísticas do Comitê, o que corresponde a 92,5% (noventa e dois e meio por cento) dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, conforme previsto em Lei. Os 7,5% (sete e meio por cento) restantes, serão destinados à manutenção e custeio da Agência Peixe Vivo.

Para a elaboração do PAP CBH Verde Grande 2018-2020, foram definidos 4 (quatro) componentes principais para serem trabalhados, compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. São eles:

- ✓ Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social;
- ✓ Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água;
- ✓ Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento;
- ✓ Componente IV – Gestão de águas subterrâneas.

A implementação do PAP CBH Verde Grande 2018-2020, que prevê a alocação total dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, detalhada nos diversos subcomponentes, passou, necessariamente, pela discussão democrática e participativa das instâncias do CBH Verde Grande, juntamente com a Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo.

Os desdobramentos das rubricas específicas do PAP CBH Verde Grande 2018-2020 que devem ser investidos na bacia estão definidos no Anexo Único da Deliberação Normativa CBH Verde Grande nº 67/2018, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Anexo único da Deliberação Normativa CBH Verde Grande no 67/2018.

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE 2018 - 2020

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	R\$ 0,00				
Valor previsto para arrecadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		R\$ 85.983,25	R\$ 156.966,50	R\$ 116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
Saldo por ano		R\$ 70.983,25	R\$ 30.966,50	R\$ 1.949,75	R\$ 1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2018/CSCOB/SAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA (92,5%)

Componente I - Gestão de recursos hídricos e comunicação social					
	2018	2019	2020	Subtotal	% do total
I.1 Implementação dos instrumentos de gestão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1 Outorga e fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.1 001 Estudos para subsidiar a revisão dos critérios de outorgas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.2 002 Estudos para avaliação da efetividade dos marcos regulatórios e alocações negociadas de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.3 003 Estudo de consistência de dados de cadastro e outorgas de direito de uso das águas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.2 Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.2.1 004 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.3 Cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.3.1 005 Estudo de aprimoramento da metodologia de cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.4 Sistema de informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.4.1 006 Implementação e gerenciamento do Sistema de Informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.5 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.5.1 007 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2 Monitoramento Hidrológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1 Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1.1 008 Ampliação da rede de dados pluviométricos e fluviométricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.1.2 009 Utilização dos dados fluviométricos para fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.2 Monitoramento qualitativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.2.1 010 Ampliação do monitoramento da qualidade das águas da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3 Mudanças climáticas e sistemas de previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3.1 011 Estudos relacionados a eventos hidrológicos críticos (secas e enchentes)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3.2 012 Estudos para avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre recursos hídricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3 Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1 Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1.1 013 Apoio às atividades de mobilização para renovação dos membros do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3.1.2 014 Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos	R\$ 15.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 46.000,00	
I.3.1.3 015 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 210.000,00	
Subtotal Componente I	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%

Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água						
		2018	2019	2020	Subtotal	% do total
II.1	Racionalização dos usos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.1	017 Treinamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gorutuba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Componente III - Incremento da oferta hídrica e saneamento						
		2018	2019	2020	Subtotal	% do total
III.1	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1	Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1.1	021 Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2	Ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2.1	022 Elaboração de estudos de concepção e projetos básicos de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2.2	023 Implantação de cisternas para armazenamento da água da chuva em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.3	Controle de poluição industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.3.1	024 Estudos para avaliação da carga poluidora industrial na bacia com impacto nos recursos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2	Incremento da oferta de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1	Regularização de vazões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1.1	025 Elaboração de estudo sobre barramentos e regularização de vazões na bacia hidrográfica do Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2	Transposição de vazão entre bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2.1	026 Implementação de ações para viabilização da transposição de vazões via sistema Congonhas-Juramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2.2	027 Elaboração de estudos para subsidiar a viabilidade da transposição de vazões via projeto Jaíba	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.3	Ampliação da segurança hídrica no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.3.1	028 Implantação de projetos hidroambientais em áreas previamente selecionadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente III		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Componente IV - Gestão de águas subterrâneas						
IV.1	Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1	Aquíferos granulares fissurados e cárstico-fissurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1.1	029 Elaboração de estudos para definição da rede de monitoramento de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
IV.1.1.2	030 Fiscalização da rede de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente IV		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
TOTAL (Componentes I, II, III e IV)		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%

Ressalta-se que na construção do PAP 2018-2020, foram alocados os valores previstos para arrecadação na bacia no ano de 2019 (R\$ 115.000,00), em duas rubricas da Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social; sendo o montante de R\$ 15.000,00 destinados ao apoio à realização de reuniões plenárias e demais instâncias do comitê (rubrica 014); e R\$ 100.000,00 destinados à elaboração do plano continuado de comunicação, mobilização social e educação ambiental.

Em 2018 a arrecadação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia ficou aquém do previsto e ainda em 2019 esta continuou baixa, não sendo suficiente para implementação do plano continuado de comunicação, mobilização social e educação ambiental, conforme previsto no PAP.

Por outro lado, os parceiros e membros do CBH Verde Grande identificaram a necessidade e potencial de investimentos em ações voltadas para a “produção de água” na bacia afluente à barragem de Juramento, principal manancial de abastecimento da cidade de Montes Claros.

Desta forma, por meio da Deliberação Ad Referendum nº 71/2019 a Diretoria do CBH Verde Grande autorizou a Agência Peixe Vivo a realizar o remanejamento do valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais) previsto na rubrica 015 – Plano Continuado de Educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande, para as rubricas nos seguintes valores:

- ✓ R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para a rubrica 014 (Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros);
- ✓ R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) para a rubrica 019 (Estudos para implantação de projetos de “produção de água”).

As ações e projetos previstos no âmbito destas rubricas são relatados adiante neste relatório.

AÇÕES REALIZADAS

Todas as ações a seguir detalhadas, são contratadas pela Agência Peixe Vivo de forma direta, por meio de processos de seleção e segundo regulamentação preconizada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos

XXXI Reunião Plenária Ordinária

A XXXI Reunião Ordinária do CBH Verde Grande ocorreu em 02 de abril de 2019, no auditório da EPAMIG – Regional Norte, Nova Porteirinha/MG. Nesta reunião, foram tratados os seguintes temas: Apresentação da avaliação da Agência Peixe Vivo feita pelos membros do Comitê, referente ao exercício de 2018; Síntese do andamento dos estudos sobre “Gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas”, com enfoque nos sumidouros cársticos em Jaíba; Situação da barragem de abastecimento do município de Verdelândia na ótica da Prefeitura de Verdelândia com Contraprova de representante da Copasa e Apresentação e discussão sobre a barragem de rejeitos da Mineradora Riacho dos Machados com as seguintes abordagens, com enfoque nos seguintes pontos: 1) Ações para contenção de focos erosivos na barragem; 2) Vida Útil da barragem; 3) Plano de Ação Emergencial (PAE) e 4) Plano de descomissionamento da barragem.



Figura 2 – 31ª Reunião Plenária Ordinária do CBH Verde Grande, 02.04.2019, Nova Porteirinha/MG.

Fotos: Arquivo CBH Verde Grande 2019

XXXII Reunião Plenária Ordinária

Ocorrida no dia 01 de outubro de 2019, em Montes Claros/MG, a XXXII Reunião Plenária Ordinária do CBH Verde Grande, teve os seguintes pontos de pauta: Apresentação dos resultados preliminares sobre o levantamento geofísico da dinâmica do fluxo de águas subterrâneas no município de Jaíba, ocorrido entre 04/09 a 27/09 pela equipe da CPRM, como parte do projeto de Gestão Integrada de Águas Superficiais e Subterrâneas; Apresentação sobre a avaliação do uso dos recursos hídricos e da ocupação do solo na sub-bacia do rio Salobro, conduzida pelo membro Rafael Chaves e pelo convidado Eduardo Gomes, diretor da ONG Instituto Grande Sertão (IGS) e Apreciação da Deliberação *Ad referendum* que autoriza a Agência Peixe Vivo a promover o remanejamento de valores das rubricas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2018-2020.



Figura 3 - 32ª Reunião Plenária Ordinária do CBH Verde Grande, 01.10.2019, Montes Claros/MG.

Fotos: Arquivo CBH Verde Grande 2019

1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2019

No dia 12 de fevereiro de 2019, os membros do CBH Verde Grande reuniram-se no auditório da Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG, em Montes Claros/MG. Nesta reunião, que contou com a participação de representantes do Ministério Público-MG, Copasa, Mineração Riacho dos Machados, dentre outros, foram discutidos os seguintes temas: Panorama geral sobre as barragens do norte de Minas Gerais, com ênfase no quesito segurança; A Copasa e a utilização das barragens na bacia: situação e medidas de manutenção, proteção, regulação e prevenção de acidentes; A barragem da Caatinga: o processo (Ministério Público) e o descomissionamento; A barragem de Riacho dos Machados: situação e medidas de manutenção, proteção, regulação e prevenção de todo tipo de contaminação e/ou acidentes.



Figura 4 - 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2019 do CBH Verde Grande.

Fotos: Arquivo CBH Verde Grande 2019

Reunião Plenária Extraordinária de 2019

Ocorrida no dia 10 de dezembro de 2019, no auditório da Faculdade Prominas, a 2ª Reunião Extraordinária do CBH Verde Grande pautou os seguintes assuntos: Avaliação da Agência Peixe Vivo pelos membros do CBH Verde Grande; Remanejamento da rubrica do PAP e Apresentação do novo *Site* do CBH Verde Grande, apresentados pela Agência Peixe Vivo. A reunião encerrou com a apreciação de diversas deliberações pelo plenário.

3ª Reunião Plenária Extraordinária de 2019

Esta reunião ocorreu também no dia 10.12.2019, logo após a anterior, e tratou especificamente da Eleição e Posse do membro da Diretoria Colegiada como Secretário Adjunto da Bacia Hidrográfica do rio Gorutuba. O processo foi conduzido pela Comissão Eleitoral, coordenada pela Sra. Laila Tupinambá Mota, e o plenário elegeu o candidato único, o Sr. Adalberto Santos da Paixão, o qual terá mandato coincidente com o da atual Diretoria.



Figura 5 - 3ª Reunião Plenária Ordinária do CBH Verde Grande.

Reuniões da Câmara Técnica Consultiva – CTC

Grupo	Data	Local	Principais Pontos de Pauta
Câmara Técnica Consultiva - CTC	1ª Reunião Ordinária de 2019 (12 de fevereiro)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da ata da reunião do dia 12.09.2018; - Informes; - Apresentação e discussão do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos (MOP) do CBH Verde Grande; - Apresentação e discussão do Termo de Referência (TDR): Estudos de incremento de oferta hídrica na bacia do rio Verde Grande.
	2ª Reunião Ordinária de 2019 (09 de maio)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da ata da reunião do dia 12.02.2019; - Informes; - Apresentação do Produto 2 do MOP do CBH Verde Grande; - Grupo de Trabalho: Mineradora Riacho dos Machados: objetivos, composição e encaminhamentos.
	3ª Reunião Ordinária de 2019 (02 de julho)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da ata da reunião do dia 09.05.2019; - Informes; - Discussão do Termo de Alocação de Água 2019/2020 – Sistema Hídrico Rio Verde Grande; - Barramentos construídos pela empresa Plantar Siderúrgica S/A no leito do rio Juramento; - Criação do Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento Interno.
	1ª Reunião Extraordinária de 2019 (16 de agosto)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da ata da reunião do dia 02.07.2019; - Informes; - Apresentação da Proposta de Remanejamento de Rubrica no PAP 2018/2020 (Agência Peixe Vivo); - Apresentação do TDR para Contratação do Projeto Piloto do “Programa Produtor de Águas”, a montante da Barragem de Juramento;

			- Apresentação, discussão e apreciação do Parecer do Grupo de Trabalho do Termo de Alocação de Água 2019/2020 – Sistema Hídrico rio Verde Grande.
	4ª Reunião Ordinária de 2019 (10 de setembro)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	- Aprovação da ata da reunião do dia 16.08.2019; - Informes; - Apresentação e discussão do parecer do GT sobre à Alocação de Água 2019/2020; - Apresentação do Plano de Trabalho do Estudo de Incremento de Oferta Hídrica (Profill Engenharia e Ambiente Ltda.
	5ª Reunião Ordinária de 2019 (05 de novembro)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	- Aprovação da ata da reunião do dia 10.09.2019; - Informes; - Parecer Técnico do GT Outorgas/Termo de Alocação de Água: Rediscussão (GT/COMAR-ANA); - Marco Regulatório: Discussão com representante da COMAR/ANA - Sustentabilidade financeira da operação, manutenção e monitoramento da infraestrutura hídrica da bacia do rio Verde Grande.
	6ª Reunião Ordinária de 2019 (10 de dezembro)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	- Aprovação da ata da reunião do dia 05.11.2019; - Informes; - Apresentação e Discussão “GT MRDM” sobre material entregue pela Mineradora Riacho dos Machados em resposta a Ofício CBHVG 128/2019.



Figura 6 - 3ª Reunião Ordinária da CTC, 02.07.2019 (à esquerda) e 5ª Reunião Ordinária da CTC, em 05.11.2019 (à direita).

Grupo	Data	Local	Principais Pontos de Pauta
Comissão Gestora do rio Gorutuba - CGG	1ª Reunião Ordinária de 2019 (30 de maio)	Auditório EPAMIG, Nova Porteirinha/MG	- Aprovação da ata da reunião do dia 25.10.2018; - Informes; - Apresentação e discussão sobre Alocação Negociada de Água do Sistema Hídrico Bico da Pedra – rio Gorutuba (COMAR/ANA);
	2ª Reunião Ordinária de 2019 (13 de dezembro)	Auditório Abanorte, Janaúba/MG	- Aprovação da ata da reunião do dia 30.05.2019; - Informes; - Alocação Negociada de Água: Apreciação da proposta à COMAR/ANA de ajustes na alocação a partir do final do

		período de estiagem; - Elevação na estrutura de represamento de água do rio Gorutuba; - Defluência: Análise da qualidade da água a jusante ao lançamento de resíduos no rio Gorutuba.
--	--	---



Figura 7 - 1ª Reunião Ordinária da CGG, realizada em Nova Porteirinha/MG (30.05.2019).

Reuniões da Comissão Gestora do rio Verde Pequeno (CGVP)

Grupo	Data	Local	Principais Pontos de Pauta
Comissão Gestora do rio Verde Pequeno - CGVP	1ª Reunião Ordinária de 2019 (29 de maio)	Auditório da Câmara de Vereadores de Urandi/BA	- Informes; - Apresentação e discussão sobre Alocação Negociada de Água do Sistema Hídrico Estreito e Cova da Mandioca (COMAR/ANA);
	2ª Reunião Ordinária de 2019 (30 de julho)	Auditório da EMATER, Espinosa/MG	- Informes; - Apresentação do Termo de Alocação de Água 2019/2020 – Estreito e Cova da Mandioca; - Criação do Grupo de Trabalho para discussão sobre os encaminhamentos levantados na reunião de Alocação de Água 2019/2020 realizada no dia 29.05.2019; - Edital do CBH São Francisco: “Chamamento Público para o recebimento de demandas para o desenvolvimento de projetos com foco na Sustentabilidade Hídrica no Semiárido”.
	3ª Reunião Ordinária de 2019 (31 de outubro)	Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi/BA	- Aprovação das atas das 1ª e 2ª reuniões ordinárias de 2019; - Informes; - Apresentação: Ações do Programa COLMEIA no município de Espinosa/MG (COPASA); - Apresentação: Panorama geral do abastecimento da cidade de Espinosa/MG (COPASA);

			- Grupo de Trabalho TAA 2019/2020: andamento dos trabalhos.
	4ª Reunião Ordinária de 2019 (12 de dezembro)	Auditório da EMATER, Espinosa/MG	- Informes; - Proposta apresentada ao INEMA de formação do Comitê Estadual da Bacia Hidrográfica do rio das Rãs (José Carlos Lelis – ONG PRISMA); - Barragem de rejeitos Bamin (Guanambi/BA): Possíveis impactos ambientais (José Carlos Lelis – ONG PRISMA); - Grupo de Trabalho TAA 2019/2020: Resultados preliminares.



Figura 8 - 3ª Reunião Ordinária da CGVP, 31.10.2019 (à esquerda) e 4ª Reunião Ordinária da CGVP, em 12.12.2019 (à direita).

Reuniões da Diretoria Colegiada

Grupo	Data	Local	Principais Pontos de Pauta
Diretoria Colegiada	1ª Reunião Ordinária de 2019 (30 de agosto)	Sede da Agência Peixe Vivo, Belo Horizonte/MG	- Informes; - Seleção das ações a serem consideradas para o MOP Verde Grande; - Proposição e validação dos critérios que constarão no detalhamento das ações (responsáveis, prazo, custo, fontes de recurso, dados e informações, etc); - Consolidação dos resultados da reunião entre os gestores e encaminhamentos (definição da data para a 2ª Oficina Participativa).
	2ª Reunião Ordinária de 2019 (30 de agosto)	Sede da Agência Peixe Vivo, Belo Horizonte/MG	- Aprovação da ata da 1ª reunião ordinária de 2019; - Informes; - Análise e aprovação de remanejamento de valores das rubricas do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2018-2020.
	3ª Reunião Ordinária de 2019 (10 de dezembro)	Sede CBH Verde Grande – Montes Claros/MG	- Aprovação da ata da 2ª reunião ordinária de 2019; - Informes; - Alteração no Marco Regulatório: Parecer do “GT Outorgas/Termo de Alocação” e Proposta da COMAR/ANA (5ª RO da CTC, de 05/11/2019);

	4ª Reunião Ordinária de 2019 (12 de dezembro)	Sede CBH Grande – Montes Claros/MG	- Aprovação da ata da 3ª reunião ordinária. - Informes; - Discussão sobre Agenda Anual de Atividades do CBH Verde Grande para 2020 (aprovada na reunião plenária do dia 10.12.2019)
--	---	---------------------------------------	--

Participação do CBH Verde Grande em eventos externos e reuniões diversas

Treinamento em Práticas Conservacionistas para Revitalização de Bacias Hidrográficas – 2019

O curso ocorreu dos dias 08 a 12 de abril em Sete Lagoas, promovido pelo Ministério de Meio Ambiente e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) com apoio da Agência Nacional de Águas -ANA e está embasado nos princípios do Programa Produtor de Água – PPA.

O Engenheiro Agrícola e Ambiental, Sr. Mário Sérgio Paiva de Araújo, foi indicado por sua disponibilidade e qualificação técnica, para participar da edição do treinamento, comprometendo-se a ser um apoiador do CBH Verde Grande nas etapas de implementação do PPA na bacia do rio Juramento, cujo processo está em encaminhamento desde dezembro do ano de 2018.

O Sr. Dirceu Colares, Presidente do CBH Verde Grande, participou do Dia de Campo deste evento, oportunidade que o capacitou para um melhor conhecimento do PPA dando direcionamentos para a implementação na bacia do Verde Grande.



Figura 9 - Participação do Presidente do CBH Verde Grande, Dirceu Colares, no Treinamento em Práticas Conservacionistas para Revitalização de Bacias Hidrográficas, realizado em 12.04.2019, na cidade de Sete Lagoas/MG.

Audiência Pública “O crime da Vale em Brumadinho e os impactos para a bacia do rio São Francisco”

O CBH Verde Grande foi representado nesse evento pelo seu presidente Dirceu Colares. Foi realizado na cidade de Jaíba/MG, no dia 24 de abril. Dentre os vários assuntos discutidos pode-se destacar o impacto da lama de minério que atingiu o rio Paraobeba quando do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, na qualidade da água do rio São Francisco e os prejuízos econômicos e ecológicos para os usuários de recursos hídricos.



62ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia Hidrográficas – FMCBH

Na 62ª edição da reunião do FMCBH, ocorrida em Belo Horizonte/MG, o CBH Verde Grande foi mais uma vez representado pelo seu Presidente, Dirceu Colares. Os principais temas abordados no encontro foram: 1) Apresentação da Metodologia de Avaliação da Implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Minas Gerais - PDRH/MG e 2) Discussão sobre proposta de remodelagem apresentada pelo IGAM.

Reunião com Produtores Rurais e Parceiros do Projeto Águas do Verde Grande

A reunião ocorreu no dia 17 de dezembro na cidade de Juramento/MG e contou com a participação de representantes das instituições parceiras do Projeto Águas do Verde Grande (COPASA, EMATER, IEF, Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros etc), representante da empresa HIDRO BR, produtores rurais e membros do CBH Verde Grande.

Foram debatidos temas sobre os desafios hídricos na região e especificou-se uma agenda de oficinas de educação ambiental a serem desenvolvidas na região no ano de 2020.



Figura 10 - 9ª Reunião do Projeto “Águas do Verde Grande”, realizada na cidade de Juramento/MG, em 17.12.2019.

Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande

No âmbito da rubrica I.3.1.3 – Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande constante no Plano de Aplicação Anual (PAP 2018-2020) duas ações foram desenvolvidas:

- 1) **Aquisição de material institucional do CBH Verde Grande:** tais como eco bolsa, caneta, pen drive e blocos de anotação personalizados. A distribuição desse material é de extrema importância para a divulgação da logomarca e da atuação do Comitê em seus eventos e ações.



Tabela 2 – Extrato do Contrato 07/2019.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS	
Situação Geral da Contratação	
CONTRATO Nº	07/2019
ATO CONVOCATÓRIO Nº	08/2019
CONTRATADO	AVOHAI EVENTOS LTDA.
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS EM ATENDIMENTO À DEMANDA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE
VALOR DO CONTRATO	R\$ 25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais)
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:	11/09/2019
ORDEM DE SERVIÇO Nº	12/2019
DATA DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	13/09/2019
VIGÊNCIA	13/09/2019 a 12/12/2019

CATEGORIA	FONTE 183
RUBRICA PAP	I.3.1.2 - Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos.

- 2) Criação e desenvolvimento do *site* do CBH Verde Grande, sob o domínio www.cbhverdegrande.org.br. A página eletrônica além de divulgar os eventos e reuniões do Comitê, configura-se como um importante meio comunicação sobre os principais acontecimentos na bacia, bem como uma fonte de pesquisa de temas relacionados aos recursos hídricos e meio ambiente.

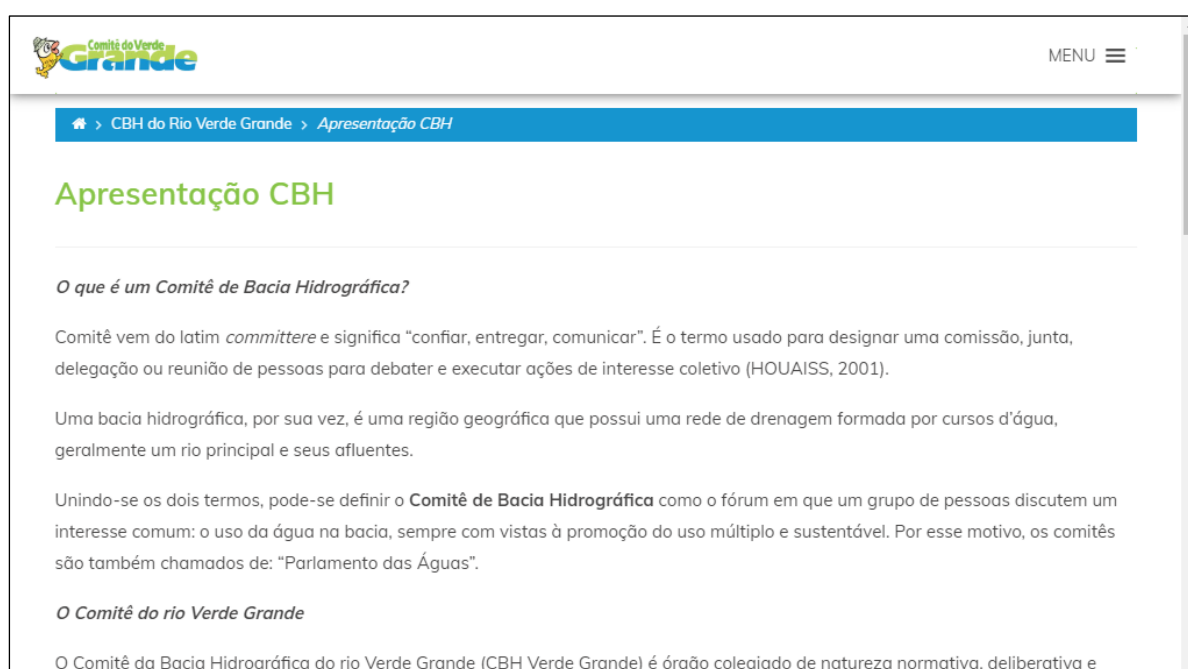
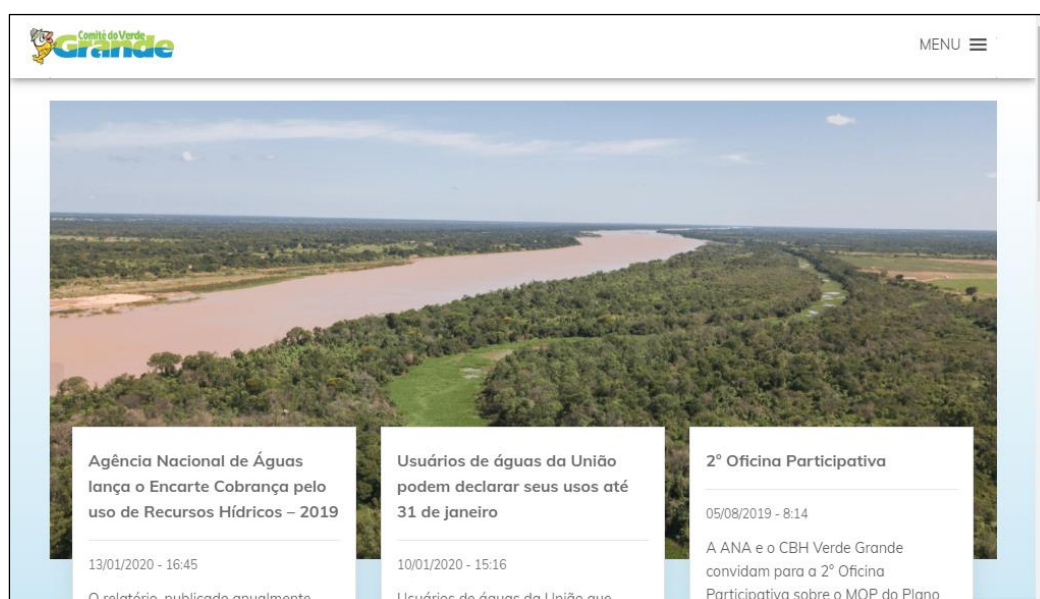


Figura 11 - Site CBH Verde Grande.

Tabela 3 – Extrato do Contrato 06/2019.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PORTAL	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
CONTRATO Nº	06/2019
ATO CONVOCATÓRIO Nº	09/2019
CONTRATADO	TANTO DESIGN LTDA. – ME
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PORTAL (WEBSITE), EM ATENDIMENTO AO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE
VALOR DO CONTRATO	R\$ 13.942,38 (TREZE MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS),
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:	12/09/2019
ORDEM DE SERVIÇO Nº	11/2019
DATA DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	13/09/2019
VIGÊNCIA	13/09/2019 A 12/12/2019
CATEGORIA	FONTE 183
RUBRICA PAP	I.3.1.3 - Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande

Estudos para implantação de projetos de produção de água

O rio Juramento é tributário da margem direita do Rio Verde Grande, o qual, por sua vez, é afluente da margem direita do rio São Francisco. O rio Juramento é responsável pela maior parcela do abastecimento público de água da cidade de Montes Claros/MG, que abriga mais de um terço da população da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande.

Diante do contexto de degradação intensa da bacia hidrográfica do rio Juramento e considerando a sua importância para a manutenção das atividades produtivas regionais o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, em conjunto com outros atores locais (COPASA, EMATER, IEF, CODEVASF, dentre outros) propôs a implantação de um Programa Produtor de Água, visando estimular a implementação de práticas de restauração e conservação florestal e práticas de saneamento rural pelos produtores da bacia hidrográfica do rio Juramento.

Desta forma e por estar em conformidade com o Programa 2.2 do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, que prevê a recuperação de áreas degradadas e a recuperação de matas ciliares, foi contratado um projeto piloto para uma parcela da bacia hidrográfica do rio Juramento (aproximadamente 3.500 hectares) com o

objetivo de identificar o real estado de degradação desta área e propor ações de teor conservacionista tendo em vista a manutenção e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Além disso, analisar as possibilidades de arranjo institucional para a implementação de um Programa Produtor de Água, incluindo potenciais fontes de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

As principais informações do Contrato nº 009/2019 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a empresa HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP para a elaboração do estudo de diagnóstico e projeto básico de conservação de recursos hídricos em uma parcela da bacia hidrográfica do Rio Juramento são apresentadas na **Tabela 4**.

Tabela 4 - Elaboração de diagnóstico e projeto básico de conservação de recursos hídricos em uma parcela da bacia hidrográfica do Rio Juramento, Juramento – Minas Gerais

Elaboração de diagnóstico e projeto básico de conservação de recursos hídricos em uma parcela da bacia hidrográfica do Rio Juramento, Juramento – Minas Gerais	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0116
COMPONENTE / SUBCOMPONENTE PAP 2018-2020	II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água II.2 – Conservação de solo e água
EMPRESA EXECUTORA	HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP.
ATO CONVOCATÓRIO	010/2019
CONTRATO	Nº 009/2019
VALOR DO CONTRATO	R\$ 51.899,07
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	01/11/2019
ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)	Nº 15/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	04/11/2019
PRAZO CONTRATUAL	05 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL	NÃO
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	10%

Conforme previsto no Termo de Referência que norteia o Contrato nº 009/2019 o estudo na bacia hidrográfica do rio Juramento será composto por 5 (cinco) produtos, a saber:

- ✓ **PRODUTO 1:** Plano de Trabalho
- ✓ **PRODUTO 2:** Mapas temáticos
- ✓ **PRODUTO 3:** Cadastro fundiário das propriedades
- ✓ **PRODUTO 4:** Proposta de projeto Produtor de Água para a bacia hidrográfica do rio Juramento, incluindo relatório de passivos ambientais, áreas com aptidão para conservação de solo e custos
- ✓ **PRODUTO 5:** Relatório Final

Como o projeto teve início em novembro de 2019 até o final deste mesmo ano apenas o Plano de Trabalho (Produto 1) havia sido aprovado pela Gerência de Projetos da Agência Peixe Vivo, o que

corresponde a 10% do percentual de execução do Contrato. No dia 11 de novembro de 2019 ocorreu na Prefeitura Municipal de Juramento/MG uma reunião para apresentação inicial do escopo do Projeto que contou com a participação de atores estratégicos, como representantes do CBH Verde Grande, Agência Peixe Vivo, EMATER-MG, COPASA, CODEVASF, IDENE, SICOOB, e também representantes de secretarias municipais das Prefeituras de Juramento e Montes Claros, de associações de produtores rurais do município de Juramento, dentre outros. Algumas fotos do encontro estão apresentadas na **Figura 1**.



Figura 12 - Reunião para apresentação inicial do projeto, realizada na Prefeitura Municipal de Juramento/MG, no dia 11/11/2019.

O fluxograma esquemático elaborado para a integralização das atividades elencadas no escopo da empresa contratada para o desenvolvimento do diagnóstico na bacia do rio Juramento é ilustrado na **Figura 13**.

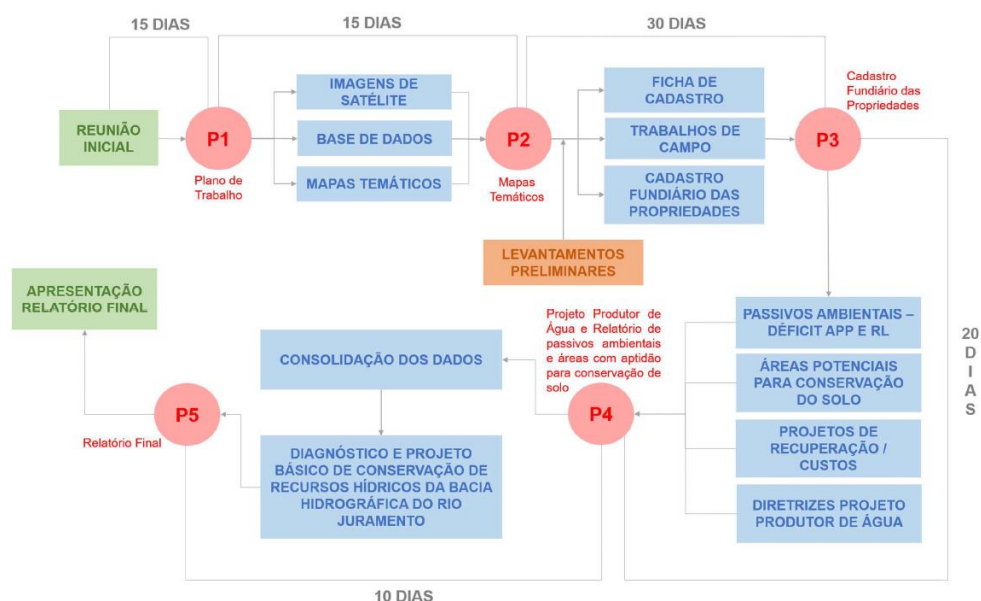


Figura 13 - Fluxograma esquemático para a integralização do diagnóstico na bacia do rio Juramento.

Na **Figura 14** é apresentado o mapeamento do uso do solo realizado pela empresa contratada para a elaboração do diagnóstico na bacia do rio Juramento.

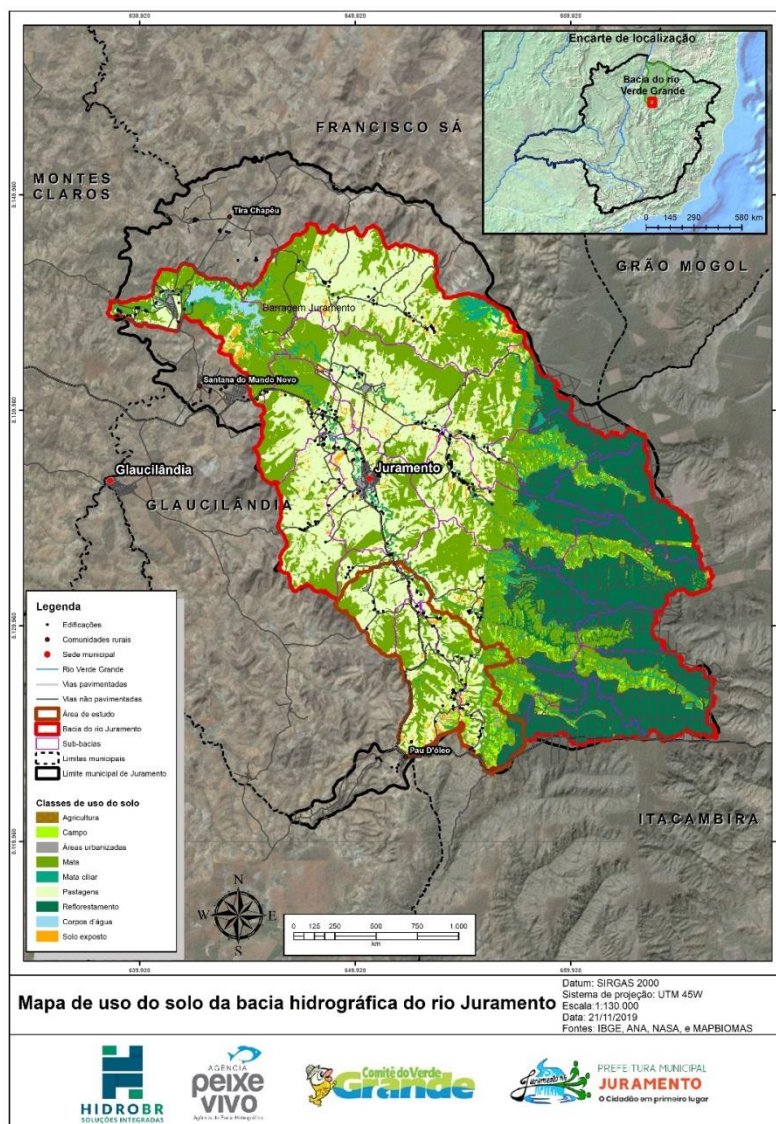


Figura 14 – Mapa de uso do solo na bacia do rio Juramento.

Todos os trabalhos em processo de desenvolvimento são compartilhados em nuvem com um grupo de acompanhamento montado no âmbito do CBH Verde Grande e todas as atualizações são disponibilizadas em meio digital para acompanhamento e, se necessário, considerações.

Os trabalhos de campo e o respectivo cadastramento das propriedades rurais tem como previsão de conclusão o mês de fevereiro de 2020.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Manual Operativo de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em < <http://www.paranapanema.org/plano/mop/>> Acesso em 24.04.2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA, 2013. 124 p.

2019

PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

APÊNDICE II

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
A OFICINA – DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE	3
Resultados.....	6
PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA.....	18
Plano de Recursos Hídricos	19
Cobrança pelo Uso das Águas	21
Outorga de Direito de Uso das Águas	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	27

APRESENTAÇÃO

O Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA foi celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, com a interveniência do Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH Verde Grande para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Verde Grande em 29 de dezembro de 2017.

No Contrato de Gestão em questão, foram estabelecidos os critérios de avaliação da eficiência da Agência Peixe Vivo, dentre eles o critério 3B referente ao indicador de cobrança pelo uso de recursos hídricos, com o seguinte texto: “*Proposição de estratégia de integração para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande visando a implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos*”. O detalhamento dessa meta ressalta os instrumentos de gestão planos de bacia hidrográfica, outorga e cobrança pelo uso da água.

Assim, para que pudesse ser desenvolvida tal proposta, foi prevista a realização de uma Oficina, na cidade de Montes Claros, que ocorreu no dia 02 de outubro de 2019. Este relatório apresenta os resultados desta Oficina e discorre sobre a proposta de integração para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, especialmente no que concerne aos instrumentos de gestão, tratando os planos de recursos hídricos, outorga e cobrança.

Os resultados a seguir apresentados são parte do trabalho desenvolvido pelo consultor Leonardo Mitre Alvim de Castro, contratado pela Agência Peixe Vivo, por meio do Contrato nº 08/2019, visando à moderação e consolidação dos resultados da “Oficina para definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”.

A OFICINA – DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

A “Oficina para a definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande”, foi organizada pela Agência Peixe Vivo, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH Verde Grande) e com a Agência Nacional de Águas. Para participação na oficina, foram convidados os representantes do CBH Verde Grande, ANA – Agência Nacional de Águas, órgãos gestores de recursos hídricos estaduais da Bahia (INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e de Minas Gerais (IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas), além de uma série de atores relevantes de outras entidades com atuação no processo de gerenciamento de recursos hídricos da bacia, como evidenciado nas listas de presença, constantes dos anexos 1 e 2 deste documento.

Os convites para participação da oficina foram enviados via e-mail e aplicativos de mensagens como o WhatsApp. A Figura 1 apresenta o modelo do convite enviado.

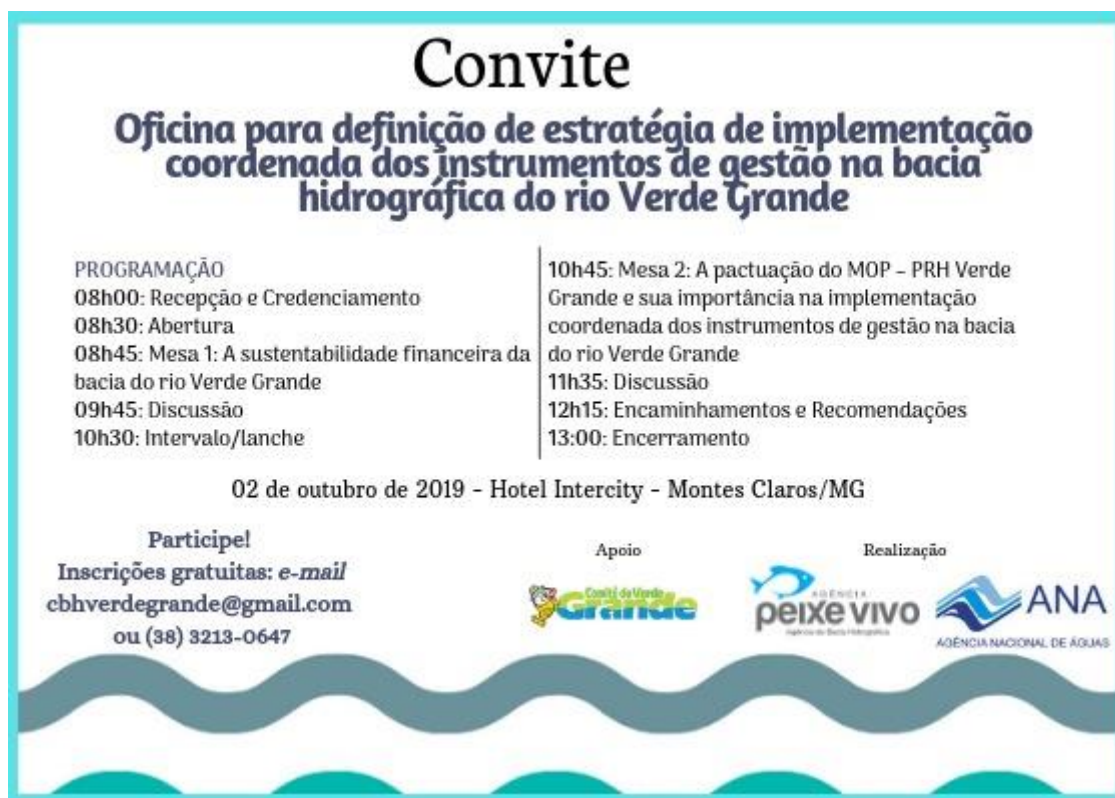


Figura 1 – Convite para participação da oficina.

A programação da oficina (Figura 2) foi construída de forma que pudessem ser discutidos os principais temas em voga para dar suporte à implementação integrada do processo de gestão na bacia. Nesse sentido, tratou de dois temas fundamentais, relacionando a sustentabilidade financeira e a execução de ações necessárias à gestão da bacia por meio do Manual Operativo – MOP, atualmente em desenvolvimento.

OFICINA - Definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na bacia hidrográfica do rio Verde Grande

PROGRAMAÇÃO

08h00: Recepção e Credenciamento

08h30: Abertura (CBH Verde Grande, ANA, IGAM e INEMA)

08h45: Mesa 1: A sustentabilidade financeira da bacia do rio Verde Grande - Apresentações da ANA, SEMA, IGAM e CBH Verde Grande

09h45: Discussão

10h30: Intervalo/lanche

10h45: Mesa 2: A pactuação do MOP – PRH Verde Grande e sua importância na implementação coordenada dos instrumentos de gestão na Bacia Hidrográfica do Verde Grande - Apresentação: ANA e Debatedores: INEMA e IGAM

11h35: Discussão

12h15: Encaminhamentos e Recomendações

13:00: Encerramento

02 de outubro de 2019

Hotel Intercity - Montes Claros/MG

Apoio

Realização



Figura 2 – Programação da Oficina

Resultados

Conforme constante do convite e programação apresentados no subitem anterior, a oficina foi realizada em Montes Claros, no dia 02 de outubro de 2019, no hotel Intercity, teve início às 8h com a recepção e credenciamento dos participantes e concluiu por volta das 13h. O evento teve duas mesas de discussões, ambas moderadas pelo consultor Leonardo Mitre Alvim de Castro.

A primeira mesa teve a finalidade de discutir a sustentabilidade financeira da bacia do rio Verde Grande e a segunda tratou do tema relacionado à pactuação do MOP do PRH Verde Grande e sua importância na implementação coordenada dos instrumentos de gestão na bacia.

Mesa 1

A primeira mesa teve a finalidade de discutir a sustentabilidade financeira da bacia hidrográfica do rio Verde Grande. Para isso, contou com exposições iniciais da ANA, SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia, IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas e do presidente do CBH Verde Grande. Após a apresentação, o consultor responsável pela moderação fez uma síntese dos principais aspectos comentados por cada expositor de forma a dar suporte às discussões por parte dos presentes.

A primeira apresentação foi realizada pelo especialista em recursos hídricos Marco Antônio Mota Amorim da Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança da Superintendência de Apoio ao SINGREH – SAS da ANA. Ele iniciou sua exposição comentando sobre os cenários/desafios do processo de gestão em função das potencialidades de receitas exógenas ao SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (dependentes prioritariamente dos orçamentos da União e estados) e endógenas (dependentes principalmente da cobrança pelo uso da água). Nesse sentido, apresentou alguns aspectos de cada uma delas, ressaltando-se, no primeiro caso, a dependência dos orçamentos, não ter governabilidade do SINGREH e estar com fluxo instável e em queda nos últimos anos em função da condição financeira do país e dos estados. Por outro lado, as receitas endógenas, advindas da cobrança pelo uso da água apresentam governança do sistema, fluxo estável e com potencial de crescimento.

Em seguida, apresentou o histórico do processo de cobrança pelo uso da água na bacia do rio Verde Grande, desde a discussão e aprovação da Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 (mecanismos de cobrança), que foi posteriormente aprovada por meio da Resolução nº 171/2015 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, culminando com o início da cobrança em abril de 2017, nesse caso apenas para corpos d'água de domínio da União. Ressaltou, aí, a demora para a aprovação da Agência Peixe Vivo como entidade delegatária das funções de agência de água da bacia, o que ocorreu apenas em dezembro de 2016 por meio da Resolução nº 187/2016 do CNRH. Com isso, perdeu-se um ano de receitas de cobrança pelo uso das águas de domínio da União, que poderiam ter iniciado em 2016, mas ocorreram apenas a partir de 2017.

Em seguida, apresentou os valores estimados e obtidos de recursos de águas de domínio da União até o momento, da seguinte forma. No ano de 2018 (usos em 2017) foram emitidos boletos referentes a R\$ 92.938,00, sendo arrecadados R\$ 69.047,00, enquanto em 2019 foram emitidos boletos de valor cobrado de R\$ 206.082,00, sendo arrecadados R\$ 77.825,00 até 31 de julho. Dos valores arrecadados em 2018, 50,6% foram de usos com a finalidade de saneamento, 48,6% para usos agropecuários e apenas os restantes 0,8% para consumo industrial. Os valores obtidos são bastante baixos para serem possíveis de executar ações que levem a resultados impactantes na bacia hidrográfica do rio Verde Grande.

Nesse sentido, chamou a atenção para o fato da cobrança pelo uso das águas de domínio dos estados da Bahia e Minas Gerais ainda não ter iniciado, com um potencial de arrecadação variando entre R\$ 1,69 milhão a R\$ 2,34 milhões por ano com a metodologia já aprovada na bacia. No entanto, apesar de ter sido aprovada pela mesma Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 e encaminhada pelo presidente do CBH para os secretários de meio ambiente da Bahia e Minas Gerais, nenhum dos dois ainda encaminhou para aprovação do seu respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Trata-se de tema relevante e fundamental para o processo de integração e execução de ações importantes necessárias para a bacia.

Seguindo sua exposição, passou para a apresentação da estrutura mínima considerada necessária para uma entidade delegatária de forma a permitir a execução adequada de suas funções. Essa estrutura mínima teria um custo da ordem de R\$ 1,9 milhão por ano com capacidade para desenvolver cerca de 10 projetos ao mesmo tempo. Considerando que a Lei Federal nº 9.433/1997 estabelece que o limite máximo dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água que podem ser aplicados para custeio administrativo dos órgãos e entidades do sistema corresponde a sete e meio por cento do total arrecadado, verifica-se que a arrecadação necessária para que a bacia hidrográfica disponha de uma entidade delegatária com estrutura adequada seria de R\$ 25 milhões anuais. Ressaltou, ainda, que o custeio da entidade delegatária ainda poderia crescer bastante caso se deseje executar um maior número de projetos, atender a um maior número de CBHs ou instalar escritórios/unidades descentralizadas.

Dessa forma, realçou a diferença entre os R\$ 25 milhões anuais e o valor máximo de arrecadação estimado para a bacia com a metodologia atual, da ordem de R\$ 2 milhões, mostrando a grande dificuldade de se desenvolver uma estrutura adequada de entidade delegatária para atender à bacia hidrográfica do rio Verde Grande.

Sua exposição seguiu, ainda, mostrando o PAP – Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Verde Grande para o exercício 2018-2020, com uma série de ações relevantes para a bacia com valor nulo aprovado, em função do baixo montante de recursos previstos. Nesse caso, ressaltam-se ações de racionalização de usos (irrigação e abastecimento), conservação de solo e água, incremento da oferta hídrica, gestão de águas subterrâneas, monitoramento hidrometeorológico e implementação dos instrumentos de gestão com valor nulo de recursos previstos para o período em questão. O PAP atual prevê apenas recursos para as ações de apoio ao CBH Verde Grande, notadamente atividades de mobilização, participação e realização de reuniões plenárias e plano de educação, mobilização social e comunicação do CBH. Dessa forma, importante comentar que os recursos atuais advindos da cobrança pelo uso da água

têm sido suficientes apenas para apoiar a atuação do CBH, não permitindo financiar nenhuma outra ação estruturante na bacia.

Para verificar a possibilidade de incremento dos valores de cobrança na bacia, fez uma comparação dos seus valores médios em R\$/m³ com as outras bacias brasileiras que já realizam a cobrança pelo uso da água (Paraíba do Sul, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, São Francisco, Doce e Paranaíba), mostrando que os valores totais da bacia do Verde Grande são inferiores a todas as outras. Citou, como exemplo, que no caso do saneamento, envolvendo os valores da cobrança pelo uso da água para captação para abastecimento humano e lançamento de efluentes, uma família de três pessoas pagaria pelos valores atuais menos de R\$ 5,00 por ano, valor considerado irrisório e que não atende aos objetivos previstos na Lei Federal nº 9.433/1997, de dar ao usuário a indicação de seu real valor e incentivar a racionalização de seu uso. O mesmo vale para o uso industrial e para a irrigação em que os valores cobrados não são suficientes para incentivar o uso racional, considerando serem muito baixos e não impactarem os valores de produção.

Dessa forma, considera que há um potencial para incremento nos valores de cobrança pelo uso da água no país e mais ainda na bacia do rio Verde Grande de forma a cumprir suas funções legais de incentivar o uso racional e obter recursos para o financiamento de ações de seu plano de recursos hídricos. Esse ponto inclusive foi referido pelo especialista da ANA ao apresentar suas recomendações de revisar os mecanismos e valores de cobrança aproveitando o momento em que o CBH vem construindo o seu MOP que pode ter suas ações potencializadas com o incremento na arrecadação. Dentre suas recomendações, ressalta-se a necessidade de construir uma equação simples, pré-definir objetivos claros para a cobrança e avaliar a possibilidade de cobrar pela parcela de consumo e diferenciar preços entre setores, estações do ano e portes de usos. Com isso, estabelecendo-se objetivos claros para a cobrança com base em ações que façam a diferença para a bacia, podem ser discutidos e definidos valores que efetivamente cubram tal necessidade da bacia e, ainda, incentivem os usuários à otimização de seus usos.

Finalmente, apresentou algumas recomendações de um estudo realizado pelo OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico sobre o processo de cobrança pelo uso da água no país, ressaltando aqui os seguintes pontos de um checklist a ser avaliado quando da implementação da cobrança:

- Por que você quer cobrar?
- Qual o problema que você está tentando resolver?
- Que resultados você quer alcançar?
- Como a cobrança o ajudará a alcançá-los? o que você quer que a cobrança financie?
- Você deseja diferenciar setores específicos (e, em caso afirmativo, por quê?) ou manter uma metodologia equitativa de cobrança para todos os usuários?

- Como a sua metodologia de cobrança se encaixa com outros instrumentos de gestão de recursos hídricos?
- Você quer enviar sinais sobre o grau de criticidade do recurso hídrico (quantidade ou qualidade)?
- Como você incentivará o uso eficiente, reduzirá perdas, etc.?
- Seus sistemas de outorga e fiscalização permitem que a cobrança seja calculada de forma justa?
- Como você vai lidar com os não pagadores?
- Você cobrará por volume e usará volumes outorgados ou medidos (mais trabalho a supervisionar) ou uma combinação?
- Como você irá estruturar a metodologia para que esteja alinhada com suas intenções?
- A metodologia é facilmente compreensível e direta de administrar?
- Você realizou consultas sobre a metodologia?
- Os pagadores podem entender onde o dinheiro vai e os benefícios que ele fornece?

Assim, tratam-se de temas fundamentais a serem considerados no processo de cobrança e que podem dar suporte a revisões futuras dos mecanismos e valores aplicados na bacia hidrográfica do rio Verde Grande.

A segunda apresentação foi realizada pelo diretor do IGAM responsável pela área de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Thiago Figueiredo Santana. Sua apresentação foi iniciada por meio da consideração dos preceitos legais para a cobrança, baseando-se nos princípios do usuário pagador e poluidor pagador e os objetivos legais previstos na Lei Estadual nº 13.199/1999, de estimular o uso racional, reconhecer a água como bem ecológico, econômico e social e arrecadar recursos para investimentos na bacia. Em seguida, mostrou as bacias hidrográficas do estado que já têm a cobrança implementada e os mecanismos e valores aprovados e em aplicação, que já geraram, até o momento uma arrecadação de mais de 280 milhões de reais considerando todas as bacias e corpos de água de domínio do estado. A arrecadação média anual para as bacias do estado de Minas Gerais é de cerca de R\$ 35 milhões, com os maiores valores obtidos nas bacias dos rios Piracicaba (cerca de R\$ 9 milhões), das Velhas (pouco mais de R\$ 8,5 milhões) e Araguari (pouco mais de R\$ 5 milhões).

Em seguida, apresentou simulações para a arrecadação possível de águas de domínio do estado na bacia do rio Verde Grande, com valores variáveis entre R\$ 1,388 milhão a R\$ 2,762 milhões, da mesma ordem de grandeza daqueles apresentados anteriormente pelo especialista em recursos hídricos da ANA. Citou, entretanto, que esses valores têm

potencial importante de aprimoramento em função dos custos atuais estarem baixos e sem correção monetária. Nesse sentido, comentou sobre os baixos valores e impactos nos usuários de abastecimento público, criação animal e irrigação. Como exemplo, seguindo as metodologias atuais aplicadas nas bacias do estado, os valores cobrados para captações para irrigação de culturas como soja, milho e feijão correspondem a percentuais variando entre 0,030% e 0,299% da receita bruta dessas culturas, valores considerados irrisórios e sem impacto algum no usuário. Da mesma forma o café irrigado, tem os valores da cobrança pelo uso da água variando entre 0,039% e 0,254% da receita bruta, o que não leva a nenhum estímulo ao uso racional da água e menos ainda a reconhecer a água como bem ecológico, econômico e social.

Dessa forma, verifica-se que a cobrança não vem desempenhando suas funções legais, necessitando ajustes potenciais de aprimoramento, voltados principalmente à atualização de preços de PPU – Preço Público Unitário. Nesse sentido, foram comparados os valores adotados com outros referentes a países como África do Sul, França, Portugal e Reino Unido, demonstrando serem bastante inferiores em Minas Gerais. Assim, apresentou algumas recomendações de aprimoramento, ressaltando as seguintes:

- Necessidade de transparência e simplificação dos mecanismos atuais para melhor entendimento por parte do usuário;
- Necessidade de consideração de outros parâmetros para cobrança de lançamento de efluentes além da DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio, exemplificando-se o fósforo e sólidos suspensos totais, de forma a dar isonomia do setor saneamento com outros setores que também possuem lançamentos de efluentes;
- Estabelecimento e execução de um plano de implantação da cobrança em todo o estado, considerando a remodelagem estratégica, o mapeamento de bacias estratégicas, em discussão atualmente no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Nesse caso, a ideia é implementar a cobrança em todo o restante das bacias do estado que ainda não têm esse instrumento sendo aplicado;
- Aplicação de outros instrumentos econômicos como compensação financeira a municípios afetados pela inundação ou áreas de restrição de uso e o rateio do custo de obras para aproveitamento múltiplo;
- Melhoria nos processos de repasse dos recursos arrecadados pelo estado para as respectivas entidades delegatárias, de forma a tornar o processo mais efetivo e com menor risco de contingenciamento;

- Operacionalização do Sistema de Cadastro (iniciado em dezembro de 2017) e da Cobrança, em desenvolvimento;
- Execução de ações para a redução da inadimplência.

Em síntese, sua apresentação mostrou um valor importante de cobrança já obtido no estado, em torno de R\$ 35 milhões de reais anuais, mas que não vem sendo útil para dar ao usuário o estímulo ao uso racional ou o reconhecimento da água como bem ecológico, econômico e social. Especificamente para a bacia do rio Verde Grande, há um potencial para arrecadação de valores da ordem de R\$ 2 milhões por ano, considerando a metodologia já deliberada pelo CBH e que ainda falta ser aprovada pelo CERH. Nesse sentido, há, ainda, um caminho importante a percorrer a partir da aprovação da metodologia de cobrança no CERH e, posteriormente, a realização de ajustes nos valores para que efetivamente possam arrecadar montantes que possam ser mais úteis ao financiamento de ações para a bacia e incentivar o uso racional da água.

A apresentação seguinte foi realizada pela especialista em meio ambiente e recursos hídricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia, Larissa Cayres de Souza. A especialista iniciou sua exposição comentando que na Bahia nenhuma RPGA – Região de Planejamento e Gestão das Águas possui a cobrança pelo uso das águas implementada. Segundo ela, pelas estimativas de cobrança realizadas para as RPGAs do estado, nenhuma apresenta capacidade para formação de agência única, considerando terem valores baixos isoladamente. No que se refere aos processos de discussão de cobrança nas bacias do estado, vêm levando a conflitos e discussões acaloradas, mostrando que boa parte de seus CBHs ainda não estão preparados para esse processo. Apenas o CBH Verde Jacaré (CBHVJ) teve sucesso em sua discussão, aprovando a Deliberação CBHVJ nº 001/2018, que estabelece os mecanismos de cobrança na referida RPGA. De toda forma, tais valores ainda devem ser submetidos ao CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia para aprovação, além de seguirem outros procedimentos para que possam ser efetivados.

Apresentou que o CONERH aprovou a Resolução nº 110/2017 com diretrizes e critérios de cobrança no estado e que a Lei Estadual nº 14.034/2018, aprovada recentemente em dezembro de 2018 alterou uma série de dispositivos da Lei Estadual nº 11.612/2009 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. No que se refere aos dispositivos relacionados à cobrança, citou que a nova lei estadual dispôs que os valores correspondentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos terão redução de 70% quando destinados ao saneamento básico. Esse valor dificulta bastante o processo de cobrança pelo uso da água, uma vez que nos mecanismos atualmente aplicados no país, esse setor é um dos que vêm arrecadando maiores valores. Com a redução em 70% nos valores cobrados para o setor saneamento, há o risco de inviabilizar a cobrança em boa parte das bacias do estado. E comentou, ainda, sobre as águas subterrâneas, que segundo ela são consideradas na legislação do estado como um recurso do estado e com isso, apresenta um entendimento de que não poderia ser sujeito à cobrança o seu uso. Para avaliar esse ponto, foi buscada e avaliada a legislação do estado, notadamente a sua Constituição Estadual, que dispõe, em seu artigo 7º, que constituem patrimônio do Estado:

IV - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

Assim, pelo entendimento em análise desse dispositivo da Constituição do Estado da Bahia, considera-se que as águas subterrâneas têm o mesmo tratamento das águas superficiais e, portanto, seu uso seria da mesma forma sujeito à cobrança. Esse entendimento vai ao encontro do que consta de sua Lei Estadual nº 11.612/2009 que dispõe, em seu artigo 24, que serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos à outorga de direito de uso.

Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos à outorga de direito de uso, com base nas diretrizes e critérios gerais estabelecidos pelo CONERH e nos valores aprovados pelo referido Conselho. Na mesma lei estadual, é disposto em seu artigo 18 que são sujeitas à outorga ou à manifestação prévia do órgão gestor, as atividades, ações ou intervenções que possam alterar a quantidade, a qualidade ou o regime das águas subterrâneas, além da perfuração de poços tubulares. Assim, com base nesses itens, segue-se o entendimento de que o uso de águas subterrâneas pode ser cobrado.

Sua exposição seguiu para o comentário sobre o longo caminho previsto na legislação estadual para o recurso da cobrança, que deverá ser disponibilizado inicialmente para o caixa do estado, para posteriormente ser disponibilizado para a SEMA/BA, que deverá transferir para a respectiva entidade delegatária. Assim, segundo ela, esse caminho pode se mostrar tortuoso para os recursos da cobrança e difícil para sua efetivação. De toda forma, à luz do fato de que a bacia do rio Verde Grande já vem discutindo o processo, já possui a cobrança de águas de domínio da União e intenta avançar na cobrança de águas estaduais, vislumbra o potencial de implementar a cobrança pelo uso de águas estaduais da bacia, como um piloto para o restante do estado. Nesse sentido comentou, inclusive, sobre a dificuldade de se obter recursos exógenos ao sistema para financiar ações no estado, sendo que o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos conta como principal fonte de recursos o Programa Progestão – Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, um programa gerido pela ANA de incentivo financeiro aos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos para aplicação de recursos de forma exclusiva em ações de fortalecimento institucional e de gerenciamento de recursos hídricos.

Assim, em síntese de sua apresentação, expos o processo e discussões realizadas e em curso no estado da Bahia sobre a cobrança, que não se encontra ainda implementada para nenhuma bacia hidrográfica de rios estaduais. E, ainda, comentou a burocracia prevista para que os recursos porventura cobrados sejam disponibilizados à entidade delegatária. Por outro lado, vislumbrou um caminho positivo potencial para implementar a cobrança na bacia do rio Verde Grande.

A última exposição foi realizada pelo presidente atual do CBH Verde Grande, Dirceu Colares de Araújo Moreira, e contou com complementos do presidente anterior, Joao Damázio Frota Machado Pinto. De uma forma geral, ambos comentaram sobre o processo de discussão realizado no CBH sobre os mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água e o consequente amadurecimento de seus membros. Tratou-se de discussão árdua, inclusive com momentos de acirramento entre os membros. Relataram que durante o processo, os membros encontraram bastante dificuldade de entender o processo, por se tratar de fórmula complexa, com muitos fatores e

coeficientes. Assim, parte dos usuários se mostrou contra em função da dificuldade de entender os cálculos. No entanto, ao iniciar o processo de cobrança, parte importante deles percebeu que os valores foram baixos, inclusive alguns considerando que estavam pagando barato. Por outro lado, considerando a dificuldade para a aprovação da cobrança na bacia, entendem que o processo deve continuar com a aprovação pelos conselhos estaduais de recursos hídricos da Bahia e Minas Gerais dos mecanismos e valores constantes da Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 e início da cobrança de águas de domínio dos estados. Após um período de efetivação dessa cobrança, com os resultados obtidos para a bacia, pode ser reiniciada a discussão de forma a revisar os valores de cobrança.

Após as apresentações, foi feita a moderação da mesa, com o relato da síntese e principais pontos destacados por cada apresentador, de forma a dar suporte às discussões pelos participantes da oficina. Nesse sentido, os principais comentários trataram dos seguintes temas:

- Segundo comentado pelo coordenador de instâncias colegiadas do SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA, Volney Zanardi Junior, o contrato de gestão com a Agência Peixe Vivo conclui no próximo ano e para que seja renovado, é importante que o CBH mostre que tem envidado esforços para a obtenção de maior monta de recursos na bacia, minimamente com o início da cobrança pelo uso das águas de domínio dos estados e discussão da revisão dos valores de cobrança. Atualmente, a ANA tem aportado recursos para a entidade delegatária para que seja sustentada, mas isso não deve ser continuado nos anos seguintes, devendo o CBH buscar formas de ampliar sua arrecadação;
- Foi feito um questionamento se a COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais vem repassando os valores para a população de Montes Claros. A esse questionamento, foi feito o esclarecimento de que a maior parte da captação para abastecimento de Montes Claros está em rios de domínio do estado de Minas Gerais e, com isso, ainda não tem a cobrança pelo uso da água realizada;
- Outro questionamento realizado foi feito quanto à inadimplência dos usuários e quais as penalidades, tendo sido esclarecidas pelo especialista em recursos hídricos da ANA que havia feito a apresentação;
- Questionamento também foi realizado quanto ao “consumo” de água por eucaliptos e uma possível cobrança em relação ao fato, sendo prontamente

respondido que não se trata de uma captação ou uso sujeito à outorga e, portanto, não é cobrado, além de haver discussão ainda sobre o real impacto de plantações de eucaliptos. Eles teriam a cobrança apenas caso fossem irrigados, sendo ela realizada apenas em relação à captação realizada.

Finalizando-se as respostas aos questionamentos, novamente o moderador fez uma síntese e fechamento da mesa, com destaque aos principais pontos comentados pelos participantes e potenciais melhorias indicadas pelos expositores para o processo de cobrança na bacia, de forma a dar suporte à maior sustentabilidade financeira do sistema, envolvendo CBH, entidade delegatária e financiamento de ações na bacia.

Mesa 2

A segunda mesa teve a finalidade de discutir a pactuação do MOP – Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos no processo de integração da gestão de recursos hídricos da bacia. Para isso, foi iniciada com a apresentação do especialista em geoprocessamento da ANA, Gonzalo Álvaro Vásquez Fernandez, sobre o Manual Operativo do Plano construído para a bacia.

A exposição iniciou com a contextualização do MOP, como um modelo tático operacional para viabilizar a execução das ações prioritárias definidas no PRH. Nesse sentido, citou que a partir da observação de um histórico ruim de implementação das ações de planos de recursos hídricos, sendo um dos fatores o número elevado de intervenções sem grande detalhamento de como deveriam ser executadas no documento do plano, havia a necessidade de melhorar o planejamento, com uma agenda mais efetiva de trabalho. O MOP foi a alternativa identificada pela ANA para se construir essa agenda com maior detalhamento, com os seguintes critérios:

- Ações de curto prazo;
- Ações de alçada do Sistema de Recursos Hídricos;
- Ações de subprogramas definidos como prioritários pelo CBH;
- Ações consideradas exequíveis pelo Sistema de Recursos Hídricos;
- Ações que financeiramente têm orçamento e responsável definidos no contexto do Sistema de Recursos Hídricos.

A partir dessa definição, cada ação sofre um detalhamento como um processo, seguindo um fluxo e atividades, incluindo todas as atividades necessárias para se atingir ao objetivo final previsto para a ação. Todas as atividades são ligadas a uma entidade responsável e a seus custos associados e, para dar suporte a uma maior exequibilidade, no momento de construção do MOP já são elaborados documentos necessários como termos de referência, minutas de resolução ou deliberação, estudos base para discussão, etc. Nesse sentido, no momento posterior à conclusão do MOP, todos os documentos necessários à execução das atividades já devem estar prontos ou com

minuta elaborada, o que facilita as discussões do CBH e de outros responsáveis pela execução.

Em seguida, mostrou exemplos dos MOPs já elaborados pela ANA para as bacias hidrográficas dos rios Paranapanema (PR/SP), Grande (MG/SP) e Paraguai (MT/MS). Com isso, pôde mostrar a evolução dos MOPs com maior detalhamento e aprofundamento nos mais novos que apresentam datas para a conclusão de cada etapa e curvas de avanço para monitoramento de cada meta.

Seguindo sua exposição, mostrou o sistema Channel, utilizado pela ANA para acompanhamento e monitoramento da execução de ações dos planos, que disponibiliza informações detalhadas das atividades intermediárias como datas de início e fim, progresso físico e situação em termos de cumprimento. Ainda nesse ponto, mostrou alguns exemplos de gráficos de acompanhamento e resultados possíveis de obter com o monitoramento de avanços de um plano de bacia por meio do Channel.

Seguindo, apresentou as etapas de elaboração de um MOP, a partir do início de um contrato, seguindo para a execução de uma oficina de priorização do CBH, que é o responsável pela primeira seleção das ações que devem ser priorizadas na bacia e seguindo para uma reunião de órgãos gestores. Essa reunião é fundamental para que essas entidades apontem aquelas ações que realmente terão governabilidade e maior garantia da disponibilidade de recursos para a sua conclusão. Essas serão as ações que deverão ser consideradas na construção dos fluxogramas e outras etapas do MOP. Após essa definição, faz-se o detalhamento dos modelos táticos para a execução dessas ações e sua discussão em uma segunda oficina do CBH sobre o MOP. Nessa segunda oficina, os representantes do CBH e outros atores relevantes da bacia discutem os modelos táticos e fazem propostas quanto à necessidade de ajustes nas responsabilidades e fluxos de atividades. Finalmente, o MOP é consolidado e tem-se uma apresentação final em plenária do CBH. A partir desse momento, ele se torna a agenda do comitê para a execução das suas ações do plano de recursos hídricos nos anos seguintes. Vale ressaltar que esse procedimento foi exatamente aquele seguido para a construção do MOP do PRH Verde Grande, que teve na véspera a sua segunda oficina ajustes e validação dos fluxogramas de processos das atividades priorizadas.

Finalmente, concluiu com a apresentação das oito ações priorizadas para o MOP do PRH Verde Grande e que estão em processo de detalhamento:

1. Implantar cobrança em Minas Gerais;
2. Implantar cobrança na Bahia;
3. Adequar rede de monitoramento hidrometeorológica;
4. Estudos de alternativas para operação e manutenção de reservatórios;
5. Estudos hidrogeológicos em áreas piloto;
6. Aprimorar procedimentos de outorga em barramentos;
7. Modelo de acompanhamento do MOP/PRH;
8. Produtor de Água.

Nesse momento, o moderador retomou a palavra, fez uma síntese dos principais pontos da apresentação, ressaltando a importância do MOP como suporte ao CBH para que seu plano de bacia tenha maior efetividade e resultados mais práticos. Nesse sentido, comentou que, como o MOP não tem previsão legal de elaboração, se trata de um “presente” que o órgão gestor dá para o CBH, para que seu PRH possa ter maior exequibilidade para a bacia.

Em seguida, passou a palavra para o representante do IGAM, Thiago Figueiredo Santana, que fez a primeira fala como debatedor. Em sua fala, comentou que Minas Gerais já possui planos de bacias para quase todas as bacias hidrográficas estaduais, restando apenas o rio Paraopeba e as bacias do Leste e do Alto São Francisco, em elaboração. No entanto, constata-se que realmente apresentam baixo índice de execução, sendo necessárias ações para que possam apresentar melhores resultados para a bacia hidrográfica. Assim, ressaltou a importância do MOP como documento suporte para que os planos de bacias tenham sucesso em suas bacias. De toda forma, enfatizou um ponto fundamental para que um plano de recursos hídricos seja executado na bacia que trata do sentimento de pertencimento do CBH. É importante que o CBH entenda o plano de bacia como seu e que deve durante todo o momento buscar a execução de suas atividades, tanto aproveitando seu potencial de capilaridade e mobilização quanto no seu cumprimento propriamente dito, chamando as discussões necessárias, segundo seu papel como órgão consultivo e deliberativo.

A segunda debatedora foi a representante da SEMA/BA, Larissa Cayres de Souza. Em sua fala, comentou que das 25 RPGAs – Regiões de Planejamento e Gestão das Águas em que é dividido o estado, apenas três possuem planos de bacia aprovados e outras quatro têm seus estudos em elaboração. O estado tem a previsão em seu PPA – Plano Plurianual de contratação de outros sete planos de bacias no período de 2020 a 2023. Além disso, deve atualizar seu Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. Em geral, vem tendo constatações semelhantes às já apresentadas nos comentários anteriores em que os planos têm se mostrado como documentos com excesso de ações e sem o devido detalhamento e ainda complementou que a maior parte apresenta responsabilidade de poucos entes. Esse aspecto dificulta sua execução, uma vez que os poucos entes responsáveis pela gestão de recursos hídricos no estado não dispõem de estrutura e recursos disponíveis para a execução de todas as ações que lhes são definidas nos planos. Assim, enfatizou o ponto de que a execução dos planos deve ser de todos os atores da bacia e que o CBH tem papel fundamental de apoiar o processo de mobilização para que suas ações sejam efetivadas. Nesse sentido, comentou sobre a importância do MOP para dar suporte a essa definição de responsabilidades e atividades intermediárias que devem ser executadas para cumprimento de cada ação e programa previsto. Dessa forma, citou como fundamental para que o PRH Verde Grande tenha sucesso na sua execução e nos resultados a serem obtidos para a bacia.

A partir daí o moderador abriu para comentários dos presentes, que versaram sobre a importância que vêm observando da construção do MOP do PRH Verde Grande com pactuação efetiva das suas ações e que esperam que agora o plano seja efetivado e leve aos resultados esperados para a sociedade da bacia. O moderador novamente retomou a palavra para encerrar a mesa com mais uma síntese das discussões, incluindo agora os comentários e discussões suscitadas pelos debatedores.

Participantes

O evento contou com a participação de 37 pessoas, podendo ser verificados os nomes e representações nos Anexos 1 e 2. O Anexo 3 apresenta algumas fotos do evento e das apresentações realizadas. Em resumo, as participações tiveram a seguinte representação:

- 16 representantes do CBH Verde Grande, distribuídos da seguinte forma:
 - Poder público federal: 1;
 - Poder público estadual: 5 (1 do IGAM e 1 do INEMA);
 - Poder público municipal: 1;
 - Sociedade civil: 2;
 - Usuários: 7.
- 21 convidados, cuja distribuição foi verificada da seguinte forma:
 - Agência Peixe Vivo: 5 (quatro efetivos e um consultor);
 - Poder público federal: 7 (ANA: 5; CODEVASF: 1; e IBAMA: 1);
 - Poder público estadual: 2 (SEMA/BA: 1; e IGAM/MG: 1);
 - Poder público municipal: 4;
 - Sociedade Civil: 1;
 - Usuários: 2.

De uma forma geral, percebe-se que o evento teve participação de todos os setores representativos do processo de gestão de recursos hídricos, envolvendo poder público, sociedade civil e usuários. O setor que teve menor representação tratou da sociedade civil, com três participantes, seguido dos usuários, com nove. Por outro lado, o poder público se fez representar com 20 participantes, além da Agência Peixe Vivo que contou inclusive com a presença de sua diretora geral. Dentre os 20 participantes do poder público, ressalta-se a participação ativa da ANA com cinco especialistas em recursos hídricos, além dos órgãos gestores da Bahia (um representante do INEMA e um da SEMA) e de Minas Gerais (dois representantes do IGAM).

A participação de representantes de diversas entidades e setores foi fundamental para suscitar as discussões relacionadas aos temas previstos no evento e dar suporte às propostas de integração das ações na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, que serão apresentadas adiante neste documento.

PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA

O rio Verde Grande é um rio de domínio da União, uma vez que durante parte de seu escoamento faz o limite de estados entre Bahia e Minas Gerais, tendo na mesma condição o afluente rio Verde Pequeno. Trata-se de importante afluente de margem direita do rio São Francisco, com bacia de contribuição de 31.410 km², abrangendo oito municípios na Bahia (13% de sua área total) e 27 em Minas Gerais (87% da área total) segundo informações de seu Plano de Bacia Hidrográfica (ANA, 2016). Ainda segundo o mesmo plano, sua população em 2007 era de pouco mais de 740 mil habitantes, correspondendo a cerca de 5% da população total da bacia do rio São Francisco. O destaque da região se dá pela sua produção agrícola em que é fundamental a irrigação para que tenha resultados positivos, além da presença da cidade de Montes Claros (MG) como importante polo regional e de concentração populacional.

O diagnóstico elaborado no ano de 2010 para seu plano de recursos hídricos constatou uma série de problemas na bacia referentes ao processo de gerenciamento de recursos hídricos à época, destacando-se aqui alguns deles:

- Redes de monitoramento qualitativas eram consideradas deficientes;
- Balanço hídrico entre disponibilidades e demandas de águas superficiais na bacia já se mostrava crítico à época, configurando quadro importante de escassez hídrica;
- O esgotamento sanitário apresentava baixos índices de atendimento (coleta e tratamento) que, associada à baixa disponibilidade hídrica superficial, compromete a qualidade da água dos principais rios da Bacia;
- A água subterrânea tinha seu uso correspondente a 25% do consumo de água, que não conseguia ser atendido de forma plena pelas águas superficiais;
- No que se refere à questão institucional, verificou-se à época uma fragilidade institucional importante, com desarticulação das diversas ações realizadas entre os órgãos que atuam na região, envolvendo políticas de desenvolvimento regional, setorial e de recursos hídricos, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Para a solução desses problemas, foi construído um plano de ações baseado em quatro componentes:

- Gestão de recursos hídricos e comunicação social;
- Racionalização dos usos e conservação de solo e água;
- Incremento da oferta e saneamento;

- Gestão de águas subterrâneas.

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande – PRH Verde Grande foi aprovado em 2011 por meio da Deliberação CBH Verde Grande nº 37/2011. No entanto, conforme avaliação sobre o estágio de implementação das ações do PRH Verde Grande pela ANA (ANA, 2019) e pela Agência Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo, 2019) mostram baixo índice de desempenho geral, sendo que neste último, foi verificado um índice de apenas 37% de avanço até o momento. Dentre os vários motivos identificados para esse baixo desempenho, um deles foi relacionado ao baixo índice de articulação e integração entre as entidades com ações de responsabilidade no plano em questão.

O CBH Verde Grande foi instituído por meio do Decreto Presidencial sem número, na data de 3 de dezembro de 2003 e, atualmente, desempenha as funções de um CBH de integração, com atribuições sobre a gestão de águas de domínio da União e dos estados da Bahia e Minas Gerais. Nesse sentido, um dos pontos relacionados à integração da bacia se mostra positivo, uma vez que há apenas um CBH para toda a bacia e não há CBHs distintos relacionados às unidades de gestão da Bahia e Minas Gerais. Por outro lado, há, ainda, o CBH federal referente à bacia hidrográfica do rio São Francisco, que sobrepõe a sua área de atuação à bacia do rio Verde Grande.

Ponto positivo a destacar quanto ao processo de gestão trata da existência e funcionamento dos conselhos estaduais de recursos hídricos dos estados da Bahia (CONERH) e Minas Gerais (CERH). Dessa forma, as deliberações e discussões porventura necessárias desses conselhos podem ser encaminhadas pelo CBH Verde Grande, uma vez que ambos têm maturidade e experiência para tais definições.

Assim, à luz dos resultados da discussão realizada na oficina em questão, da análise dos documentos referentes ao PRH Verde Grande e outros estudos referentes à bacia, são apresentadas, a seguir, algumas diretrizes para dar suporte a uma maior integração e articulação na bacia do rio Verde Grande e para a implementação coordenada dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Importante ressaltar que não se trata de um plano de ações, uma vez que a bacia já possui seu PRH com o respectivo planejamento e que atualmente vem sendo atualizado e pactuado por meio de um Manual Operativo – MOP. Dessa forma, tratam-se de diretrizes para maior efetividade na integração do processo de implementação dos instrumentos de gestão.

Plano de Recursos Hídricos

Conforme apresentado anteriormente, a bacia do rio Verde Grande já possui seu PRH aprovado em 2011. No entanto, os resultados das avaliações realizadas pela ANA e pela Agência Peixe Vivo mostram que seu plano de ações não vem tendo desempenho satisfatório até o momento.

Nesse sentido, para dar maior efetividade às ações do PRH Verde Grande a Agência Peixe Vivo contratou a elaboração do seu Manual Operativo – MOP que vem sendo desenvolvido nesse momento, com o detalhamento das ações prioritárias que deverão ser executadas na bacia nos próximos anos. O MOP tem previsão de conclusão de sua

elaboração nos próximos meses. Seu processo de construção tem sido fundamental, uma vez que tem buscado a pactuação das ações com as entidades responsáveis pela disponibilização de recursos e pela sua execução propriamente dita. Assim, espera-se melhores resultados do PRH Verde Grande para os próximos anos, notadamente das ações relacionadas ao MOP. Em complemento, são apresentadas, a seguir, algumas diretrizes para dar suporte à melhoria de seu desempenho e resultados:

- O plano de ações do PRH Verde Grande deve ser considerado pelo CBH e pelos atores do processo de gestão da bacia como a “agenda” com o direcionamento das atividades a serem realizadas na bacia nos próximos anos. Nesse sentido, sempre que o CBH e os órgãos gestores de recursos hídricos tiverem alguma atividade para ser realizada na bacia, devem inicialmente verificar sua adequação ao PRH Verde Grande e se seus resultados esperados estão de acordo com a previsão do referido plano. Dessa forma, devem adequar toda a sua atuação na bacia ao cumprimento efetivo do plano;
- De forma mais detalhada e mais enfática deve ser articulada a execução das ações do MOP. Considerando que todas as suas ações terão o detalhamento de fluxos de processos, com prazos intermediários, documentos de suporte elaborados e curvas de avanço, o seu acompanhamento por parte dos órgãos gestores deve ser realizado de forma frequente e independente da realização de reuniões e momentos formais de discussão;
- O monitoramento da implementação das ações do plano e seus resultados para a bacia deve ser realizado de forma frequente e integrada entre os órgãos gestores e o CBH, neste caso por meio de sua CTC – Câmara Técnica Consultiva e, caso seja criada uma nova Câmara Técnica com a finalidade de monitoramento do plano, deve atuar de forma articulada com todas as entidades da bacia para a obtenção de informações sobre o andamento das ações e seus resultados. Da mesma forma, deve verificar aquelas ações que apresentem porventura algum problema de execução ou obtenção de recursos e deve buscar entidades atuantes no CBH e na região para apoiar esse processo. Assim, o acompanhamento não deve se limitar às ações do MOP, mas sim a todas as ações previstas no plano de ações e que, portanto, também devem ser executadas para a bacia;

- A elaboração das pautas de reuniões do CBH Verde Grande e de sua CTC devem ser realizadas de forma que todas as ações em curso ou previstas para o período em questão do PRH Verde Grande tenham pelo menos um informe do seu andamento e como os outros representantes podem de alguma forma apoiar ou tomar alguma decisão para maior efetividade relacionada a sua execução;
- Os órgãos gestores devem abrir um canal de articulação contínua com a indicação de pelo menos um representante de cada um deles junto à Agência Peixe Vivo para realizar esse acompanhamento mais próximo e discussão de problemas, possíveis soluções e resultados obtidos;
- Devem ser estabelecidos alguns indicadores de resultados, relacionados aos principais problemas chave da bacia como demandas, oferta hídrica, balanço e qualidade das águas superficiais e subterrâneas e que devem ter seus resultados atualizados continuamente de forma a possibilitar verificar a relação entre o desempenho das ações do plano e seus resultados efetivos para a bacia.

Cobrança pelo Uso das Águas

O instrumento da cobrança pelo uso das águas foi implementado na bacia do rio Verde Grande para as águas de domínio da União a partir da aprovação pelo CBH Verde Grande de sua Deliberação nº 50/2015 (mecanismos de cobrança), também aprovada pelo CNRH e formalizada por meio de sua Resolução nº 171/2015, seguindo com a aprovação da Agência Peixe Vivo como entidade delegatária das funções de agência de água da bacia por meio da Resolução CNRH nº 187/2016.

No caso dos rios de domínio dos estados da Bahia e Minas Gerais, apesar da Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 já ter deliberado sobre seus mecanismos, ainda não foi feita a discussão e aprovação em seus respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos. Ainda, seguindo essa aprovação, há a necessidade de formalização de contratos de gestão da Agência Peixe Vivo com os órgãos gestores de forma a formalizar os procedimentos de recebimento e repasse de recursos para o financiamento das ações da bacia. Assim, ainda há um caminho a percorrer para que possa ser efetivada.

Como foi visto pelas exposições apresentadas dos representantes da ANA e dos órgãos gestores estaduais, os preços e mecanismos de cobrança aprovados pelo CBH Verde Grande ainda levam a valores baixos de arrecadação, o que torna inviável a manutenção da estrutura de uma entidade delegatária para a bacia. No período de 2017/2018, a ANA desenvolveu estudo com o apoio da empresa KPMG com a finalidade de desenvolvimento de metodologia para estimar o custeio administrativo de entidades delegatárias de funções de agência de águas. Dentre seus resultados, o especialista em

recursos hídricos da ANA que participou da ANA na Mesa 1 mostrou que a estrutura mínima de uma entidade delegatária teria um custo estimado da ordem de 1,9 milhão de reais, o que levaria a uma arrecadação mínima de cerca de 25 milhões de reais, considerando que o percentual máximo possível de ser gasto com o custeio da entidade delegatária corresponde a 7,5% de acordo com a Lei Federal nº 9.433/1997. Esses valores são bastante superiores aos estimados para a bacia do rio Verde Grande com a metodologia atualmente aprovada, mesmo com o início do processo de cobrança pelo uso das águas estaduais. Por outro lado, o próprio presidente do CBH Verde Grande em sua fala comentou que parte dos usuários considerou os valores baixos ao receber seus boletos para o pagamento pelo uso da água. Nesse sentido, cabe ressaltar comentários nas apresentações da ANA e IGAM na Mesa 1, que mostraram que os valores de cobrança para os usuários se mostram tão baixos que não podem ser considerados adequados para cumprir os objetivos legais da cobrança de dar ao usuário uma indicação do real valor da água e incentivar a racionalização de seu uso. Assim, há também ações no sentido da revisão de seus preços e mecanismos e que devem ser executadas para que a bacia ganhe sustentabilidade para seu processo de gestão.

Com base nesses e outros pontos relacionados à discussão realizada na Mesa 1, além de outros documentos avaliados para a bacia, são apresentadas algumas diretrizes para a implementação coordenada e integrada da cobrança na bacia e de forma a dar maior sustentabilidade ao sistema de gestão:

- Os mecanismos de cobrança aprovados pelo CBH Verde Grande e constantes de sua Deliberação nº 50/2015 devem ser encaminhados para aprovação no Conselho Estadual – CERH de Minas Gerais da forma como estão. Esse ponto foi inclusive acordado na oficina com o diretor do IGAM lá presente e que fez a apresentação na Mesa 1;
- Após a aprovação no CERH/MG, deve ser assinado o contrato de gestão do IGAM com a Agência Peixe Vivo, já aprovada como entidade delegatária das funções de agência de águas para a bacia. A partir daí, pode ser iniciado o processo de cobrança pelo uso da água em Minas Gerais, com o potencial de incremento de arrecadação da ordem de 2 milhões de reais, pelos valores expostos nas apresentações da Mesa 1;
- No que se refere à Bahia, o procedimento deve ser acordado entre o CBH e a SEMA e o INEMA, considerando que não há, ainda, nenhuma bacia com cobrança pelo uso de águas de domínio do estado. Nesse sentido, as águas de domínio do estado da bacia do rio Verde Grande devem ter sua cobrança implementada como piloto para a Bahia, considerando a maturidade dos atores

da bacia e a cobrança já implementada para as águas de domínio da União e próxima para as águas de Minas Gerais;

- Além do acordo quanto ao procedimento, o estado deve formalizar sua definição quanto ao domínio e cobrança pelo uso de águas subterrâneas que, como apresentado pela representante da SEMA na Mesa 1, há ainda dúvida quanto à sua condição. De toda forma, pela análise preliminar de seus termos junto à Constituição Estadual da Bahia, verifica-se que seu domínio apresenta a mesma condição daquele estabelecido para as águas superficiais;
- A partir do acordo quanto ao procedimento, deve ser encaminhada a Deliberação CBH Verde Grande para a devida aprovação do CONERH, de forma a possibilitar a formalização do início do processo de cobrança;
- Após a aprovação do CONERH, deve ser formalizado o contrato de gestão da SEMA com a Agência Peixe Vivo e deve ser iniciado o processo de emissão de boletos para envio aos usuários de águas do estado;
- A partir do início da cobrança pelo uso das águas estaduais e início de emissão de boletos aos usuários, o CBH deve retomar as discussões para revisar os preços e mecanismos visando sua atualização para que a cobrança cumpra seu papel de racionalização dos usos. Esse é um ponto fundamental para a bacia do rio Verde Grande, uma vez que com a condição de escassez e balanço hídrico deficitário na bacia, a cobrança se reveste de maior importância, sendo instrumento indutor à maior eficiência no uso da água e, consequentemente, redução das demandas. Outro indicador para que essa revisão ocorra o quanto antes trata da necessidade de arrecadação de maiores valores para que dê suporte à sustentabilidade da entidade delegatária. Nesse sentido, importante lembrar comentários realizados na Mesa 1 sobre o final do contrato de gestão da Agência Peixe Vivo com a ANA ao final do próximo ano que só deverão ter o aval para renovação caso seja verificado que a bacia avançou para o início da cobrança de águas de domínio dos estados e está envidando esforços para incremento de sua arrecadação.

Vale ressaltar que parte das ações consideradas para as diretrizes apresentadas já consta do MOP em construção para o PRH Verde Grande sendo, portanto, reforçadas no contexto das diretrizes aqui apresentadas.

Outorga de Direito de Uso das Águas

A outorga trata de instrumento implementado e aplicado pela ANA e pelos órgãos gestores da Bahia e Minas Gerais já há algum tempo e, com isso, já apresentam experiência importante e resultados com a regularização de uma série de usos na bacia. De acordo com a legislação aplicada para cada um deles, são utilizados diferentes critérios de outorga:

- Para as águas de domínio da União, a ANA avalia as condições específicas de cada bacia e, nesse sentido, especificamente para a bacia do rio Verde Grande já possui marcos regulatórios para o eixo do rio principal e para os reservatórios de Bico da Pedra e Estreito/Cova da Mandioca, cujas águas são de domínio da União;
- Na Bahia, a vazão máxima outorgável em determinada seção de um corpo de água corresponde a 80% da Q_{90} , sendo no máximo 20% para cada usuário, segundo o Decreto Estadual nº 6.296/1997;
- Em Minas Gerais, a Portaria IGAM nº 48/2019 estabelece a vazão máxima outorgável para os corpos de água estaduais da bacia do rio Verde Grande como 30% da vazão $Q_{7,10}$ (vazão mínima de sete dias de duração e dez anos de recorrência), com a finalidade de manter vazões mínimas residuais de 70% da mesma vazão $Q_{7,10}$.

De acordo com as análises realizadas pelo PRH Verde Grande e atualizadas no estudo desenvolvido pela Agência Peixe Vivo (2019), o balanço hídrico da bacia hidrográfica do rio Verde Grande se mostra bastante deficitário e com demandas crescentes, mesmo com a condição crítica de seu balanço. Além disso, foram identificadas diferenças importantes nos valores de vazões outorgadas e demandas estimadas para a bacia, verificando que há vários usuários na bacia que ainda não possuem suas outorgas emitidas pelo respectivo órgão gestor. Esse ponto foi inclusive assinalado pelos representantes do CBH na oficina e em outros eventos da bacia, dizendo sobre a necessidade de uma fiscalização mais efetiva e processos de regularização de usos, constando ações nesse sentido no plano de ações do PRH Verde Grande. Além disso, há um estudo em curso pela Agência Peixe Vivo com a finalidade de análise e proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na bacia do rio Verde Grande, considerando ações de regularização e transposição de vazões. De uma forma geral, espera-se que seus resultados levem a ações efetivas na bacia principalmente por meio da construção de novos reservatórios de regularização de vazões, com a implantação de novas captações e, ainda, o aumento da solicitação de outorgas, tanto para regularização de usos já existentes, quanto para novos usos. Independente disso, é fundamental conhecer todos os usos da bacia para que as ações de incremento de ofertas sejam eficientes para a melhoria do balanço hídrico.

Assim, são apresentadas algumas diretrizes para o tema, de forma a dar suporte às ações dos órgãos gestores de aperfeiçoamento da aplicação da outorga e de uma ação integrada entre os órgãos gestores:

- No que se refere aos critérios, não há como propor alterações sem uma análise efetiva de cada parcela da bacia e dominialidade, o que não é motivo desta análise. Esse foi inclusive um dos pontos comentados pelos representantes dos órgãos gestores em discussões realizadas para elaboração do MOP, considerando que não apresentam interesse na unificação de critérios de outorga na bacia;
- Apesar de não propor alterações nos critérios, propõe-se que a revisão do balanço hídrico de águas superficiais e subterrâneas por meio da relação entre ofertas e demandas seja feita com a frequência anual por sub-bacia de forma integrada entre os três órgãos gestores, considerando as outorgas vigentes e vencidas, de forma a verificar a condição e alterações ao longo do tempo;
- Propõe-se que seja feita uma integração nas bases de dados de outorgas entre os três órgãos gestores para a bacia (ANA, INEMA e IGAM) tanto para as ofertas hídricas (considerando as vazões de referência Q_{90} , Q_{95} e $Q_{7,10}$) quanto para as demandas considerando as outorgas emitidas pelos outros órgãos. As bases de dados de demandas já são compartilhadas atualmente, por meio do envio anual dos dados de outorgas dos órgãos gestores estaduais para a ANA. No entanto, é importante que a atualização seja automática e que o balanço hídrico seja integrado. Só assim, as análises considerarão todas as demandas existentes na bacia, seja a montante ou a jusante do uso solicitado;
- Os balanços hídricos relacionando ofertas e demandas outorgadas e em solicitação na bacia e por sub-bacia devem ser disponibilizados de forma atualizada junto ao SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos e com links nos sites dos órgãos gestores estaduais e sistemas estaduais de informações sobre recursos hídricos. Assim, usuários que tiverem interesse em novas captações em qualquer ponto da bacia poderão avaliar a disponibilidade antes de enviar a solicitação, o que minimizará problemas relacionados a novos impactos na bacia;

- Os órgãos gestores devem discutir e estabelecer de forma integrada índices de uso racional para os principais setores com demandas na bacia, notadamente a irrigação e o abastecimento público. Considerando que a bacia já apresenta condição de criticidade hídrica com altos índices de comprometimento, é importante que só sejam permitidas outorgas para novos usos que estejam adequados a índices de uso racional exigentes. Mesmo para os usos atuais, devem ter um prazo para adequação, sob pena de não receberem a renovação de seus atos de outorga, quando de seu vencimento. Esses índices de uso racional devem considerar percentuais de perdas e consumo por produção, área irrigada ou tipologias de métodos de irrigação ou per capita no caso de abastecimento público. O estabelecimento dos índices deve ser realizado de forma articulada e integrada entre os três órgãos gestores para que não haja diferença de tratamento entre os usuários de águas de domínios distintos;
- Os órgãos gestores devem buscar a articulação e discussão para o estabelecimento formal de áreas de restrição de usos, considerando critérios hidrogeológicos relacionados a áreas de recarga de aquíferos ou áreas necessárias para a conservação dos recursos hídricos. Assim, espera-se melhoria nos regimes de escoamento sazonal dos cursos de água da bacia, possibilitando uma manutenção das vazões mínimas dos cursos de água nos períodos de estiagem da bacia.

Conforme comentado anteriormente, tratam-se de diretrizes para dar suporte ao aperfeiçoamento da articulação e integração dos órgãos gestores no que se refere à aplicação da outorga de direito de uso de recursos hídricos, de forma a refletir as demandas reais da bacia e buscar melhorias no seu balanço hídrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento visou apresentar os resultados da relatoria da “*Oficina para definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*”. Em complemento à relatoria e com base nas discussões realizadas e análises de estudos desenvolvidos e em curso na bacia, são também apresentadas algumas diretrizes visando ao aperfeiçoamento da aplicação dos instrumentos de gestão, notadamente o plano de bacia hidrográfica, cobrança pelo uso das águas e outorga de direito de uso de recursos hídricos. As diretrizes apresentadas visam uma maior coordenação e integração entre os órgãos gestores de recursos

hídricos de forma a permitir melhorias no balanço hídrico e maior garantia de suprimento de água para os usos da bacia. Além disso, visam dar suporte a uma maior efetividade da implementação do plano de recursos hídricos da bacia. Vale ressaltar, mais uma vez, que não se trata de um plano de ações, uma vez que o PRH Verde Grande já o apresenta e tem atualmente seu MOP em elaboração e pactuação com os atores da política de recursos hídricos da bacia.

REFERÊNCIAS

Agência Peixe Vivo. Estudo técnico de elaboração do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande – MOP PRH Verde Grande. Produto 2 – Atualização do balanço hídrico e proposição de nova estrutura do plano de ações do PRH Verde Grande. 253p. 2019.

ANA – Agência Nacional de Águas. Superintendência de Implementação de Programas e Projetos. Relatório de avaliação da implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande. 30 p. 2019.

ANA – Agência Nacional de Águas. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Brasília. 140 p. 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lista de presença – Membros do CBH Verde Grande



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



PODER PÚBLICO FEDERAL				
	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE / EMPREEDIMENTO	REPRESENTANTE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
01	T- DNOCS	(-)	(-)	(-)
02	S - CODEVASF	Domenico Morano Junior Getúlio	(38) 2104 7829 / 9 9160 0101 domenico.junior@codevasf.gov.br	
03	T – IBAMA	Rafael Macedo Chaves	(38) 9 9932 3178 / 3223 9669 / 3223 6937 / 9 9913 3529 rafael.chaves@ibama.gov.br chaves.rm@gmail.com wellison.schumann@ibama.gov.br	
04	S - SRH/MMA	Rachel Landgraf Siqueira	(61) 2028 2060 / 2028 2015 rachel.siqueira@mma.gov.br	
PODER PÚBLICO ESTADUAL				
05	T-IEF	Margarete Suely Caires Azevedo	(38) 2101 6850 / 9 9107 8966 / 9 9969 4346 margarete.aires@meioambiente.mg.gov.br	
06	S- IDENE	Márcia Genoveva Rafael Versiani	(38) 99737 8290 marcia.versiani@idene.mg.gov.br	
07	T-SEMAD/SUPRAM NORTE	Iran Douglas da Silva	(38) 3224 7500 / 3224 7524 / 9 9918 5200 iran.silva@meioambiente.mg.gov.br irandouglas@gmail.com	
08	S-EPAMIG	João Batista Ribeiro da Silva Reis	(38) 3834 1760 / 9 9191 1979 jbrsreis@epamig.br jbreis_3@hotmail.com	
09	T-IGAM	Wesley Mota França	(38) 3213 7931 / 9 9109 8909 / 9 8831 8909 wesley.mota@meioambiente.mg.gov.br	
10	S-IGAM	Érika Soares Batista	(38) 9 9167 3096 / 3213 7931 erika.batista@meioambiente.mg.gov.br	
11	T- Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais	Davi Pereira de Oliveira Junior	(38) 9 9936-8401 / 3201 0363 davijuniormamb@yahoo.com.br	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



12	S – Superintendência Regional de Ensino	Zoraya Guerra David França	(38) 9 9974 2820 / 3201 2403 zoraya.franca@educacao.mg.gov.br	
13	T- EMATER	Sergio Oliveira Azevedo 788213191	(38) 3223-2130 / 9-9194-1190 Sergio.azevedo@emater.mg.gov.br	
14	S –	(-)	(-)	(-)
15	T-INEMA-BA	Glauber Vieira de Oliveira	(77) 3423 1348 / 3422 3247 / 9 8111 7902 glauber.oliveira@inema.ba.gov.br	
16	S - INEMA-BA	João Batista dos Santos Junior	(77) 3451 1441 / 3451 9009 / 9 9994 6940 Joao.santos@inema.ba.gov.br	
PODER PÚBLICO MUNICIPAL				
17	T - Prefeitura Municipal de Verdelândia	Clayton Diôn Mendes Oliveira	(38) 9 8828 1233 / 3625 81113 codemaverdelandia@hotmail.com verdelandiacomunicacao@yahoo.com.br	
18	S- Prefeitura Municipal de Matias Cardoso	Ivan Lucio de Oliveira	(38) 9 9171 6505 / 9 9985 2977 / 3616 3113 ivanlucio2015@hotmail.com	
19	T- Prefeitura Municipal de Janaúba	Aroldo Roberto Cangussu	(38) 3821 3236 / 9 9164 2803 codema@janauba.mg.gov.br ambiental@janauba.mg.gov.br aroldoroberto@nortecnet.com.br	
20	S- Prefeitura Municipal de Pai Pedro	Hamon Ferreira de Souza	(38) 9 9978 7076 / 3831 8102 hamonferreira@gmail.com	
21	T - Prefeitura Municipal de Glaucilândia	Rodrigo Dhryell Santos	(38) 9 9993 3067 amb.rodrigo@gmail.com	
22	S- Prefeitura Municipal de Juramento	Genildo Cardoso de Moura	(38) 9 9857 5906 / 3236 1118 genildocm@yahoo.com.br prefeiturajuramento@yahoo.com.br	
23	T- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas – União da Serra Geral	Horácio Cristo Barbosa	(38) 9 9138 4695 / 3821-9261 uniaodaserrageral@gmail.com horaciocristo@yahoo.com.br horaciocristoan@gmail.com	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
 Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
 Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
 (Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



24	S- Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas	Wagner Danilo Mendes Teixeira	(38) 9 9918 4100 / 3831 7113 pmserrademinas@yahoo.com.br wagnerdmr@hotmail.com	
25	T- Prefeitura Municipal de Iuiú	Vagna Nogueira dos Santos	(77) 3682 2122 / 3682 2009 / 9 9134 6941 / 9 8121 2612 vagnanogueira@yahoo.com.br vagnaprof@gmail.com pmiuiugp@hotmail.com atepiuiubahia@gmail.com	
26	S - Prefeitura Municipal de Iuiú	Jairo Henrique Moreira Prado	(77) 3682 2122 / 3682 2009 / 9 9117 0855 jairohmp@gmail.com seama.iuiu@gmail.com pmiuiugp@hotmail.com atepiuiubahia@gmail.com	
27	T- Prefeitura Municipal de Mortugaba	Tatiany Cerqueira Novais Sant'ana	(77) 3464 2210 / 9 9195 8668 / 9 9146 2295 Taty_cnovais@hotmail.com mortugabalprefeituramunicipal@hotmail.com	
28	S- Prefeitura Municipal de Mortugaba	Paulo Matias dos Santos	(77) 3464 2210 / 9 9193 3294 paulomatias_mt@hotmail.com mortugabaprefeituramunicipal@hotmail.com	
USUÁRIOS – ABASTECIMENTO URBANO E LANÇAMENTO DE EFLUENTES. CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS SUJEITOS À OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS				
29	T- COPASA-MG	Mônica Maria Ladeia	(38) 3229 5764 / 3229 5755 / 3229 5713 / 9 9902 1153 monica.ladeia@copasa.com.br	
30	S – COPASA -MG	Antônio Carlos Câmara Júnior	(38) 3229 5769 / 9 9922 3960 antonio.camara@copasa.com.br camarajr@gmail.com	
31	T – COPASA – Jaíba	Reginaldo do Nascimento	(38) 9 9110 5177 / 3833 1478 reginaldo.nascimento@copasa.com.br	
32	S – COPASA - Jaíba	Geraldo Agostinho Dias	(38) 9 9902 4344 / 3229 5727 geraldo.agostinho@copasa.com.br	
33	T – COPASA - Janaúba	Alexander Amarante Lopes	(38) 3829 4150 / 3829 4152 / 9 9982 4621 alexander.lopes@copasa.com.br	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)



Realização:



34	S – COPASA - Janaúba	Tiburtino Jose de Souza Oliveira	(38) 3829 4152 / 9 9985 7075 tiburtino.oliveira@copasa.com.br	
35	T – COPASA - Porteirinha	José Carlos de Oliveira	(38) 9 9109 9013 / 3829 4174 jose.oliveira26@copasa.com.br	
36	S – SAAE Francisco-Sá	Roberto de Miranda	(38) 3233 1202 / 3233 1000 / 3233 1249 / 9 9922 2575 saaefsa@hotmail.com mirandarbtto@yahoo.com	
37	T- Secretaria de Meio Ambiente de Urandi	João Ezequiel Filho	(77) 9 9123 8707 / 9 9120 8656 joaoezequiel Filho@hotmail.com meioambienteurandi@hotmail.com	
38	S - Secretaria de Meio Ambiente de Urandi	Frederico Morais Almeida	(77) 9 9120 8656 meioambienteurandi@hotmail.com	
39	T -	(-)	(-)	(-)
40	S -	(-)	(-)	(-)
USUÁRIOS – INDÚSTRIA E MINERAÇÃO				
41	T- COTEMINAS	José Sérgio Pereira Araújo	(38) 4009 5109 / 9 9969 8278 sergio.araujo@coteminas.com.br	
42	S- Mineração Riacho dos Machados	Naira Sanna Marques	(38) 3831 1306 / 9 9960 8025 / 3831 1303 / 3823 1353 naira.marques@leagold-ops.com	
43	T- FIEMG	Laila Tupinambá Mota	(38) 3221 0200 / 9 9930 3940 lamota@fiemg.com.br laila_tupi@hotmail.com	<i>Laila Tupinambá Mota</i>
44	S- BEST-PULP	Jeerson Bertoli	(38) 3821 7060 / 3821 8660 jeerson@bestpulp.com.br	
USUÁRIOS – IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO				
45	T- João Damásio Frota Machado Pinto	Fazenda Aguapé	(38) 9 9952 8164 / 3 221-9722 jdfrotajd@yahoo.com.br jdfrotajd@hotmail.com	<i>[Signature]</i>



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



46	S- Luciano Cloves da Fonseca	Lote 951A (Faz. Esperança)	(38) 9 9134 0240 / 9 9955 0240 lucianofonsecapv@live.com	
47	T- Paulo Bina Fonyat de Lima	Fazenda Rio Verde	(38) 9 9962 2722 paulobina@hotmail.com	
48	S – Selcino Alves Cordeiro	Fazenda Arizona	(38) 9 9948 5740 / 9 9739 5054 nayaralais1990@hotmail.com	
49	T- Gustavo Wagner Drumond Lage	Banarica Ltda/ Fazenda Boa Esperança/ Fazenda Santana	(38) 9 9988 1025 / 3834 1257 grupobanarica@yahoo.com.br	
50	S- Carla Martins Pereira	Renato Pereira Agropecuária S/A	(38) 9 9931 0171 carpermg@hotmail.com	
51	T- Ari Teodoro de Oliveira	Estância das Aroeiras	(38) 9 8428 8118 ariteodoro@gmail.com	
52	S- Celso Fernandes de Souza	Fazenda Arizona	(38) 9 9929 6426 codemaverdelândia@hotmail.com celso05fsouza@gmail.com	
53	T- Dirceu Colares de Araújo Moreira	Fazenda Lagão	(38) 9 9985 2000 / 9 9739 7298 / 3215 1058 / 3222 1851 lagoaolg@ig.com.br cbhvg1@gmail.com	
54	S -	(-)	(-)	(-)
55	T- Wandaik Ribeiro Soares Dias	Fazenda El Sombrelho	(38) 9 9934 0561 / 9 9133 6975 codemaverdelândia@hotmail.com barbaradematossdias@yahoo.com	
56	S- José Emídio Batista	Fazenda Agreste (Ides Alves Batista)	(38) 9 9996-6137 codemaverdelândia@hotmail.com	
57	T- Jucedarles Guimarães Muniz	DIPE- Distrito de Irrigação do Perímetro Irriga do de Estreito e Cova da Mandioca	(77) 9 9121 9511 / 9 9962 1344 / 3668 2190 jucedales@gmail.com	
58	S-	(-)	(-)	(-)
59	T - Luis Henrique Garcia	Irrigação e Uso Agropecuário	(38) 9 9220 1718 luizhgr@hotmail.com	
60	S- Hudson Ângelo Tolentino	Irrigação e Uso Agropecuário	(77) 9 9157 0260	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



			(77) 9 9154 4868	
SOCIEDADE CIVIL – ASSOCIAÇÕES REGIONAIS, LOCAIS OU SETORIAIS DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUJEITOS À OUTORGA DE DIREITO DE USO				
61	T- Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros	Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho	(38) 3221 6192 / 9 8836 6876 secex.verdegrande@gmail.com	
62	S- Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros	Juvenal Mendes Oliveira	(38) 9 8832 1680 / 3215 1058 / 3212 1680 juvenalaleluia@yahoo.com.br	
63	T- ABANORTE	Nilde Antunes Rodrigues Lages	(38) 9 9988 0404 / 3 9988 2720 / 3821 2936 presidencia@abanorte.com.br nildelage@yahoo.com.br	
64	S - Sociedade. Rural de Montes Claros	Rodolpho Velloso Rebello	(38) 9 9986 8991 / 3215 1212 / 3221 2884 rodolphorebello@gmail.com	
65	T-Distrito de Irrigação do Perimetro Gorutuba - DIG	Adalberto Santos Pinto da Paixão	(38) 9 9127 0559 / 3834 1700 gedig.gorutuba@yahoo.com.br dig.gorutuba@yahoo.com.br	Adalberto S.P. P.
66	S- Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba - ASSIEG	Geraldo Pereira da Silva	(38) 9 9988 0837 / 3821 2216 / 9 9107 0184 assieg@nortecnet.com.br admgeraps@yahoo.com.br	
67	T - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi	Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins	(77) 9 9119 5264 / 3456 2190 / 9 9154 3339 anailuj.ana@hotmail.com strurandi@hotmail.com	
68	S - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi	Leidjane Fernandes Baleeiro	(77) 9 9191 2225 / 3456 2190 / 9 9119 5264 leidy_janne@hotmail.com	
SOCIEDADE CIVIL – ASSOCIAÇÕES REGIONAIS, LOCAIS OU SETORIAIS DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS CONSIDERADOS DE USO INSGNIFICANTES				
69	T- Assoc. Com. de Lagoa do Boi e Traçadal	Paulo Avelino dos Santos	(38) 9 9952 6121 (38) 99922 5157	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
 Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
 Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
 (Auditório – Hotel Intercity)



Realização:



70	S – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio das Pedras	Sônia de Fátima Reis	(38) 9 9895 9017	
71	T – Associação dos Pequenos Produtores de Urandi, Cabeceira e raiz	Carlos Santos Gonçalves	(77) 9 9131 8237 joaoezequiel Filho@hotmail.com	
72	S- Associação dos Pequenos Produtores de Urandi, Cabeceira e raiz	Cristiano Carvalho Pereira	(77) 3456 2472	
SOCIEDADE CIVIL – ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS E DE ENSINO E PESQUISA COM INTERESSE NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS				
73	T – Instituto Educacional Santo Agostinho	(-)	(-)	(-)
74	S - UNIMONTES	Iara Maria Soares Costa da Silveira	(38) 9 9961 3467 / 3082 4460 / 3229-8101 yara.mariasilveira@gmail.com	
75	T – Faculdade Guanambi	Georgheton Melo Nogueira	(77) 9 9974 3646 / 3451 8430 geoeconomia@gmail.com reitoria@centrouniversitariounifg.edu.br	
76	S- Faculdade Guanambi	Prof. Carlos Magno Santos Clemente	(77) 9 9133 4543 / 3451 8400 carlosmagno.clemente@gmail.com	
SOCIEDADE CIVIL – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, COM OBJETIVO DE DEFESA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DA SOCIEDADE OU OUTRAS ORGANIZAÇÕES RECONHECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS				
77	T- Assoc. de Desenv. Com. de Santa Cruz e Adjacências	Margareth de Jesus Neves de Oliveira	(38) 9 9921 3653 margarethjneves@gmail.com	
78	S – KURUATUBA – Associação de Protetores da Bacia Hidrográfica do Rio Gorutuba de Janaúba	Erinaldo Barbosa da Silva	(38) 9 9227 4890 erinaldo.silvaifnmg@gmail.com	
79	T- ONG Prisma Preservação e Revitalização Integrada da Serra dos Montes Altos	José Carlos Lelis Costa	(77) 9 9995 4155 latinhalelis@yahoo.com.br	



Apoio:

Lista de Presença: Membros CBH Verde Grande
Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada dos Instrumentos de
Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
(Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



80	S- ONG Prisma Preservação e Revitalização Integrada da Serra dos Montes Altos	Maria Emília Blanc Amaral	(77) 9 8802 9202 / 9 9191 8789 / 3451 3575 fisk_gbi@hotmail.com ongprisma@live.com	
----	---	---------------------------	--	--

Apoio:



Lista de Presença: "Convidados - Inscrições Confirmadas"
 Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada
 dos Instrumentos de Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
 (Auditório - Hotel Intercity)

Realização:



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1.	Célia Maria Brandão Fróes	Diretora Geral - Agência de Bacia Peixe Vivo	dg@agbpeixevivo.org.br	
2.	César Luiz da Silva	Presidente ONG Amigos do Rio Verde	cesarjaiba@gmail.com	
3.	Cristianny Villela Teixeira	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (SIP)	cristianny@ana.gov.br 61 981486424	
4.	Fred Henrique Souza Silva	Setor de Atuação Socioambiental (SAS) COPASA - Regional Norte	fred.silva@copasa.com.br	
5.	Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez	Superintendência de Planejamento/SPR	gonzalo.fernandez@ana.gov.br	
6.	Jackson Batista Pereira	Secretaria Executiva - CBH Verde Grande	jackson.rioverdegrande@gmail.com	
7.	Jacqueline Evangelista Fonseca	Agência Peixe Vivo	jacqueline.fonseca@agbpeixevivo.org.br	
8.	Jannyne Márcia Amorim Silva	Secretaria Executiva - CBH Verde Grande	jannyne.amorim@agbpeixevivo.org.br	
9.	José Marcos Lopes	Diretor técnico ONG Amigos do rio Verde	marcoslopes@gmail.com	

Apoio:



Lista de Presença: "Convidados – Inscrições Confirmadas"
 Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada
 dos Instrumentos de Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
 (Auditório – Hotel Intercity)

Realização:



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
10.	Larissa Cayres de Souza	Especialista em Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SEMA/BA	larissa.cayres@sema.ba.gov.br (71) 3118 - 5469	
11.	Leonardo Mitre Alvim de Castro	Consultor Agência Peixe Vivo	leomitre@hotmail.com	
12.	Marco Antônio Mota Amorim	Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança/SAS	marco.amorim@ana.gov.br	
13.	Rosélia Ferreira da Cruz Silva	Secretária de Meio Ambiente e Turismo de Porteirinha	meioambiente@porteirinha.mg.gov.br 99874 0048	
14.	Tânia Regina Dias Silva	Técnica da Coordenação da Instâncias Colegiadas do SINGREH/SAS	taniadias@ana.gov.br	
15.	Thiago Figueiredo Santana	Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS) - IGAM	thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br	
16.	Volney Zanardi Júnior	Coordenador da Instâncias Colegiadas do SINGREH/SAS	volney.zanardi@ana.gov.br	
17.	Thalita Emanuelle C. G.	Biblioteca Municipal de Veranópolis de Minas	thalita.mari@yahoo.com.br	
18.				

Apoio:



Lista de Presença: "Convidados - Inscrições Confirmadas"
 Oficina para Definição de Estratégia de Implementação Coordenada
 dos Instrumentos de Gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Montes Claros/MG, 02 de outubro de 2019
 (Auditório - Hotel Intercity)

Realização:



	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
19.	Wellison Schumann	IBAMA	(38) 984267904	
20.	SIDENISIO LOPES	CODEVASF	(38) 999752727	
21.	Darlene M ^{re} da Jun	Idene	99194-4975	
22.	Pedro Coutinho	Prefeitura	991423331	
23.	Cláudio Henrique M. Silva	Prefeitura Espinosa	(38) 99230-2246	
24.	JORDI PRADO (F.)	USUARO	98600339	
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				

ANEXO 3 – Fotos



Figura 1 – Fotos da “Oficina para definição de estratégia de implementação coordenada dos instrumentos de gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”, realizada na cidade de Montes Claros, no dia 02/10/2019.

2019

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE)

APÊNDICE III

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
CONTEXTUALIZAÇÃO	3
O CONTRATO DE GESTÃO	5
PROGRAMA DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE)	6
Elaboração do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande).....	6
Análise e proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, considerando as ações de regularização e transposição de vazões entre bacias, apresentadas em seu Plano de Recursos Hídricos	11
REFERÊNCIAS	14
ANEXOS	15

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo demonstrar a execução das ações que compõem o Plano de Trabalho Específico (PTE), conforme previsto no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA, celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo), com a interveniência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH Verde Grande), para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

O Programa de Trabalho Específico tem como objetivo contribuir para a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Verde Grande, elaborado entre 2009 e 2011, sob a coordenação da ANA (ANA, 2013). Para isso, além do valor arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia (fonte 116), a ANA repassou, adicionalmente, à Agência Peixe Vivo o valor de R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proveniente da Fonte 0183, condicionado à execução do PTE.

Os projetos previstos no presente PTE, destinados ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na região da bacia hidrográfica do rio Verde Grande são os seguintes:

- i) Elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP - PRH Verde Grande) e;*
- ii) Estudos para incremento da oferta hídrica.*

Este Relatório demonstra o estágio de execução dos projetos previstos no PTE, em conformidade com os procedimentos previstos na Resolução nº 15, de 11 de março de 2019, publicada pela Agência Nacional de Águas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do rio São Francisco. Por abranger limites entre os estados de Minas Gerais e da Bahia, o rio Verde Grande, assim como seu afluente, o rio Verde Pequeno, é considerado um rio de domínio da União. Por esse motivo, as aquisições de produtos e serviços em prol da Bacia, efetuados pela Agência Peixe Vivo, que exerce as funções de Entidade Delegatária, são regidas por normativos próprios e pelo Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas.

A bacia do rio Verde Grande possui uma área de 31.410 km², que abrange oito municípios na Bahia (13% da área total) e 27 municípios em Minas Gerais (87% da área total). A população estimada é de 896.803 mil habitantes (74% urbana e 26% rural), que corresponde a cerca de 5% da população total da bacia do São Francisco. A maior parte da população está concentrada no município de Montes Claros, responsável pela expressiva expansão urbana na bacia.

A região apresenta uma situação muito crítica de escassez hídrica, o que fica evidente quando se avalia o confronto entre disponibilidade e demandas hídricas. Devido à

geologia cárstica, característica da bacia, também é possível identificar sumidouros naturais em pontos ao longo da porção do Médio Verde Grande. No período de seca, a vazão do rio Verde Grande fica ainda mais comprometida, pois a água do rio recarrega o aquífero adjacente à margem esquerda do rio por meio desses sumidouros.

A configuração econômica da Bacia é marcada por atividades do setor de Serviços e Indústria que possuem maior representatividade no PIB, com destaque para Montes Claros como principal polo regional e outros municípios como Janaúba/MG, Jaíba/MG, Porteirinha/MG e Urandi/BA. Porém, a agropecuária é a atividade que demanda maior consumo de água na Bacia e é também responsável pelo emprego de 50% da população economicamente ativa. Estima-se que a Bacia possua uma área de 38,7 mil hectares irrigados, com ênfase para o Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina. Também há dois outros grandes polos de irrigação, que são os distritos públicos de irrigação de Gorutuba, em Minas Gerais, e Estreito, situado na Bahia.

Em face da crescente demanda por água na bacia, devido principalmente à expansão de áreas irrigadas e ao crescimento populacional, foram construídas as barragens do Bico da Pedra (sub-bacia Alto Gorutuba), Estreito e Cova da Mandioca (sub-bacia Alto Verde Pequeno) e Juramento (sub-bacia Alto Verde Grande). A implantação dos reservatórios contribuiu para regularizar as vazões nos principais rios da Bacia e assim garantir o atendimento aos diversos usos. Porém, os conflitos pelo uso da água na região que se iniciaram na década de 80 vêm se intensificando e têm sido agravados pela diminuição da precipitação pluviométrica observada nos últimos quatro anos, bem como pelo aumento da exploração de águas subterrâneas, que se faz, majoritariamente, em desconformidade com os procedimentos legais vigentes.

Diante desse cenário, fez-se urgente planejar e propor ações visando ao melhor aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia, como forma de fortalecer a gestão dos recursos hídricos e garantir seu uso para as presentes e futuras gerações. Por isso, iniciou-se em 2009 a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (PRH Verde Grande), promovido pela Agência Nacional de Águas em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. A elaboração do PRH Verde Grande contou ainda com a colaboração técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos dos dois estados da Federação envolvidos: o IGAM, em Minas Gerais, e do agora extinto, INGÁ, substituído pelo INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia). A execução do Plano foi realizada pela Ecoplan Engenharia, por empresa contratada pela ANA para desenvolver os estudos técnicos que subsidiaram a construção do plano.

O PRH Verde Grande foi desenvolvido em três etapas, compostas pelo Diagnóstico Integrado da Bacia (situação atual), Prognóstico da Situação dos Recursos Hídricos (possibilidades de futuro) e Plano de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande (propostas de ações). A elaboração de um Plano de Recursos Hídricos é um processo complexo, que além de reunir os aspectos técnicos sobre a bacia, deve considerar as percepções e anseios da sociedade que vive, trabalha e desfruta dos serviços dos recursos hídricos da região.

Para garantir o princípio participativo da gestão das águas, ao longo do processo de elaboração do Plano o CBH Verde Grande delegou à sua Câmara Técnica Consultiva (CTC) o acompanhamento dos trabalhos por meio de reuniões mensais com os demais órgãos envolvidos, de modo que em cada etapa do Plano (Diagnóstico, Prognóstico e Programas) foi realizada uma rodada de reuniões públicas, com um encontro em cada sub-bacia. Ao final das etapas, os resultados foram apresentados ao plenário do Comitê para considerações e aprovação. Assim, após um longo trabalho, o PRH Verde Grande foi concluído no ano de 2011 e, tendo passado por várias revisões, tem sua versão final datada de 2016.

O PRH Verde Grande é o instrumento norteador para a implementação de programas e projetos que visam a melhorias na qualidade e quantidade das águas da bacia. A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia e a nomeação da Agência Peixe Vivo para exercer as funções de Entidade Delegatária para as funções de Agência de Bacia do CBH Verde Grande permitiram o início do desenvolvimento de ações e projetos em prol da melhoria da qualidade ambiental da bacia do Verde Grande.

O CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão nº 083/2017 foi celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, tendo como anuente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. O referido Contrato, assinado em dezembro de 2017, delega à Agência Peixe Vivo as funções de Agência de Bacia do CBH Verde Grande e, para isso, estabelece um conjunto de metas a serem alcançados pela Agência Peixe Vivo, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

O Contrato de Gestão prevê o repasse de todas as receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande (Fonte 116) para o financiamento do custeio administrativo da Agência Peixe Vivo, execução do Plano de Aplicação Plurianual, aprovado pelo CBH Verde Grande, e cumprimento do Plano de Trabalho estabelecido no referido Contrato de Gestão.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Verde Grande teve início em abril de 2017 e os boletos de cobrança foram encaminhados aos usuários de recursos hídricos a partir do mês de março de 2018. Entretanto, o valor cobrado anualmente é baixo, em torno de R\$ 92.000 (noventa e dois mil reais), o que implica limitação para a contratação de estudos, projetos e obras para a bacia. Conforme previsto em lei, deste montante, 92,5% (noventa e dois e meio por cento) devem ser destinados à implementação das ações do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2018-2020, aprovado pela Deliberação CBH Verde Grande nº 67/2018, e os 7,5% (sete e meio por cento) restantes, são destinados à manutenção e custeio da Agência Peixe Vivo.

O Plano de Aplicação Plurianual é um documento no qual a Agência Peixe Vivo propõe ao Comitê um planejamento de aplicação dos recursos oriundos da cobrança na bacia, através de rubricas específicas.

Tendo em vista o baixo valor disponível para a execução das atividades finalísticas do Comitê e a fim de apoiar a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, aprovado pelo CBHVG, adicionalmente, a ANA repassou à Agência Peixe Vivo, no ano de 2017, o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proveniente da Fonte 0183, para a execução do Programa de Trabalho Específico (PTE), que consiste na contratação de dois projetos, já citados anteriormente: i) Elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP – PRH Verde Grande); e ii) Estudos para incremento da oferta hídrica, que visam a promover a melhoria do processo de gestão dos recursos hídricos na bacia. Também foi prevista a realização de atividades de acompanhamento e fiscalização desses projetos, cujas despesas administrativas são limitadas a 15% do valor citado.

Além da estrutura e da atuação da equipe da Agência Peixe Vivo, locada na sua sede, em Belo Horizonte, para apoiar as atividades do CBH Verde Grande a Agência Peixe Vivo montou um escritório na cidade de Montes Claros, localizado dentro do Parque de Exposições, e contratou, no final do ano de 2018, uma funcionária para o cargo de Analista, que atua diretamente com os membros do Comitê. Com a sua estrutura já implantada, a Agência Peixe Vivo executa a administração financeira dos recursos arrecadados e repassados pela ANA, contrata serviços e fornecimentos diversos e ainda executa a prestação de contas das despesas efetuadas, para exame dos órgãos internos e externos de controle e fiscalização.

Há possibilidade de aumento da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, o que seria possível por meio da atualização dos mecanismos e valores de cobrança e/ou implantação da cobrança em nível estadual. Além disso, o MOP-PRH Verde Grande irá apresentar novas possibilidades de parcerias com órgãos, entidades e empresas que possam aportar recursos financeiros para a contratação de projetos que visem à minimização dos problemas de escassez hídrica da Bacia, atendendo, também, os anseios e demandas do Comitê e da população local.

PROGRAMA DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE)

A seguir é descrito o estágio de execução dos dois projetos previstos no PTE, a saber: i) Elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP); e ii) Estudos para incremento da oferta hídrica.

Elaboração do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande)

O Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos (MOP) se constitui em um plano operacional que estabelece para um conjunto de ações prioritárias contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia: o roteiro e procedimentos, os requisitos, os estudos de base e os arranjos institucionais que se fazem necessários para efetivamente realizar cada ação proposta no Plano (ANA, 2016).

O MOP tem como objetivo servir ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande e aos órgãos gestores de recursos hídricos da União e dos estados de Minas Gerais e da Bahia como um manual, a fim de viabilizar as ações ora propostas e acordadas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Deverá, portanto, orientar a forma de atuação do CBH Verde Grande e dos órgãos gestores de recursos hídricos no processo de transformação do que foi estabelecido no PRH Verde Grande em ações concretas e propor uma agenda detalhada a ser seguida pelos mesmos atores.

Os objetivos específicos do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande) são:

- ✓ Atualizar o balanço quali/quantitativo, a partir de dados disponibilizados pela ANA;
- ✓ Avaliar o estágio atual da implementação do PRH Verde Grande;
- ✓ Propor, a partir desta avaliação, uma nova estrutura de ações para o PRH Verde Grande, a qual poderá manter, extinguir ou incluir novos programas ou ações, em especial com foco em objetivos que visem o cumprimento do marco regulatório vigente e a capacidade de operação e manutenção da infraestrutura hídrica da bacia;
- ✓ Atualizar as previsões orçamentárias para a nova estrutura de Programas e Ações do PRH Verde Grande;
- ✓ Propor critérios para priorização das ações previstas no âmbito da nova estrutura de programas e ações do PRH Verde Grande;
- ✓ Avaliar a necessidade de elaboração ou alteração de normas vigentes (leis, decretos, resoluções, portarias, etc.) para permitir ou facilitar a implementação das intervenções e, se avaliada como necessária, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração e as instituições responsáveis pela sua edição;
- ✓ Avaliar a necessidade de celebração de acordos institucionais (pactos de gestão, marcos regulatórios, etc.) que permitam ou facilitem a implementação da intervenção e, se avaliados como necessários, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração;
- ✓ Identificar e discriminar os pré-requisitos, técnicos, legais e/ou institucionais para acesso aos recursos nas fontes de financiamento indicadas;
- ✓ Identificar e discriminar a cadeia de comando e direção dos órgãos financiadores e/ou executores da intervenção, responsáveis por receber e dar seguimento à solicitação/demanda pela intervenção;
- ✓ Identificar e discriminar os atores políticos (dos poderes executivo e legislativo, principalmente) com potencial interesse, favorável ou contrário, sobre a intervenção, destacando-se os potenciais parceiros para articulação;

- ✓ Identificar estratégias para agendamento e participação de reuniões com as autoridades responsáveis pelo financiamento e/ou execução das intervenções (contatos prévios, participantes, material a ser elaborado para reunião, etc.); e
- ✓ Identificar estratégias para acompanhamento e divulgação do estágio de desenvolvimento das intervenções selecionadas e em efetiva implementação.

Para cumprimento do PTE, no que se refere à elaboração do MOP – PRH Verde Grande, no ano de 2018, a Agência Peixe Vivo elaborou o Termo de Referência (TDR) e o respectivo Ato Convocatório para a contratação do serviço ora especificado, após aprovação pelos membros da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande, em reunião realizada no dia 02 de agosto de 2018 na sede do Comitê, em Montes Claros/MG. O Ato Convocatório nº 001/2018 foi publicado no site da Agência Peixe Vivo, no dia 10 de agosto de 2018 e a empresa HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP foi declarada vencedora do certame, sendo o resultado homologado e adjudicado no dia 24 de janeiro de 2019.

As principais informações do Contrato nº 001/2019 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a empresa HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP para a elaboração do MOP – PRH Verde Grande são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Elaboração do MOP - PRH Verde Grande

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR O MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE: MOP – PRH VERDE GRANDE	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0183
EMPRESA EXECUTORA	HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP.
ATO CONVOCATÓRIO	001/2018
CONTRATO	Nº 001/2019
VALOR DO CONTRATO	R\$ 259.629,65
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	28/01/2019
ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)	Nº 01/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	28/01/2019
PRAZO CONTRATUAL	09 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL	SIM
DATA DE ASSINATURA DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL DE PRAZO	15/10/2019 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL POR 04 MESES
NOVA VIGÊNCIA CONTRATUAL	13 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	65%

Conforme previsto no Termo de Referência que norteia o Contrato nº 001/2019 o MOP – PRH Verde Grande será composto por 4 (quatro) produtos, a saber:

- ✓ **PRODUTO 1:** Plano de Trabalho
- ✓ **PRODUTO 2:** Atualização do balanço hídrico e proposição de nova estrutura do Plano de Ações do PRH Verde Grande
- ✓ **PRODUTO 3:** Apresentação dos resultados das Oficinas de Trabalho
- ✓ **PRODUTO 4:** Apresentação da versão consolidada do MOP

Até o momento já foram aprovados pela Gerência de Projetos da Agência Peixe Vivo os produtos 1, 2 e 3, produzidos pela empresa HIDROBR, o que corresponde a 65% do percentual de execução do Contrato.

A seguir são apresentadas algumas fotos das Oficinas de Trabalho que reuniram atores estratégicos da bacia para discussões acerca da priorização das ações do PRH Verde Grande e, posteriormente, validação das ações priorizadas e dos fluxogramas de processo, elaborados pela empresa HIDROBR.



Figura 1 - Primeira Oficina de Trabalho para priorização das ações do PRH Verde Grande, realizada na cidade de Nova Porteirinha/MG, no dia 08/08/2019.



Figura 2 - Reunião com os órgãos gestores de recursos hídricos para discussão e validação das ações priorizadas resultantes da primeira oficina. Realizada em 31/08/2019, em Belo Horizonte/MG.



Figura 3- Segunda Oficina de Trabalho para validação das ações priorizadas e dos fluxogramas de processo, realizada na cidade de Montes Claros/MG, no dia 01/10/2019.

Os trabalhos executados pela empresa HIDROBR estão sendo fiscalizados pelo consultor Leonardo Mitre Alvim de Castro, contratado pela Agência Peixe Vivo, para acompanhar todas as discussões, Oficinas de Trabalho, reuniões e avaliar os produtos entregues, a fim de garantir a conclusão exitosa das atividades previstas em Contrato. Ressalte-se que o cronograma de execução sofreu atraso, motivado por atrasos na etapa inicial do contrato que repercutiram nas fases subsequentes e discussões delongadas em torno de algumas questões, tendo em vista a participação de diversos órgãos e instituições que estão acompanhando de perto o trabalho realizado. Após assinatura do Primeiro Aditivo Contratual de Prazo, novo cronograma foi repactuado. O quarto e último produto, em sua primeira versão, já foi entregue pela equipe da HIDROBR, entretanto está em fase de avaliação pela Contratante, com auxílio do consultor contratado para esta finalidade.

Adiante são apresentadas as principais informações do Contrato nº 003/2019 firmado entre a Agência Peixe Vivo e o consultor Leonardo Mitre Alvim de Castro para o acompanhamento e fiscalização da elaboração do MOP – PRH Verde Grande (Tabela 2). As atividades do consultor tiveram início a partir do desenvolvimento das atividades inerentes ao Produto 2 do MOP – PRH Verde Grande (Atualização do balanço hídrico e proposição de nova estrutura do Plano de Ações do PRH Verde Grande), pois o Produto 1 (Plano de Trabalho) elaborado pela HIDROBR foi avaliado diretamente pela Gerência de Projetos da Agência Peixe Vivo. Até então, o consultor contratado já concluiu dois produtos com êxito, dentre os três previstos no Termo de Referência.

Tabela 2- Acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração do MOP - PRH Verde Grande.

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA “PESSOA FÍSICA” ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0183
CONTRATADO	LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO

ATO CONVOCATÓRIO	005/2019
CONTRATO	Nº 003/2019
VALOR DO CONTRATO	R\$ 60.180,00
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	22/04/2019
ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)	Nº 003/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	24/04/2019
PRAZO CONTRATUAL	10 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL	NÃO
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	60%

Nos Anexos I e II deste relatório são apresentadas tabelas-resumo com o acompanhamento físico-financeiro dos Contratos nºs 001/2019 (HIDROBR) e 003/2019 (LEONARDO MITRE), em conformidade com os procedimentos solicitados no Anexo II da Resolução nº 15, de 11 de março de 2019, publicada pela Agência Nacional de Águas.

Análise e proposta da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, considerando as ações de regularização e transposição de vazões entre bacias, apresentadas em seu Plano de Recursos Hídricos

Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a ANA, a contratação de consultoria especializada para a realização de análise que permita sugerir com segurança a melhor alternativa de incremento da oferta hídrica (IOH) para atender às demandas de uso da água na bacia do Rio Verde Grande, apresentada em seu Plano de Recursos Hídricos, está prevista como uma das ações do Programa de Trabalho Específico, que tem como objetivo contribuir para a implementação de ações destinadas ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na bacia.

Segundo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (ANA, 2013), por conta (i) de acentuados déficits no balanço hídrico da Bacia face às demandas atuais e futuras; (ii) da dispersão das deficiências hídricas ao longo de seu território; e (iii) da variação pluviométrica ao longo da Bacia; levou-se em consideração a possibilidade de implantar novos barramentos, principalmente nas zonas de maior pluviosidade – Alto Verde Grande, Alto Gorutuba e Alto Médio Verde Grande. No total, o Plano discute a possibilidade de se construírem 14 barramentos em toda a Bacia, totalizando um investimento aproximado de R\$ 485 milhões (ano de referência de 2009) e uma vazão regularizada incremental equivalente a 1,53 m³/s.

Entretanto, ainda segundo o Plano (ANA, 2013), mesmo que se esgotadas as possibilidades de regularização de vazões por meio dos barramentos, o incremento na disponibilidade hídrica ainda é insuficiente frente às demandas atuais e futuras. Isso levou o Plano de Recursos Hídricos do Verde Grande a avaliar duas possibilidades de transposição de vazões para suprir as demandas da Bacia. A primeira, baseando-se na construção de um barramento no rio Congonhas, localizado a sudeste da bacia do Verde Grande, e posterior adução de suas águas para suprir, sobretudo, demanda de abastecimento público de Montes Claros; e a segunda, utilizou-se do Projeto Jaíba, promovendo a adução de águas do município homônimo para a sua sede, e para as cidades de Verdelândia e Janaúba.

Nesse contexto, o Plano de Trabalho Específico incluiu a contratação de estudo para avaliação e apresentação de novas proposições acerca desta importante questão para a bacia hidrográfica do rio do Verde Grande.

Para cumprimento do PTE, no que se refere à contratação do estudo de IOH, entre o final do ano de 2018 e início do ano de 2019 a Agência Peixe Vivo elaborou o Termo de Referência (TDR) e o respectivo Ato Convocatório para a contratação do serviço ora especificado, após aprovação pelos membros da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2019 na sede do Comitê, em Montes Claros/MG.

O Ato Convocatório nº 003/2019 foi publicado no site da Agência Peixe Vivo, no dia 28 de fevereiro de 2019 e a empresa PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S. A. foi declarada vencedora do certame, sendo o resultado homologado e adjudicado no dia 19 de julho de 2019.

As principais informações do Contrato nº 004/2019 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a empresa PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S. A. para a elaboração do estudo de Incremento da Oferta Hídrica para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3- Elaboração do estudo de IOH para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE E PROPOSTA DA MELHOR ALTERNATIVA DE INCREMENTO DA OFERTA HÍDRICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE, CONSIDERANDO AS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE VAZÕES ENTRE BACIAS, APRESENTADAS EM SEU PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0183
EMPRESA EXECUTORA	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S. A.
ATO CONVOCATÓRIO	003/2019
CONTRATO	Nº 004/2019

VALOR DO CONTRATO	R\$ 498.854,14
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	12/08/2019
ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)	Nº 07/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	12/08/2019
PRAZO CONTRATUAL	10 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL	NÃO
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	20%

Conforme previsto no Termo de Referência que norteia o Contrato nº 004/2019 o estudo de IOH para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande será composto por 7 (sete) produtos, a saber:

- ✓ **PRODUTO 1:** Plano de Trabalho
- ✓ **PRODUTO 2:** Estudo de demandas
- ✓ **PRODUTO 3:** Estudo de Oferta Hídrica – barragens projetadas
- ✓ **PRODUTO 4:** Estudo de Oferta Hídrica – transposições planejadas
- ✓ **PRODUTO 5:** Estudo de Oferta Hídrica – inventário de novos locais para barramentos
- ✓ **PRODUTO 6:** Avaliação conjunta das soluções abordadas, definição de cronograma para implementação e apresentação da versão final consolidada
- ✓ **PRODUTO 7:** Apresentação do produto final em Plenária do CBH Verde Grande

Até o momento já foram aprovados pela Gerência de Projetos da Agência Peixe Vivo os produtos 1 e 2, produzidos pela empresa PROFILL, o que corresponde a 20% do percentual de execução do Contrato. Os Produtos 3 e 4 já foram entregues em sua primeira versão pela equipe da PROFILL, entretanto estão em fase de avaliação pela Contratante.

Da mesma forma como ocorreu para o MOP-PRH Verde Grande, os trabalhos executados pela empresa PROFILL também estão sendo acompanhados e fiscalizados por um consultor contratado pela Agência Peixe Vivo, respeitando o limite de 15% do valor disponibilizado pela ANA para execução do PTE, referente à manutenção de despesas administrativas.

Adiante são apresentadas as principais informações do Contrato nº 005/2019 firmado entre a Agência Peixe Vivo e o consultor Leonardo Mitre Alvim de Castro para o acompanhamento e fiscalização do estudo de Incremento da Oferta Hídrica para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande (Tabela 4). As atividades do consultor tiveram início a partir do desenvolvimento do Produto 1 do estudo de IOH (Plano de Trabalho) e vão até

o Produto 6, a ser produzido pela empresa PROFILL (Avaliação conjunta das soluções abordadas, definição de cronograma para implementação e apresentação da versão final consolidada), pois o 7 tratou apenas da apresentação do Produto Final em reunião Plenária do CBH Verde Grande.

Até o momento, o consultor contratado já concluiu dois produtos com êxito, dentre os seis previstos no Termo de Referência.

Tabela 4 - Acompanhamento e fiscalização do estudo de Incremento da Oferta Hídrica para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA “PESSOA FÍSICA” ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PROPOSTA DA MELHOR ALTERNATIVA DE INCREMENTO DA OFERTA HÍDRICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE	
<i>Situação Geral da Contratação</i>	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0183
CONTRATADO	LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO
ATO CONVOCATÓRIO	006/2019
CONTRATO	Nº 005/2019
VALOR DO CONTRATO	R\$ 62.400,00
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	25/07/2019
ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)	Nº 008/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	12/08/2019
PRAZO CONTRATUAL	09 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL	NÃO
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	25%

Nos Anexos III e IV deste relatório são apresentadas tabelas-resumo com o acompanhamento físico-financeiro dos Contratos nºs 004/2019 (PROFILL) e 005/2019 (LEONARDO MITRE), em conformidade com os procedimentos solicitados no Anexo II da Resolução nº 15, de 11 de março de 2019, publicada pela Agência Nacional de Águas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Manual Operativo de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em < <http://www.paranapanema.org/plano/mop/>> Acesso em 24.04.2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA, 2013. 124 p.

ANEXOS

ANEXO I - MOP HIDROBR

ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO
PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR O MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE: MOP – PRH VERDE GRANDE

Dados Gerais			Resumo Financeiro			Empresa Contratada		
Processo ANA Nº	02501.002465/2017-36		Total:	R\$ 259.629,65		HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP		
Contrato de Gestão Nº	083/ANA/2017		Executado:	R\$ 168.759,18		Contrato nº 001/2019		
Data de assinatura do Contrato de Gestão	29/12/2017		A Executar:	R\$ 90.870,47		Ato Convocatório: 01/2018		
Data de assinatura do Contrato da HIDROBR	28/01/2019		Despesas administrativas:	até 15% R\$45.083,23				

FÍSICO								FINANCEIRO						
Produto	Prazo (dias)	Datas		Nota Fiscal		Parecer Final de Aprovação		Previsto			Executado		Acumulado	
		Prevista*¹	Entrega*²	Nº	Data	Nº	Data	(%)	(R\$)	Empresa	Data	R\$	(%)	(R\$)
Produto 1 - Plano de Trabalho	30	28/02/2019	01/03/2019	29/2019	11/04/2019	071/2019	11/04/2019	10	25.962,97	HIDROBR	22/04/2019	25.962,97	10	25.962,97
Produto 2 - Atualização do balanço hídrico e proposição de nova estrutura do Plano de Ações do PRH Verde Grande	90	30/04/2019	29/05/2019	77/2019	26/07/2019	137/2019	25/07/2019	30	77.888,90	HIDROBR	02/08/2019	77.888,90	40	103.851,87
Produto 3 - Apresentação dos resultados das Oficinas de Trabalho	150	01/07/2019	16/10/2019	115/2019	07/11/2019	200/2019	07/11/2019	25	64.907,31	HIDROBR	13/11/2019	64.907,31	65	168.759,18
Produto 4 - Apresentação da versão consolidada do MOP	210	25/10/2019	20/12/2019	-	-	-	-	35	90.870,47	HIDROBR				

*¹ Refere-se à data de entrega prevista, apresentada no Plano de Trabalho.

*² Refere-se à entrega da primeira versão do produto.

Controle por exercício	Ano	Empenho (R\$)			Execução (R\$)	
		Previsto	Realizado	Pendente	Pago	Resto à pagar
	2019	259.629,65	168.759,18	90.870,47	168.759,18	90.870,47
	2020					

EQUIPE PTE - MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE MOP – PRH VERDE GRANDE					
Nome* ¹	Empenho			Valor (R\$)* ²	
	Cargo	Quantidade (meses)	Custo (hora)	Mensal	Total
Jacqueline Evangelista Fonseca	Coordenadora Técnica	2			
Jannyne Márcia Amorim Silva	Analista	1			

*¹ Foram contabilizados apenas os profissionais da Agência Peixe Vivo **diretamente** envolvidos com o acompanhamento das atividades do MOP - PRH Verde Grande. Além disso, as despesas com o consultor contratado para a fiscalização do Contrato nº 001/2019 foram apresentadas em outra planilha (Anexo II).

*² A remuneração destas profissionais não é realizada com os recursos disponibilizados para o PTE.

ANEXO II - MOP LEONARDO MITRE

ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO
PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA "PESSOA FÍSICA" ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE

Dados Gerais		Resumo Financeiro		Pessoa Física Contratada	
Processo ANA Nº	02501.002465/2017-36	Total:	60.180,00	LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO	
Contrato de Gestão Nº	083/ANA/2017	Executado:	33.099,00	Contrato nº 003/2019	
Data de assinatura do Contrato de Gestão	29/12/2017	A Executar:	27.081,00	Ato Convocatório 005/2019	
Data de assinatura do Contrato	22/04/2019				

FÍSICO								FINANCEIRO						
Produto	Prazo (dias)	Datas		Nota Fiscal		Parecer Final de Aprovação		Previsto			Executado		Acumulado	
		Prevista*¹	Entrega*²	Nº	Data	Nº	Data	(%)	(R\$)	Contratado	Data	R\$	(%)	(R\$)
Produto 1 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 2 do MOP – PRH Verde Grande	60	08/06/2019	13/06/2019	RPA S/Nº	15/08/2019	147/2019	22/07/2019	25%	15.045,00	Leonardo Mitre	15/08/2019	15.045,00	25%	15.045,00
Produto 2 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 3 do MOP – PRH Verde Grande	180	26/10/2019	23/10/2019	RPA S/Nº	07/11/2019	199/2019	07/11/2019	30%	18.054,00	Leonardo Mitre	14/11/2019	18.054,00	55%	33.099,00
Produto 3 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 4 do MOP – PRH Verde Grande	270	30/12/2019	-	-	-	-	-	45%	27.081,00	Leonardo Mitre				

*¹ A data prevista de entrega é condicionada à apresentação dos respectivos Produtos pela HIDROBR. Após a entrega do Produto pela HIDROBR o consultor tem até 10 dias para apresentação do parecer preliminar de avaliação.*² Refere-se à entrega do primeiro parecer preliminar de avaliação do produto.

Controle por exercício	Ano	Empenho (R\$)			Execução (R\$)	
		Previsto	Realizado	Pendente	Pago	Resto à pagar
	2019	60.180,00	33.099,00	27.081,00	33.099,00	27.081,00
	2020					

ANEXO III - IOH PROFILL

ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO
PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE E PROPOSTA DA MELHOR ALTERNATIVA DE INCREMENTO DA OFERTA HÍDRICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE, CONSIDERANDO AS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE VAZÕES ENTRE BACIAS, APRESENTADAS EM SEU PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS

Dados Gerais			Resumo Financeiro			Empresa Contratada		
Processo ANA Nº	02501.002465/2017-36		Total:	498.854,14		PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S. A.		
Contrato de Gestão Nº	083/ANA/2017		Executado:	96.702,87		Contrato nº 004/2019		
Data de assinatura do Contrato de Gestão	29/12/2017		A Executar:	402.151,27		Ato Convocatório: 003/2019		
Data de assinatura do Contrato	12/08/2019		Despesas administrativas:	até 15%	19.567,28			

Produto	Prazo (dias)	FÍSICO						FINANCEIRO					
		Datas		Nota Fiscal		Parecer Final de Aprovação		Previsto			Executado		Acumulado
		Prevista* ¹	Entrega* ²	Nº	Data	Nº	Data	(%)	(R\$)	Empresa	Data	R\$	(%) (R\$)
Produto 1 - Plano de Trabalho	30	26/08/2019	27/08/2019	292/2019	19/09/2019	167/2019	19/09/2019	10	49.885,41	PROFILL	25/09/2019	49.885,41	10% 49.885,41
Produto 2 - Estudo de demandas	60	31/10/2019	31/10/2019	385/2019	17/12/2019	237/2019	17/12/2019	10	49.885,41	PROFILL	20/12/2019	46.817,46	19,38% 96.702,87
Produto 3 - Estudo de Oferta Hídrica – barragens projetadas	120	09/12/2019	09/12/2019			-	-	15	74.828,12	PROFILL			
Produto 4 - Estudo de Oferta Hídrica – transposições planejadas	150	08/01/2020	08/01/2020			-	-	20	99.770,83	PROFILL			
Produto 5 - Estudo de Oferta Hídrica – inventário de novos locais para barramentos	180	07/02/2020	-			-	-	20	99.700,83	PROFILL			
Produto 6 - Avaliação conjunta das soluções abordadas, definição de cronograma para implementação e apresentação da versão final consolidada	210	06/03/2020	-			-	-	20	99.700,83	PROFILL			
Produto 7 - Apresentação do produto final em Plenária do CBH Verde Grande	240	14/04/2020	-			-	-	5	25.082,71	PROFILL			

*¹ Refere-se à data de entrega prevista, apresentada no Plano de Trabalho.*² Refere-se à entrega da primeira versão do produto.

Controle por exercício	Ano	Empenho (R\$)			Execução (R\$)	
		Previsto	Realizado	Pendente	Pago	Resto à pagar
	2019	174.598,94	96.702,87	77.896,07	96.702,87	77.896,07
	2020	324.255,20				

EQUIPE PTE - ANÁLISE E PROPOSTA DA MELHOR ALTERNATIVA DE INCREMENTO DA OFERTA HÍDRICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE					
Nome* ¹	Empenho			Valor (R\$)* ²	
	Cargo	Quantidade (meses)	Custo (hora)	Mensal	Total
Jacqueline Evangelista Fonseca	Coordenadora Técnica	1,5			
Jannyne Márcia Amorim Silva	Analista	0,5			

*¹ Foram contabilizados apenas os profissionais da Agência Peixe Vivo **diretamente** envolvidos com o acompanhamento das atividades do IOH. Além disso, as despesas com o consultor contratado para a fiscalização do Contrato nº 004/2019 foram apresentadas em outra planilha (Anexo IV).*² A remuneração destas profissionais não é realizada com os recursos disponibilizados para o PTE.

ANEXO IV - IOH LEONARDO MITRE

ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO
PLANO DE TRABALHO ESPECÍFICO

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA "PESSOA FÍSICA" ESPECIALIZADA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PROPOSTA DA MELHOR ALTERNATIVA DE INCREMENTO DA OFERTA HÍDRICA (IOH) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Dados Gerais		Resumo Financeiro		Pessoa Física Contratada	
Processo ANA Nº	01.002465/2017-36	Total:	62.400,00	LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO	
Contrato de Gestão Nº	083/ANA/2017	Executado:	13.026,00	Contrato nº 005/2019	
Data de assinatura do Contrato de Gestão	29/12/2017	A Executar:	49.374,00	Ato 006/2019	
Data de assinatura do Contrato	25/07/2019				

FÍSICO								FINANCEIRO						
Produto	Prazo (dias)	Datas		Nota Fiscal		Parecer Final de Aprovação		Previsto			Executado		Acumulado	
		Prevista*¹	Entrega*²	Nº	Data	Nº	Data	(%)	(R\$)	Contratado	Data	R\$	(%)	(R\$)
Produto 1 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 1 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	30	05/09/2019	06/09/2019	RPA S/Nº	27/09/2019	166/2019	18/09/2019	10%	6.240,00	Leonardo Mitre	27/09/2019	6.240,00	10%	6.240,00
Produto 2 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 2 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	60	10/11/2019	14/11/2019	RPA S/Nº	19/12/2019	238/2019	17/12/2019	15%	9.360,00	Leonardo Mitre	19/12/2019	6.786,00	21%	13.026,00
Produto 3 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 3 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	120	19/12/2019	-	-	-	-	-	20%	12.480,00	Leonardo Mitre				
Produto 4 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 4 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	150	18/01/2020	-	-	-	-	-	15%	9.360,00	Leonardo Mitre				
Produto 5 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 5 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	180	17/02/2020	-	-	-	-	-	20%	12.480,00	Leonardo Mitre				
Produto 6 - Parecer conclusivo referente à avaliação do Produto 6 do IOH na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	210	16/03/2020	-	-	-	-	-	20%	12.480,00	Leonardo Mitre				

*¹ A data prevista de entrega é condicionada à apresentação dos respectivos Produtos pela PROFILL. Após a entrega do Produto pela PROFILL o consultor tem até 10 dias para apresentação do parecer preliminar de avaliação.*² Refere-se à entrega do primeiro parecer preliminar de avaliação do produto.

Controle por exercício	Ano	Empenho (R\$)			Execução (R\$)	
		Previsto	Realizado	Pendente	Pago	Resto à pagar
	2019	28.080,00	13.026,00	15.054,00	13.068,00	15.054,00
	2020	34.320,00				